

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Dissertação



A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa: as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias

Ângelo Bierhals Zarnot

Pelotas, 2022

Ângelo Bierhals Zarnot

A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa, as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

Z36c Zarnot, Angelo Bierhas

A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa : as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias / Angelo Bierhas Zarnot ; Aristeu Elisandro Machado Lopes, orientador. — Pelotas, 2022.

127 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Legalidade. 2. Tribuna da Imprensa. 3. Diário de Notícias. 4. Imprensa. I. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, orient. II. Título.

CDD : 981

Ângelo Bierhals Zarnot

A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa, as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 29/05/2022

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (Orientador).

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luís Carlos dos Passos Martins

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Breno e Gislaine por dedicarem boa parte de seus esforços para criar os filhos sem deixar que nada faltasse dentro do lar, pessoas humildes que não tiveram oportunidade de seguir os estudos, mas sempre me apoiaram para que desse continuidade aos meus, mesmo que muitas vezes a saudade pela distância apertasse o peito.

Agradeço à minha noiva e companheira de vida Jéssica Hense, por todos esses anos me apoiando e me incentivando para que me capacitasse cada vez mais na minha trajetória acadêmica, sem ela nada disse teria se concretizado.

Agradeço à minha família que muitas vezes foi o refúgio dessa vida corrida que o trabalho e o mestrado concomitantemente proporcionam, em especial minha irmã Monica, meu cunhado Fábio e minha cunhada Tuize, minhas duas sobrinhas Lilian e Maria Alice que enchem meu coração de alegria, agradeço também ao meu sogro Delmar e minha sogra Fernanda que sempre me apoiaram nessa trajetória. Agradeço também à Valdéria e ao meu amigo Christopher Davi, pela amizade e parceria de tantos anos.

Agradeço ao meu Orientador Aristeu Machado Lopes por esses anos de instrução, desde a graduação até o mestrado, pela paciência, pela disponibilidade e pelas palavras de sabedoria que sempre me guiaram ao longo da minha trajetória acadêmica. Agradeço também aos professores que tive ao longo desses dois anos pelo conhecimento que me foi passado.

Resumo

ZARNOT, Ângelo Bierhals. **A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa, as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias**. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Em 1961 o Brasil se deparou com uma grave crise política que colocou em xeque a nossa democracia. A renúncia de Jânio Quadros, eleito democraticamente, após sete meses no cargo de chefe da nação, despertou a cobiça e o sentimento golpista de civis e militares que não desejavam que o então vice-presidente João Goulart assumisse o cargo de presidente. Uma campanha em prol da legalidade institucional e da posse de João Goulart teve início no Rio Grande do Sul, na figura do então governador Leonel Brizola como liderança. A luta pela legalidade tomou grandes proporções e ganhou as páginas de importantes jornais brasileiros, esta pesquisa tem por objetivo analisar como a Campanha da Legalidade de 1961 foi apresentada nas páginas do jornal *Diário de Notícias* (RS) e do *Tribuna da Imprensa* (RJ), e como se posicionaram estes periódicos ao longo da crise.

Palavras-chave: Legalidade, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, Imprensa.

Abstract

ZARNOT, Ângelo Bierhals. **A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa, as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias**. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

In 1961, Brazil faced a serious political crisis that put our democracy in check, the resignation of Jânio Quadros, democratically elected, to seven months in the position of head of the nation, it aroused the greed and the coup feeling of civilian and soldiers who did not want the then vice presidente João Goulart assume the position of presidente. A campaign in favor of institutional legality and the inauguration of João Goulart began in Rio Grande do Sul, with then governador Leonel Brizola as the leader. The fight for legal took on great proportions and gained the pages of important Brazilian newspapers. This research aims to analyze how the Legality Campaign of 1961 was presented in the pages of the newspapers *Diário de Notícias* (RS) and *Tribuna da Imprensa* (RJ), and how these periodicals positioned themselves during the crisis.

Keywords: Legality, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O preguiçoso acabou votando	28
Figura 2: Suicidou-se Getúlio Vargas.....	37
Figura 3: Parlamentar da UDN ataca a política externa do presidente Jânio Quadros.	45
Figura 4: O Presidente renunciou.	64
Figura 5 Encontro Histórico no Palácio Piratini	72
Figura 6: Soldados no Palácio Piratini	79
Figura 7: Terraço do Palácio Piratini	80
Figura 8: Soldado servindo chimarrão	82
Figura 9: Quem vai ao vento... ..	84
Figura 10: Canhões Antiaéreos	91
Figura 11: Votação da emenda parlamentar	104
Figura 12: Nomeações.....	105
Figura 13: O mau cavaleiro	108
Figura 14: Olhos de fogo vigiam os céus da cidade.....	114

SUMÁRIO

Introdução	9
CAPÍTULO I: Pretéritos da crise: O Brasil e o mundo nas décadas de 1940 e 1950.....	18
1.1. O contexto internacional da Guerra Fria.....	18
1.2. O Brasil e sua frágil democracia.....	26
1.3. A tentativa de barrar a posse de Juscelino Kubitschek.....	39
1.4. A renúncia de Jânio Quadros e a campanha pela legalidade	42
1.5. Breve resumo da imprensa brasileira nos anos 1950	47
1.6. O Diário de Notícias	49
1.7. A Tribuna da Imprensa.....	53
CAPÍTULO II: A crise da renúncia de Jânio Quadros: Tempos de luta pela legalidade	58
2.1. Fui vencido pela reação e assim deixo o governo	58
2.2 Tensão e crise no país: Tem início a Campanha da Legalidade.....	68
CAPÍTULO III: A opção pela via parlamentarista e seus desdobramentos	88
3.1. A percepção internacional da crise de 1961 publicada pelo Diário de Notícias e pela Tribuna da Imprensa	87
3.2. O agravamento da crise e a opção pelo sistema parlamentarista de governo	91
3.3. A volta de João Goulart ao Brasil	95
3.4. Uma saída indigesta para a crise, a percepção dos periódicos sobre o parlamentarismo	101
3.5. A posse de João Goulart e o fim da crise (?)	113
Considerações Finais	119
Fontes	123
Referencial Bibliográfico	123

Lista de abreviaturas e siglas

ANL	Aliança Nacional Libertadora
DIP	Departamento Imprensa e Propaganda
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MPJQ	Movimento Popular Jânio Quadros
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
UDN	União Democrática Nacional
UPI	<i>United Press International</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Uma das maiores feridas que a nossa história carrega e que ainda não foi totalmente cicatrizada foi a ditadura civil-militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 e que modificou a vida de praticamente toda a sociedade brasileira. De forma recorrente, o assunto volta à tona em muitos momentos, seja em discursos públicos ou almoços em família, há pessoas que recordam com saudade os tempos de chumbo e há aqueles que repudiam veementemente esse passado obscuro.¹ O que se sabe e se pode afirmar é que foi um período marcante da nossa história e que ainda existe muita desinformação sobre ele, tanto em relação aos acontecimentos causados por aquela mudança política, como, por exemplo, de que forma chegamos a um ponto tão extremo que é o de uma ditadura militar.

Há um certo consenso entre os historiadores de que esse processo político que colocou os militares no poder foi o resultado de diversas outras tentativas – a primeira delas, de acordo com Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado², com a morte de Getúlio Vargas –, erros e acertos de uma parcela da sociedade que apoiava o fim da herança getulista de esquerda.³

Esta Dissertação de Mestrado em História se desenvolverá a partir deste contexto de instabilidade política característica do período que chamamos “experiência democrática”, localizada temporalmente entre duas ditaduras, a de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Civil-Militar (1964-1985). Diversas crises políticas caracterizam este período, a morte de Getúlio Vargas, a tentativa de barrar a posse de Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio Quadros e mais uma tentativa de impedir a posse de um presidente – João Goulart.

Com base em Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes⁴ sabe-se que o Golpe Civil-Militar foi consequência de um processo, de tentativas de quebra da legalidade, de manobras políticas de grupos contrários à Getúlio Vargas e seus

¹FICO, Carlos. Versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Rev. Bras. Hist.** vol.24 no.47 São Paulo 2004. p. 29 – 60.

²FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954,1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁴Idem.

herdeiros políticos. É necessário também entender o contexto mundial da década de 1960, nesse período o mundo havia se dividido em dois polos distintos, de um lado os comunistas, liderados pela União Soviética, e do outro os capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, é importante ressaltar que estes países estavam informalmente em guerra, apesar de não haver combates diretos entre ambos. A tática era expandir suas zonas de influência, financiar conflitos locais a fim de implantar o socialismo ou reafirmar o capitalismo nestas regiões.⁵

No Brasil, além da divisão política e ideológica comunismo *versus* capitalismo, havia uma disputa entre dois projetos que se destacavam dos demais, o projeto, cujo principal representante era Getúlio Vargas e seus “herdeiros políticos” João Goulart e Juscelino Kubitschek buscava o desenvolvimento do país sob tutela do Estado, intitulado por alguns pesquisadores, com muitas aspas, de Nacional-Desenvolvimento⁶; e um projeto mais liberal, encabeçado pela União Democrática Nacional, a UDN, cujo principal líder era Carlos Lacerda, figura importante para esta pesquisa. Ambos os projetos haviam lutado pelo governo brasileiro desde a eleição de Getúlio Vargas, em 1950, e acirraram seu conflito ideológico após o suicídio do mesmo em 1954. Nas eleições de 1960, com a vitória de Jânio Quadros como presidente, a UDN finalmente conseguiu comemorar a eleição de um candidato que apoiou, mas logo a posse de Jânio Quadros se tornou um problema para a UDN e para conservadores de direita, o Brasil adotou uma política externa independente, Jânio se aproximou da União Soviética e condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, atitudes consideradas por muitos como uma sinalização de apoio ao comunismo internacional.

O mundo capitalista observava aflito a estes acontecimentos, e no Brasil a pressão de amplos setores da sociedade contra a política de Jânio Quadros só aumentava. Se sentindo incapaz de governar, e de acordo com Carlos Lacerda, articulando um autogolpe, Jânio entregou sua carta de renúncia no dia 25 de agosto. Ao observar a Constituição, vigente na época, quem deveria assumir a presidência era seu vice, João Goulart, considerado pela UDN como principal herdeiro do getulismo, visto como um comunista enrustido naquele contexto

⁵GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria**. São Paulo: Edições 70, 2007.

⁶ É muito complicado de se utilizar o termo Nacional-Desenvolvimento pois a complexidade da política econômica da época não permite generalizações, no entanto, como não é o foco desta pesquisa, o termo será utilizado para se referir a política econômica de Vargas e seus aliados.

histórico e que, no momento da renúncia, estava viajando à China comunista, foi então que se iniciou a crise política, permitir ou não a volta de João Goulart ao país?⁷ Estando em solo brasileiro, João Goulart deveria assumir o posto presidencial que era seu por direito constitucional, isso significava, aos olhos dos conservadores, anticomunistas e antigetulistas, a volta da esquerda ao poder, a volta do sindicalismo, do trabalhismo, todas as lutas sociais de João Goulart assumiriam o poder junto com ele.

Esta pesquisa tem por objetivo principal analisar a Campanha da Legalidade, um movimento em resposta à tentativa de impedir a posse de João Goulart – constitucionalmente sucessor ao cargo de presidente – quando a renúncia de Jânio Quadros pegou todos de surpresa.⁸ O objetivo do trabalho se desenvolverá a partir da análise do conjunto de informações sobre a Campanha veiculado em dois jornais, o *Diário de Notícias*, publicado no Rio Grande do Sul, e *Tribuna da Imprensa*, que circulou no Rio de Janeiro. Esse movimento ocorreu principalmente no Rio Grande do Sul, em 1961, e teve na figura de Leonel Brizola, governador do Estado, seu principal expoente.

Ao receber a carta da renúncia entregue por Jânio Quadros, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assume o poder devido à ausência do vice-presidente, submetendo-se assim, aos grupos civis e militares mais conservadores. Através de uma mensagem enviada ao Congresso Nacional, comunica que os três Ministros Militares haviam manifestado insatisfação com a posse de João Goulart. Com essa declaração, tem início a crise política.⁹

Ao saber da renúncia e do comunicado de Ranieri Mazzili, Leonel Brizola agiu, entrou em contato com líderes militares para saber suas posições quanto à crise e descobriu que muitos desejavam cumprir com a Constituição, mas deveriam manter a hierarquia e obedecer ordens de Odílio Denys, Ministro da Guerra. Decidido a resistir ao “golpe”, Brizola convocou a população, jornalistas, políticos e deu início a uma campanha pela posse de João Goulart que ficou conhecida como Campanha

⁷Vale ressaltar que na época, a população escolhia o presidente e o vice-presidente de forma separada, possibilitando assim, que líderes com pensamentos diferentes fossem eleitos para trabalhar juntos.

⁸Jânio Quadros renunciou com apenas sete meses de mandato. Posteriormente ao fato, surgiram teorias de que Jânio Quadros teria tentado aplicar uma espécie de autogolpe, voltando ao poder com poderes ampliados.

⁹FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, no. 3, 1997. p. 149 – 182.

da Legalidade. Além disso, confiscou uma das mais importantes rádios de Porto Alegre e levou-a para o Palácio Piratini, entrincheirado nos porões, discursava para os gaúchos através da Rede da Legalidade, pregando o retorno e a posse de João Goulart.¹⁰

Com a posterior adesão do chefe do III Exército, General José Machado Lopes à campanha, um clima de guerra civil tomava conta do país, em resposta, o Ministro Odílio Denys mandou bombardear o Palácio Piratini, o ataque partiria da base aérea de Canoas, e só não aconteceu por que um grupo de sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos. Alguns ainda mais decididos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões. Em oposição a Brizola se encontrava o jornalista Carlos Lacerda, personagem importante da nossa história, ele era governador da Guanabara na época, mas utilizava seu jornal para se posicionar sobre a crise. Alegando que “Denys deveria escolher entre a democracia ou comunismo” e que era papel das Forças Armadas lutar contra os inimigos da liberdade.¹¹

Os conflitos ideológicos e militares tomaram grandes proporções e chegaram próximos de uma guerra civil, os Ministros Militares, percebendo que não poderiam vencer sem que houvesse derramamento de sangue, baixaram a guarda e autorizaram as negociações com o Congresso em busca de uma solução pacífica, mesmo que pra isso tivessem que ceder poderes políticos à João Goulart. A solução foi encontrada no parlamentarismo, que, em suma, retirava alguns poderes do presidente, enfraquecendo-o¹².

Um dos grandes pontos de análise desta pesquisa será a repercussão desse movimento em prol da legalidade especificamente no jornal *Diário de Notícias* (RS) e no jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ). A partir dos jornais pretende-se analisar de que forma a luta pela democracia e pela constituição, encabeçadas por Leonel Brizola e pelo General Machado Lopes, foram noticiadas nestes jornais, como a

¹⁰ TAVARES, Flávio. **1961: O golpe derrotado**: Luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2012.

¹¹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 162.

¹² Essa discussão será retomada ao longo do capítulo 3, onde irei analisar como essa solução foi abordada pelos jornais, visto que alguns líderes políticos comemoraram a saída pacífica encontrada, outros desacreditaram nela desde o início, além daqueles que se sentiram traídos com os rumos que a negociação política para a crise havia tomado.

campanha foi abordada, de que maneira ela foi ilustrada, bem como quais construções/representações foram construídas e noticiadas em suas páginas.

A escolha de trabalhar com a imprensa jornalística como objeto de pesquisa, recortando nela a Campanha da Legalidade como objeto de investigação deve-se ao fato de esta se tratar de um fundamental instrumento de interesses e de intervenção na vida social; nas palavras de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, “não se pode ter uma perspectiva que tome a imprensa como mero ‘veículo de informações’ transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.¹³ Tânia de Luca nos alerta para cuidados que são necessários para trabalhar com esse tipo de fonte. A autora afirma que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o leitor. Em relação a pesquisa histórica, Luca afirma que:

o historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa”.¹⁴

Cabe ao pesquisador que trabalha com imprensa, entender quais as motivações que levaram à decisão de publicar determinada reportagem. Tania de Luca afirma que a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.¹⁵ Já Umberto Eco afirma que o autor deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor. Logo, o texto visual deve estar relacionado com o contexto em que o destinatário está inserido, dando a ele potencialidade significativa. Fazendo com que o leitor o perceba, o reconheça e o atualize.¹⁶

Outro aspecto importante que será elemento de análise na pesquisa é a fotografia de imprensa. Ambos jornais selecionados possuem, no recorte temporal pesquisado da pesquisa, um número significativo de fotografias que enfatizam as reportagens. A análise fotográfica é de suma importância para compreender a

¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia: O jornal de São Paulo**. Alfa Ômega, 1980, 118.

¹⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, CARLA. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005, p. 140.

¹⁵ Idem, p. 140.

¹⁶ ECO, Umberto. O Leitor Modelo: *In*: ECO, Humberto. **Leitor in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004.p. 35-45.

totalidade de informações que um texto possui, pois, segundo Ana Mauad “desde a sua descoberta até os dias de hoje, a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo e registrando sua história numa linguagem de imagens”.¹⁷ Segundo a mesma autora:

Considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro.¹⁸

As fotografias produzidas durante a Campanha da Legalidade e divulgadas pelos jornais selecionados foram de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. A riqueza histórica que carrega essas páginas, com informações políticas do nosso país durante um momento chave na história contribui, não só para o meio acadêmico, mas para toda a sociedade, conhecer o nosso passado a fim de entender e tentar evitar os mesmos erros.

O jornal *Diário de Notícias* foi fundado em Porto Alegre no ano de 1925, quando a imprensa gaúcha estava prestes a completar um século, e finalizou suas atividades em 1979, sua história é marcada por um recomeço em 1954, quando o jornal passou por um incêndio que destruiu sua sede. O editorial de apresentação já dizia a que veio:

[...] Em duas palavras, aliás, se resume todo o nosso programa: serenidade na informação, honestidade na crítica. Fugiremos, deliberadamente, ao sensacionalismo com que, mais de uma vez, neste últimos tempos, tem se confundido a noção de jornalismo moderno.¹⁹

Durante a Campanha da Legalidade o *Diário de Notícias* se fez presente no Palácio Piratini, um dos seus jornalistas, Celito de Grandi, que posteriormente se tornou editor chefe do jornal, afirma que naquele longínquo agosto de 1961:

Embora a escassa experiência, lá estava eu, nos porões do Palácio Piratini, a testemunhar a história. Numa das tantas idas e vindas, ao ingressar na sede do governo, recebi, a exemplo de dezenas de outros jornalistas, um revólver 38, para resistência que se avizinhava.²⁰

Essa presença do periódico nos porões do Palácio Piratini mobilizou seus jornalistas em prol da legalidade e fomentou a criação de notícias, matérias e fotografias que contribuíram para registrar os fatos como eles ocorreram.

¹⁷ MAUAD, Ana. **Poses e Flagrantes**: Ensaio sobre história e fotografias. Niterói: Eduff, 2008. P. 34.

¹⁸ Idem, p. 34.

¹⁹ *Diário de Notícias*, 01/03/1925. p. 1.

²⁰ DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**, Porto Alegre: L&PM, 2005. p. 123.

No que se refere ao jornal *Tribuna da Imprensa*, tem a sua fundação ligada a pessoa de Carlos Lacerda, que com apoio de políticos da UND, intelectuais católicos conservadores, grupos empresariais vinculados ao capital internacional externo e também da burguesia industrial, fundou o jornal em 27 de dezembro de 1949. De acordo com Márcio de Paiva Delgado:

O jornal contou no seu início com um 'Conselho Consultivo', formado pelos intelectuais Adauto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Sobral Pinto e Dario de Almeida Magalhães. Mas, em pouco tempo, o Conselho tornar-se-ia apenas decorativo, pois não conseguia se adaptar à uma realidade diária e frenética de um jornal vespertino. Lacerda assim assumiria total controle do jornal.²¹

Era Lacerda, portanto, o mentor do jornal desde a sua fundação até meados da década de 1960, conhecido como um dos mais ferrenhos opositores de Getúlio Vargas, Lacerda usava seus jornais para expor suas opiniões e críticas, além disso, usou sua imprensa para incitar golpes contra a democracia, alegando que os eleitos, muitas vezes, não mereciam governar, pois o povo não sabia votar. As críticas ao comunismo, tão corriqueiras nas páginas do jornal, demonstravam sua ideologia anticomunista. No entanto, o que de fato marcaria o jornalista, bem como seu jornal, era sua excelente capacidade retórica e argumentativa, que foi usada desde o início em prol de seus ideais. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, Lacerda, que em 1945:

havia renegado o Partido Comunista, adotado um catolicismo carola e assumido um perfil ultraconservador. Apesar disso, continuava atrevido, oportunista e mais abusado ainda. Também tinha verve, erudição, esbanjava competência e possuía uma inteligência incendiária. Lacerda sabia manejar as palavras, e era um mestre insuperável na arte da intriga política: surpreendia o adversário com suspeitas, acusava com ou sem provas, ridicularizava, achincalhava, sempre de forma sistemática e em tom contundente.²²

Quando a renúncia de Jânio Quadros abalou a política brasileira, a *Tribuna da Imprensa* noticiou do dia 25 de agosto de 1961 ao dia 05 de setembro de 1961 cerca de cento e doze títulos contendo cerca de trinta e três imagens sobre a reviravolta política, mas era no anonimato que, muitas vezes, Carlos Lacerda atacava seus adversários políticos. Com textos ácidos e críticos, Lacerda discursava à seus leitores, apoiando os militares que queriam impedir a posse de

²¹ DELGADO, Marcio de Paiva. **"O golpismo democrático" Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 – 1964)**. Juiz de Fora, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Instituto de Ciências Humanas. p. 56.

²² SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015. p. 326.

Goulart, disparando contra Leonel Brizola, e muitas vezes mentindo sobre os fatos, para manter seus leitores desinformados, evitando assim, possíveis novos focos de resistência pela legalidade dentro do Estado da Guanabara, onde era governador.

A análise deste dois veículos da imprensa e seu posicionamento frente à crise política causada pela renúncia de Jânio Quadros, resultando na Campanha da Legalidade, e que teve seu fim com a posse de João Goulart à presidência é o principal objetivo desta pesquisa. Vale ressaltar que este trabalho apresenta uma proposta inovadora ao passo que irá pesquisar o tema Campanha da Legalidade utilizando o *Diário de Notícias* (RS) e a *Tribuna de Imprensa* (RJ) como fonte histórica, comparando os dois. Portanto, todas as informações levantadas através desta pesquisa são de grande importância, pois o ineditismo dos resultados obtidos irão somar com outras produções na área do conhecimento histórico que abrange todo o período aqui pesquisado.

Tanto a *Tribuna de Imprensa* quanto o *Diário de Notícias* estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, o que facilita a pesquisa nesse momento adverso causado pela pandemia do Corona vírus. Ao longo do capítulo 1 o leitor já terá contato com os jornais. No entanto será nos capítulos 2 e 3 que as considerações sobre a campanha da legalidade, publicadas nos jornais, serão analisadas e comparadas. Para entender como a *Tribuna* e o *Diário* se posicionaram durante a Campanha da Legalidade, estabelecemos um recorte temporal de apenas 15 dias, que tem início no dia seguinte a renúncia de Jânio Quadros, 26 de agosto de 1961, finalizando a 9 de setembro do mesmo ano, este período, apesar de curto, abrange toda a crise.

A dissertação será dividida em três capítulos, no primeiro, intitulado *Petéritos da crise: O Brasil e o mundo nas décadas de 1940 e 1950*, apresentamos o contexto mundial e brasileiro a partir da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria, a polarização mundial entre capitalismo e socialismo, as zonas de influência das potências Estados Unidos e União Soviética e seus conflitos regionais, a corrida armamentista e suas consequências, o anticomunismo e suas perseguições, a Revolução Cubana, entre outras características e acontecimentos do período. O primeiro capítulo tem por objetivo, preparar o leitor para o ano de 1961, para tanto, após entender o contexto mundial, iremos analisar como o Brasil se inseriu nele, marcado pela polarização política. Outros pontos abordados no capítulo são as crises que ocorreram durante esse período, a crise do suicídio de Getúlio Vargas e

a tentativa de barrar a posse de Juscelino Kubitscheck, e como ambas tem ligação com a crise de agosto de 1961, causada pela renúncia de Jânio Quadros. Os jornais foram aproveitados na explanação de todas essas questões.

Além disso, o Capítulo 1 apresenta uma revisão bibliográfica das pesquisas que contribuíram para a elaboração desta dissertação bem como uma breve trajetória dos jornais escolhidos, seus principais autores, seu posicionamento perante as crises, seu formato e sua identidade como imprensa.

No que tange o capítulo 2: *A crise da renúncia de Jânio Quadros: Tempos de luta pela legalidade*, iremos dissertar sobre a Campanha da Legalidade, usando como fonte, depoimentos de quem viveu os acontecimentos daquela fatídica semana de inverno em que o país esteve a um passo de uma guerra civil. Além disso, a historiografia será utilizada para fazer um paralelo com as matérias jornalísticas produzidas pela *Tribuna da Imprensa* e o *Diário de Notícias*, buscando entender como ambas se posicionaram perante a crise, visto que uma delas, o *Diário*, estava presente no Palácio Piratini, ao passo que a *Tribuna* acompanhava a distância, muito mais próxima do comando da esfera Federal.

Por fim, o terceiro capítulo chama-se: *A opção pela via parlamentarista e seus desdobramentos*. Como o título sugere, o último passo será entender como os políticos chegaram a uma solução para a crise, quais negociações foram necessárias para a solução da crise? Iremos nos debater sobre as fontes para entender como o parlamentarismo foi abordado pelos jornais e a partir deles. Alguns questionamentos que serão abordados serão: perceber como a população reagiu e em que tom essa solução política foi noticiada? E mais, como a posse de João Goulart foi publicada pelos periódicos? A solução trouxe paz imediata e a longo prazo ao país? As respostas a essas últimas questões devem ser encontradas ao longo do último capítulo.

CAPÍTULO I: PRETÉRITOS DA CRISE: O BRASIL E O MUNDO NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Entendendo a história como um processo de ações e reações, na qual o micro é afetado pelo macro, ao passo que a ele pertence, precisamos compreender o contexto mundial do período posterior à Segunda Guerra Mundial para, de fato, começar a entender o que se passava no Brasil dos primórdios da década de sessenta, nosso recorte temporal. Essa década é um ponto chave para entender nossa história pois é neste período que ocorrem diversas crises políticas e que tem como pano de fundo a Guerra Fria, logo, é imprescindível seu conhecimento. Portanto, ao longo deste primeiro capítulo iremos analisar o contexto histórico mundial em primeiro momento, e a nível de Brasil em um segundo momento, ao longo das duas décadas posteriores após a Segunda Guerra Mundial, para entender como o mundo todo foi afetado por esse conflito e quais possíveis consequências surgiram deste conflito. Além disso, pretendemos analisar também neste capítulo as crises políticas pelas quais o país passou antes durante esse período. Uma breve trajetória da imprensa brasileira ao longo da década de 1950 e um aprofundamento sobre a trajetória do *Diário* e da *Tribuna* neste período também serão abordados neste primeiro capítulo.

1.1. O CONTEXTO INTERNACIONAL DA GUERRA FRIA

A Guerra Fria, apesar do nome, é muito mais um confronto ideológico entre modelos econômicos e sociais do que uma luta armada entre países inimigos, como verificado na primeira metade do século XX. Não que não houvesse conflitos armados, no entanto, a disputa ideológica entre comunismo *versus* capitalismo sempre era mais evidente, e era o que justificava de fato os conflitos. Sobre a Guerra Fria, Hobsbawm afirma que:

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.²³

²³ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 224.

A Segunda Guerra Mundial durou de setembro de 1939 a setembro de 1945 e envolveu nações de todos os continentes, os conflitos aconteciam da França, que havia sido dominada pela Alemanha Nazista, estendendo-se até o leste europeu, norte da África, Oriente Médio, Oceano Pacífico e Extremo Oriente. Os primeiros três anos de guerra deram ao Eixo²⁴ o domínio de quase toda a Europa. No entanto, os rumos do conflito passaram a mudar no ano de 1941, o ataque aéreo do Japão às ilhas havaianas forçou os Estados Unidos a entrar na guerra ao lado dos Aliados.²⁵ antes disso, em junho daquele ano, Hitler havia dado início a Operação Barbarossa, nome pelo qual ficou conhecida uma série de ataques no leste europeu, que tinha por principal objetivo derrotar a União Soviética. Vale ressaltar que antes desse ataque, Hitler e Stalin haviam assinado um pacto de colaboração e de não agressão, o chamado Pacto Molotov–Ribbentrop; com um exército formado por mais de três milhões de soldados nazistas, Hitler sofreu suas primeiras derrotas na Segunda Guerra Mundial.

No final de abril de 1945, Hitler, percebendo que havia fracassado em seus objetivos, e percebendo Berlim cercada por seus inimigos, cometeu suicídio, pouco tempo depois a Alemanha se rendeu aos Aliados.²⁶ Dois países se destacaram nestes últimos meses contra o nazismo, Estados Unidos e União Soviética. Esses dois países passariam então a reivindicar os espólios da guerra, não materiais, mas sim o reconhecimento e o poder que tais feitos iriam proporcionar.²⁷ Esses dois países, juntamente com França e Inglaterra, tinham como primeira missão após o fim do conflito na Europa a organização do continente, como conter aquela massa de pessoas famintas, frustradas e cheias de ódio contra seus inimigos. De acordo com Keith Lowe a Europa havia se transformado em:

²⁴ O Eixo era uma aliança militar que incluía Alemanha, Itália e Japão, formada principalmente pela soma de interesses imperialistas que os três países tinham.

²⁵ Da mesma forma que os integrantes do Eixo, França e Inglaterra haviam se unido e formando uma aliança com o objetivo de se defender principalmente da Alemanha, que havia se fortalecido belicamente desde que Hitler se tornara presidente. Essa aliança passou a ganhar muitos adeptos ao longo da guerra, principalmente a entrada dos Estados Unidos e da União Soviética.

²⁶ O fim da guerra no continente europeu não encerrou de fato a Segunda Guerra Mundial, ela se estendeu por mais alguns meses, e estava basicamente restrita entre Estados Unidos e Japão, com a forte resistência dos japoneses, que se escondiam em ilhas no Pacífico, resistindo bravamente, os Estados Unidos resolveram aplicar a arma mais mortífera que um país já havia criado, esta arma acabou aniquilando duas cidades japonesas, Hiroshima e Nagasaki, forçando o Japão a se render. No entanto, a explosão das bombas atômicas serviu não apenas para encerrar o conflito, mas também para mostrar ao mundo o poder bélico que os Estados Unidos possuíam, e dessa forma intimidar a União Soviética.

²⁷ Para saber mais sobre os conflitos da Segunda Guerra Mundial ver: JORDAN, David; WIEST, Andrew. **Atlas II Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Escala, 2008.

Um mundo em que as fronteiras entre os países pareçam ter se dissolvido, deixando uma paisagem única, interminável, na qual as pessoas viajam em busca de comunidades que não existem mais. Não há mais governos, sejam eles em escala nacional ou local.²⁸

Este período de reorganização da Europa – e posteriormente do mundo – foi o primeiro grande problema com que os países vencedores tiveram de lidar. O que fazer com aquele mar de gente, das mais variadas etnias, crenças, costumes e desgraças? Havia, no entanto, outro problema, o que fazer com os vencidos, os derrotados? O que fazer com esse enorme contingente de prisioneiros? Como evitar que novos Hitlers, Mussolinis e Stalins surgissem do caos, assim como na Primeira Guerra Mundial? Foi necessário muitas reuniões, acordos, discursos e tratados para reorganizar o mapa da Europa. No entanto, os vencedores discordavam do modelo econômico e social que deveria ser colocado em prática.

Apesar de todas as perdas humanas, a União Soviética – que perdeu cerca de 27 milhões entre soldados e civis²⁹ – desfrutava de grande prestígio por ter libertado, quase todo o leste europeu das garras do nazismo. Entretanto, o custo que os países libertos tiveram de pagar foi a implantação do socialismo. Do lado ocidental, os Estados Unidos foram responsáveis por auxiliar de forma muito efetiva os países aliados a empurrar até Berlim as forças nazistas, portanto, foi natural que os estadunidenses permanecessem por lá até que a situação se normalizasse, o que levou anos para acontecer.

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.³⁰

Tratava-se, no entanto, de uma disputa de qual país era o mais forte, qual o modelo econômico e social mais eficiente para recuperar a Europa e o mundo caótico pós a Segunda Guerra Mundial, no qual não havia mais os poderosos impérios coloniais e os sistemas políticos anteriores a guerra. A paz e a prosperidade não faziam mais parte do imaginário europeu, cujo continente se tornou laboratório para o que viria a ser o mundo, com a consolidação da

²⁸ LOWE, Keith. **Continente selvagem**: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. p. 9.

²⁹ Idem, p. 32.

³⁰ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. p. 224.

bipolarização Comunismo *versus* Capitalismo. A partir deste momento, nenhum país do globo poderia se manter neutro, praticamente, não havia a possibilidade de não “escolher” se alinhar a um dos sistemas. Não sem consequências.

No entanto, havia uma certa vantagem em escolher um dos lados nessa disputa pelo controle do mundo, o lado capitalista, através dos Estados Unidos, designou centenas de milhões de dólares para recuperar países afetados pela guerra, caso garantissem estar alinhados aos Estados Unidos, essa política se deu através do Plano Marshall, além disso, podemos apontar a chamada Doutrina Truman³¹ como responsável pelo acirramento dos discursos anticomunistas. Ambas as políticas tinham o objetivo de defender o mundo do comunismo. A União Soviética, percebendo que poderia perder terreno para o capitalismo americano, decidiu tomar medidas equivalentes, foi então que criou, em 1949, o Conselho de Ajuda Econômica Mútua (Comecon), que visava auxiliar a recuperação dos países destruídos e que estavam sob influência dos soviéticos.³² “A disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e a União Soviética se concretizava em dois blocos militares – a OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte), por um lado, e o Pacto de Varsóvia, por outro.”³³

Percebendo o iminente risco de uma nova guerra, de proporções ainda maiores que a Segunda Guerra Mundial, os países continuavam se armando, desta vez com uma tecnologia ainda mais mortífera, as bombas atômicas, que possuíam um enorme poder de destruição. No entanto, ao perceber esse real poder bélico, ambas potências perceberam que o viés atômico seria, na verdade, uma via de mão dupla de super destruição:

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares — quatro anos depois de Hiroxima [SIC] no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) — as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida.³⁴

Para entender a gravidade da situação da Europa, e principalmente da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, é preciso saber que este último foi dividido em áreas de influência: “Nas conferências de Ialta e Potsdam, em 1945, os

³¹ Essa política de combate ao comunismo teve início quando o então presidente dos Estados Unidos Henry Truman fez um discurso em março de 1947 afirmando que seu país seria um guardião do mundo contra o comunismo soviético.

³² Para saber mais sobre as políticas econômicas de auxílio na Guerra Fria ver: GADDIS, J. L. **A Guerra Fria**. São Paulo: Edições 70, 2007.

³³ TAVARES, Flávio. **1964, o golpe**. Porto Alegre: L&PM, 2014. p. 63.

³⁴ HOBBSBAWM, Eric. Op. Cit. p. 229.

aliados de guerra concordaram em dividir a Alemanha em quatro zonas, cada uma administrada separadamente por França, Inglaterra U.R.S.S e E.U.A”³⁵ Um dos momentos mais tensos da Guerra Fria foi o bloqueio à Berlim Ocidental³⁶, que era um enclave capitalista dentro do território alemão da União Soviética. Em 1948, os soviéticos bloquearam os acessos terrestres à Berlim Ocidental, pois controlavam todo o território periférico da cidade. O objetivo era evitar que suprimentos chegassem à cidade de forma mais eficiente, ou seja, por terra. Para contornar a crise, os aliados criaram uma força tarefa que passou a fornecer mantimentos através de aviões que sobrevoavam a cidade³⁷, entretanto o impasse havia resultado em uma grave crise diplomática entre as duas potências. O jornal *Tribuna da Imprensa*, que será devidamente apresentado ao leitor posteriormente, estava atento a esse conflito, suas notícias e matérias serão usadas para que possamos compreender melhor o contexto histórico mundial e nacional do período.

Com o título “Hora decisiva em Berlim”³⁸ a página sete da edição de 19 de janeiro de 1951 informava que Berlim Ocidental estava bloqueada pelos soviéticos. A reportagem é informativa, mas demonstra a percepção de crise iniciada com a atitude dos Soviéticos para com a cidade de Berlim Ocidental, na tentativa de sufocar economicamente a cidade. Uma das consequências dessa crise foi a divisão do território alemão em dois países: a República Federal da Alemanha, capitalista, e a República Democrática Alemã, socialista e ligada a União Soviética.

Com o passar dos anos outros meios de disputa foram adotados, um deles, talvez o mais marcante da Guerra Fria, foi o uso da propaganda para legitimar ou deslegitimar o capitalismo ou o socialismo. Foi uma medida usada em larga escala, principalmente pelas duas principais potências rivais, e o resultado foi a publicação de diversos filmes, livros, histórias, cartazes, músicas entre outras formas de arte que buscavam promover os valores estadunidenses, ou soviéticos, e consolidar a imagem de um grande inimigo, interno e externo, o comunismo no caso dos Estados Unidos, e o capitalismo no caso da União Soviética. Além disso, o medo

³⁵ BEEDEN, Alexandra. KENNEDY, Sam. **O livro da História**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017. p. 296.

³⁶ Berlim também havia sido dividida em zonas de influência, no entanto, a cidade ficava do lado oriental da divisão pós-guerra, após o impasse do Bloqueio de Berlim, criou-se a República Democrática Alemã, que abrangia toda a Alemanha dentro da zona de influência soviética.

³⁷ BEEDEN, Alexandra. KENNEDY, Sam. Op. Cit. p. 297.

³⁸ *Tribuna da Imprensa*, 19/01/1950, p. 7.

foi utilizado de forma sistemática, pois tanto Estados Unidos quanto União Soviética possuíam, já na década de 1950, um potencial bélico nuclear capaz de causar destruição centenas de vezes maior do que as bombas de Hiroshima e Nagasaki, segundo Hobsbawm:

Não está muito claro se chegaram a considerar a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros, mas de todo modo as armas foram não foram usadas. Contudo, ambos usaram a ameaça nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões: os EUA para acelerar as negociações de paz na Coreia e no Vietnã (1953, 1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956.³⁹

E assim uma série de discursos foram produzidos e reproduzidos em seus países com o objetivo de firmar posição contra os inimigos internos e externos. Em uma matéria da *Tribuna da Imprensa*, em 1960, por exemplo, afirma que o deputado Estadunidense republicano Craig Hosmer:

Pretende apresentar [...] uma proposta segundo o qual toda a intervenção direta ou indireta do comunismo internacional em qualquer parte do Hemisfério Ocidental seria considerada como ameaça à paz e a segurança das nações americanas.⁴⁰

Este clima tenso e bipolarizado levou também a perseguições de qualquer pessoa que fosse suspeita de colaborar com o inimigo, a punição ia desde a prisão, como nos Estados Unidos, ou, como o envio dos “traidores” para os campos de trabalho forçado na Sibéria, como no caso da União Soviética:

O ‘mundo ocidental e cristão’ resguardava-se da ‘contaminação comunista’ desconfiando de tudo o que divergisse da rígida liderança norte-americana e rejeitando (ou reprimindo) tudo o que fosse reivindicação social ou de independência nacional, pois aí podia estar o ‘dedo vermelho’ ou ‘ouro de Moscou’.⁴¹

Na América Latina a Guerra Fria também se manifestou de diversas formas, inclusive através da intervenção direta dos Estados Unidos em várias oportunidades, com a premissa de salvar a América do comunismo, falhou no caso de Cuba, e teve sucesso em outros países como Guatemala, Chile e Brasil. A intervenção também ocorria no setor econômico, uma política de auxílio aos países do chamado “Terceiro Mundo”, desta forma ajudando-os em seu desenvolvimento em troca da lealdade aos Estados Unidos, essa política ficou conhecida como Aliança para o Progresso, de acordo com Schlesinger:

O programa de ajuda externa norte-americana orientado para a América Latina lançado nos anos 60 durante a gestão de J. F. Kennedy (1961-63)

³⁹ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. p. 181.

⁴⁰ *Tribuna da Imprensa*, 04/01/1960, p. 6.

⁴¹ TAVARES, Flávio. 1964. Op. Cit. p. 64.

se constituía de um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político. Esse projeto constava de três elementos, percebidos como 360 interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política.⁴²

Entender como os Estados Unidos interferia na política dos países latino-americanos é crucial para entender como a crise da renúncia de Jânio Quadros foi um impasse para a política brasileira em 1961, visto que qualquer gesto, discurso, ou medida tomada por algum político em esfera estadual ou federal era colocado em uma espécie de “régua ideológica” para saber o que esta ou aquela atitude representava no cenário internacional. Quando Jânio Quadros condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, por exemplo, muitos acharam que o gesto se tratava de uma aproximação com os países socialistas, logo, colocava em xeque a posição do Brasil na esfera internacional. Tavares afirma que:

Os anos 1950-1960 foram tempos de aberta conspiração político-militar, a tal ponto que, na América Latina, os exércitos pareciam destinar-se, mais do que tudo, a preparar golpes de Estado, não a defender a integridade dos territórios.⁴³

Era comum que a disputa entre as ideologias esquerda *versus* direita, bem como a nacional-desenvolvimentista *versus* liberal (que serão abordadas posteriormente) tomasse conta de diversos setores da sociedade, até mesmo “os oficiais tomavam abertas posições políticas – de um lado, divididos entre ‘americanófilos’ e ‘nacionalistas’”.⁴⁴ Tavares ainda afirma que: “Com a Guerra Fria alimentando a política interna, os quartéis eram, também, centros de arregimentação ideológica, em contendias abertas ou veladas, mas sempre presentes”.⁴⁵ Os militares de alta patente eram tão ativos na política brasileira durante o final da década de 1950 e início de 1960 que quando Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, foram os chefes militares da Marinha, Aeronáutica juntamente com o Ministro Guerra que alegaram incompatibilidade de João Goulart com a presidência, e somente após muitas negociações e com a “benção” dos militares que a crise, como veremos posteriormente, foi resolvida.

Outro ponto que corrobora para entender o contexto no início da década de 1960, é o fato de que havia se passado alguns poucos anos da primeira revolução

⁴² SCHLESINGER JR. 1975. **The Alliance for Progress: A Retrospective.** In: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (eds.). **Latin America: The Search for a New International Role.** New York: J. Wiley. p. 63.

⁴³ TAVARES, Flávio. 1964. Op. Cit. p. 63.

⁴⁴ Idem, p. 63.

⁴⁵ Ibidem, p. 63.

comunista da América. Em janeiro de 1959, depois de anos lutando contra o governo de Fulgêncio Batista, os irmãos Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, com apoio da população, entraram em Havana e deram início ao governo socialista. Os Estados Unidos da América, então principal defensor do capitalismo, tentou impedir o sucesso da revolução enviando tropas para combater o novo governo, porém sem sucesso.⁴⁶ Segundo o historiador Carlos Fico: “Os Estados Unidos não admitiriam em nenhuma hipótese uma outra Cuba, um outro governo na América Latina de viés socialista, de viés comunista”.⁴⁷ O jornal *Diário de Notícias* destacou várias vezes os conflitos envolvendo a luta armada na ilha caribenha:

A edição publicada em 02 de janeiro de 1959 faz duras críticas ao “ditador”, ao “tirano” Fulgêncio Batista, que era presidente de Cuba até antes da revolução: “Mais um ditador caiu estrepitosamente; Fulgêncio Batista, que desde 1952 vinha tiranizando o povo cubano, depois de haver corrompido suas instituições públicas [...] Fugiu de Cuba para o refúgio que outro ditador lhe havia preparado”.⁴⁸

Além disso, fez elogios à Fidel Castro:

Fidel Castro, que revelou nessa jornada revolucionária verdadeira fibra de herói, com ambições quase místicas para o bem-estar de seu povo, certamente será fiel ao seu ideal revolucionário que alimenta desde os vinte anos de idade [...] O povo cubano reconquistou a liberdade. Ganha novamente um governo decente [...] que o exemplo cubano possa, mais uma vez, inspirar os adversários do despotismo em todas as partes do mundo.⁴⁹

Quanto ao movimento revolucionário cubano, além de duras críticas ao presidente deposto Fulgêncio Batista, o jornal traz números de mortos e feridos, a cronologia dos acontecimentos e curiosidades a respeito do ocorrido. Assim como fez o *Diário*, a *Tribuna da Imprensa* reservou quase toda uma página em uma de suas edições para narrar os acontecimentos cubanos. Antes de abordar essa edição, importante apontar que não é objetivo desta pesquisa julgar o posicionamento dos jornais perante a Revolução Cubana, no entanto, de uma forma geral, observar como os jornais retrataram uma vitória comunista na América Latina, irá contribuir para o resultado desta pesquisa. A *Tribuna*, portanto, na edição de 02 de janeiro de 1959 destacou o título “Fidel Casto repudia novo governo de

⁴⁶ AYERBE, Luís Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

⁴⁷ O DIA que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. São Paulo: Pequim Filmes, 2012. (77 min).

⁴⁸ *Diário de Notícias*, 02/01/1959, p. 2.

⁴⁹ Idem, p. 2.

Cuba”⁵⁰ a qual informa uma exigência de Fidel para que o governo do país fosse entregue a seu amigo Manuel Urrutia. A mesma edição retrata Fulgêncio Batista como ditador, no entanto, há uma certa moderação no discurso: “O presidente da República, general Fulgêncio Batista deixou, ontem, pela manhã, esta capital, seguindo em avião, para Ciudad Trujillo”.⁵¹ O jornal também destaca o clima de tensão e quebra-quebra na capital cubana na noite anterior:

Uma onda de saques e pilhagem ocorreu no centro de Havana, ontem à tarde. Centenas de pessoas percorreram o Prado em frente aos escritórios da UPI, destruindo os estabelecimentos que haviam ficado intactos na onda anterior de quatro horas de desordens. [...] Tiros se estão trocando em diversos pontos da cidade entre a polícia e amotinados que procuram saquear as casas comerciais.⁵²

É claro que analisar de forma superficial não é suficiente para tirar conclusões, mas, como foi salientado anteriormente, não é a intenção neste momento. Entretanto, trazer algumas citações dos jornais pesquisados nesta dissertação no decorrer desta contextualização é de suma importância para familiarizar o leitor com os jornais que serão analisados na sequência.

Neste momento o leitor deve estar se perguntando: Mas e o Brasil nessa história toda? Pois bem! Agora que já vislumbramos uma parte importante do contexto histórico mundial, voltamos nossa atenção para o Brasil, a fim de compreender de que forma o país lidou com os desdobramentos da Guerra Fria, principalmente na década de 1950, que antecede cronologicamente o nosso principal tema de pesquisa, a Campanha da Legalidade.

1.2. O BRASIL E SUA FRÁGIL DEMOCRACIA

A década de 1950 foi marcada por instabilidade política, por um acirramento entre modelos de governabilidade e de crises que abalaram a frágil democracia da época. Após o governo do General Eurico Gaspar Dutra, novas eleições marcaram a volta de um velho e conhecido político, Getúlio Vargas, que havia:

reajustado os pontos principais de seu velho projeto nacionalista e industrializante ao novo contexto internacional, e destacara duas bases: desenvolvimento e bem-estar social. O mote que escolheu era caro aos brasileiros, sobretudo em tempos de Guerra Fria: a independência econômica do país.⁵³

⁵⁰ *Tribuna da Imprensa*, 02/01/1959, p. 6.

⁵¹ *Idem*, p. 6.

⁵² *Ibidem*, p. 6.

⁵³ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 332.

De acordo com Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado, o candidato pelo Partido Trabalhador Brasileiro, o PTB, Vargas retornou à Presidência resolvido a diferenciar-se do ditador estado-novista, o novo presidente retomaria o trabalhismo.⁵⁴ Para tanto, construiu alianças que futuramente lhe custariam caro mantê-las, aliou-se com a UDN em Pernambuco, com Ademar de Barros em São Paulo, que era um de seus antigos adversários, mas com enorme poder de conversar com as massas, no norte e nordeste para conseguir mais votos, escolheu Café Filho para ser seu vice-presidente.⁵⁵ Com o discurso voltado para investimentos do Estado na economia e reformas sociais, Vargas se elegeu com 49% dos votos. No entanto, logo no início de seu mandato, teve de lidar com uma oposição forte, de vários setores da sociedade, como a imprensa, partidos políticos, e uma parcela dos trabalhadores que estavam organizados em sindicatos.

O segundo governo Vargas sofreu renhida oposição, sobretudo da União Democrática Nacional (UDN), antagonismo que se realimentaria dos maus resultados da política de desenvolvimento, da alta dos impostos sobre a importação, da espiral inflacionária e da carestia.⁵⁶

No que tange especificamente à imprensa, Vargas sofreu oposição de grandes jornais do centro do país como o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *O globo* e da *Tribuna da Imprensa*. Luis Carlos Martins explica que um dos motivos que levavam os jornais a esse posicionamento de oposição à Vargas era a discordância do seu modelo econômico para o Brasil:

Getúlio seria o portador de um programa econômico nacionalista, que pregava ampla intervenção do Estado na economia e era hostil ao capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento capitalista autônomo. Já a grande imprensa defendia a não-intervenção estatal na economia e o máximo de liberdade ao fluxo de capital e mercadorias. Essas medidas tornariam o país mais apto para atrair investimentos estrangeiros e/ou se especializar na produção dos bens que lhe permitissem maiores vantagens no comércio internacional, no caso, produtos primários.⁵⁷

⁵⁴ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 55.

⁵⁵ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit, p. 333.

⁵⁶ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 55.

⁵⁷ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional.** 360f. Porto Alegre, PUCRS, 2010. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 32.



Figura 1: O preguiçoso acabou votando

Fonte: *Tribuna da Imprensa*, 04/10/1950, p. 1.

O jornal *Tribuna da Imprensa*, liderado por Carlos Lacerda, na época vereador pela cidade do Rio de Janeiro, “cujo discurso sistemático pautava-se pelo liberalismo radical e contra o intervencionismo estatal na economia”⁵⁸, e que era também o maior opositor ao getulismo, publicou em 04 de outubro de 1950, na sua capa, uma foto de Getúlio Vargas, com um título emblemático: “O preguiçoso acabou votando”.⁵⁹ Se o leitor do jornal fosse descuidado, poderia facilmente confundir “votando” com “voltando”. O jornal faz um “jogo de palavras”, mas o texto toma um rumo com frases como: “Ele perdeu o título eleitoral e não havia requerido a tempo a segunda via. A mesma displicência com a qual deixou de assinar a Constituição, ficando assim mais fácil o trabalho de traí-la, na qual ele se especializou”.⁶⁰ O fato é que Getúlio Vargas teve diversas dificuldades para governar, a realidade não era mais a mesma dos anos 1940, quando ele era ditador.

⁵⁸ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 206.

⁵⁹ *Tribuna da Imprensa*, 04/10/1950, p. 1.

⁶⁰ Idem, p. 1.

Como afirmam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling “seu feitio era de mando. Propenso a soluções autoritárias, confiante no poder pessoal, escolado em golpes e levantes, ele simplesmente não sabia atuar num ambiente democrático”.⁶¹ Desta vez, deveria obedecer aos meios legais e democráticos para realizar suas ações, uma delas, o trabalhismo, cujos princípios estavam na “intervenção do Estado nas esferas econômica e social, no reforço ao sindicalismo estatal e no papel ampliado da Justiça do Trabalho, com o fim de evitar as greves e seu curso “explosivo”.⁶²

A fim de sobreviver à ditadura da qual fora chefe, Getúlio rebocou suas promessas de nacionalismo e justiça social e, na sua oratória, reconvidou os trabalhadores a tomarem assento numa plataforma nacional-reformista de desenvolvimento econômico sob o controle do Estado. Sem receber uma negativa, realizou-se o trabalhismo que preconizou, um movimento de exaltação à sua pessoa e às leis do trabalho com teor nacionalista e em prol da justiça social.⁶³

Apesar de Vargas investir no crescimento econômico nacional, no desenvolvimento da indústria brasileira, bem como em estratégias para conciliar diferentes setores da dividida sociedade brasileira, não obteve sucesso. Havia algo no cenário político brasileiro, que o próprio Vargas ajudou a criar, um sentimento de antagonismo político, que colocava de lados opostos ele próprio e sua política de Nacional Desenvolvimento, e um projeto de cunho econômico liberal, porém, politicamente conservador, que tinha como um de seus principais pilares, o antigetulismo.

De acordo com Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado, esses dois projetos disputavam, já em 1945, a preferência do eleitorado:

Um deles, chamado inicialmente, ainda em 1945, de getulismo, ganharia, pouco tempo depois, o escopo de um programa político consistente, nomeado de trabalhismo e institucionalizado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Unidos no plano sindical, trabalhistas e comunistas passaram a defender um projeto para a nação que se contrapunha ao avanço dos interesses econômicos norte-americanos, portanto nacional, mas com base no fortalecimento do Estado e de empresas estatais, ou seja, estatista.⁶⁴

Já de acordo com Boris Fausto, “os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do capital internacional”.⁶⁵

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 335.

⁶² ALVES, Juliana Martins. Trabalho e trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como um “antidireito” (1951-1954). **Revista USP**, n. 172, p. 367-396.

⁶³ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 81.

⁶⁴ Idem, p. 310.

⁶⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 407.

O outro projeto tinha a UDN e setores das elites empresariais e políticas como seus principais defensores, além de integrantes das classes médias conservadoras, os quais eram seus principais eleitores. O projeto defendia:

a abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; valorização das virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho; alinhamento incondicional aos Estados Unidos.⁶⁶

Não é o objetivo principal desta pesquisa analisar profundamente os projetos econômicos que cada aliança política defendia, no entanto, para elucidar um pouco essa questão, cito aqui Luís Carlos Martins, que produziu sua tese de doutorado analisando, entre outras questões, estes projetos econômicos (simplificadamente apontados por quem não é especialista no tema como antagônicos, Nacional-Desenvolvimentista e Liberal) e como a grande imprensa se posicionava em relação a estes partidos ou coligações políticas durante o segundo governo Vargas, segundo o autor, há uma tese de que:

Enquanto o programa de Getúlio seria nacionalista, favorável ao desenvolvimento autônomo da economia brasileira, anti-imperialista e, para alguns, até “popular”, a grande imprensa seria liberal e, assim, advogava a mínima intervenção do Estado na economia e o máximo de liberdade ao fluxo de capital e de mercadorias no país.⁶⁷

Martins afirma que apesar dessa interpretação ser muito difundida entre os historiadores, não existem muitas pesquisas que se aprofundem no tema, abrindo lacunas para quem pretende se utilizar dela. O autor afirma que especialistas em História Política apontam o Segundo Governo Vargas como “o início da elaboração e implementação de um projeto de industrialização acelerada, que tinha na burguesia industrial brasileira o seu principal suporte social”.⁶⁸ Entretanto:

embora ressaltem que este projeto implicava em uma forte interferência do Estado na economia e procurava direcionar a aplicação dos investimentos externos no país, estes autores contestam que ele fosse hostil ao capital estrangeiro ou anti-imperialista, na medida em que contava com a participação desse capital e com a ajuda dos EUA para se desenvolver.⁶⁹

Talvez o leitor já tenha percebido que, por trás desses dois projetos há, grosso modo, duas ideologias antagônicas, mas que muitas vezes se misturavam formando uma complexa rede de ideias políticas e econômicas. No entanto, vamos trabalhar com a ideia de que uma era mais à esquerda, cujo líder Getúlio pregava

⁶⁶ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit, p. 310.

⁶⁷ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Op. Cit. p. 3.

⁶⁸ Idem, p. 3.

⁶⁹ Ibidem, p. 3.

a interferência do Estado na economia, fiscalização de entrada e saída de capital estrangeiro, e independência política e econômica aos Estados Unidos. A outra mais à direita, pregava que a economia deveria caminhar sem a interferência do Estado, os capitais e as empresas estrangeiras deveriam ter liberdade para atuar no Brasil e que o país deveria se alinhar totalmente aos Estados Unidos. Essas duas formas de governar eram reflexos diretos da Guerra Fria. Não que Vargas fosse ligado aos comunistas, longe disso, no entanto, era visto por seus adversários políticos como um defensor dos sindicatos e operários, logo, naquele clima paranoico de Guerra Fria, era considerado alinhado a Moscou.

Durante toda a experiência liberal-democrática brasileira, entre 1946 e 1964, a Terceira República, os dois projetos, em concorrência, disputaram a preferência do eleitorado. No entanto, três momentos resultaram em situações de grande conflito, com a possibilidade, real, de guerra civil no país: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade em agosto de 1961. Momentos de grande tensão política, os dois projetos mediram forças, resultando em graves crises.⁷⁰

A primeira grande crise citada por Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado, nasce com a eleição de Getúlio Vargas, amadurece com a insatisfação dos liberais e com as greves dos trabalhadores e toma forma no ano de 1954, tendo seu desfecho “provisório” alguns dias após o suicídio de Getúlio Vargas. Provisório pois os grupos que agiram contra Getúlio Vargas serão os mesmo que irão agir contra Juscelino Kubitschek, no ano seguinte, e contra João Goulart, em 1961. Mas vejamos com calma os acontecimentos.

Em 1953 ocorreram mudanças no cenário político mundial que acabaram refletindo na forma como Vargas governava, uma delas, a eleição para presidente dos Estados Unidos, que colocou Eisenhower como chefe supremo da nação norte-americana. O novo presidente estava disposto a cortar gastos e combater ferozmente o comunismo. Entre os cortes estava a colaboração financeira com o Brasil através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, um programa de investimento em infraestrutura. “Com a inflação em crescimento e a queda nos salários, em março de 1953 eclodiu, em São Paulo, um grande movimento grevista conhecido como a Greve dos Trezentos Mil”.⁷¹ “A Greve durou quase um mês e foi coordenada pelos cinco maiores sindicatos de São Paulo: têxtil, metalúrgico,

⁷⁰ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 310.

⁷¹ Idem, p. 311.

gráficos, vidraceiros e marceneiros. Os grevistas conquistaram um aumento, em média, de 32% no salário”.⁷²

Marcada por coesão e manifestações públicas (passeatas, comícios, assembleias, piquetes com forte presença feminina e milhares de grevistas), contou com o amparo da opinião pública e solidariedade material não apenas de outros trabalhadores, mas também de comerciantes, médicos e imprensa, além de vereadores e deputados, que denunciaram a violência policial.⁷³

Para tentar contornar a insatisfação crescente, Getúlio Vargas nomeou João Goulart como Ministro do Trabalho, que passou a dialogar com sindicalistas e trabalhadores; Jango, como era conhecido, era presidente do PTB, sabia conversar e tinha um contato próximo com as lideranças sindicais. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling afirmam que:

A nomeação deu resultado. Goulart reaproximou do governo o movimento sindical, aliviou as pressões patronais sobre os sindicatos e construiu uma base operária para oferecer sustentação política a Vargas. Mas, com a situação econômica deteriorada, ele conseguiu apenas abrir canais de negociação; não era possível impedir a deflagração de novas greves.⁷⁴

No entanto, o desajuste nas contas públicas somadas a uma campanha Estadunidense contra o café brasileiro agravou a crise e gerou uma deterioração da situação econômica brasileira. Soma-se ainda a isso, o fato de João Goulart ter se tornado o alvo predileto da UDN, que tinha na época um maciço apoio da mídia do eixo Rio-São Paulo. O jovem político era muitas vezes taxado de riquinho incompetente e inexperiente.

O ministro do Trabalho, João Goulart, uma das principais lideranças trabalhistas e historicamente ligado aos sindicatos, propôs, como medida emergencial, um aumento de 100% para o salário-mínimo, o que reforçou ainda mais a rejeição patronal a seu nome.⁷⁵

A crise econômica foi somada a crise política, os ataques ao governo Vargas vinham tanto da UDN quanto do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Era recorrente na imprensa a acusação de que o próprio Ministro do Trabalho João Goulart era o mentor das greves, com o simples propósito de criar terreno para instituir uma “República Sindicalista” palavras que deixavam qualquer liberal apavorado. Sendo assim, com o objetivo de aos poucos ruir o governo, a principal tática da bancada udenista era, além de não ajudar o governo a resolver possíveis problemas, dificultar o máximo possível o trabalho da presidência, visto que:

⁷² SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 336.

⁷³ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida, Op. Cit, p. 57.

⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 337.

⁷⁵ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 311.

Para os liberais-conservadores, era inconcebível que o ditador do Estado Novo retornasse ao poder, sobretudo por meio do voto. Somente com o recurso da demagogia e pela manipulação de uma massa de eleitores incultos e desinformados um ditador simpático ao fascismo poderia eleger-se.⁷⁶

Os ataques iriam atingir também o Ministro João Goulart, acusado como demagogo, manipulador de sindicatos e fomentador de greves. Imagem que ficará associada a João Goulart até os anos 1960. A situação do governo Vargas piorou quando:

Um memorial assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis resultou em crise militar. João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, denunciou a assinatura do pacto ABC (Argentina, Brasil, Chile) de resistência à política norte-americana para a América do Sul.⁷⁷

A estratégia da oposição era muito clara, desqualificar o presidente, para enfraquecê-lo e assim forçá-lo a renunciar. Era evidente a insatisfação da UDN com as seguidas derrotas políticas nos pleitos presidenciais, iniciar um projeto golpista foi a solução encontrada pela ala mais radical do partido, e uma das alternativas para isso era buscar apoio militar dentro das forças armadas. “Naquele momento, contudo, o conflito entre o projeto que Vargas representava, o nacional-estatismo, e o liberalismo dos conservadores atingiria o clímax”.⁷⁸ A maioria dos jornais da imprensa foi atuante no processo, publicando matérias e reportagens criticando Getúlio Vargas.

A UDN passou a atacar o governo com apoio de empresários e da imprensa, principalmente através de Carlos Lacerda, que ganhava evidência na oposição a Vargas e a João Goulart, fosse através de seu jornal ou em outros veículos como o rádio e a televisão. Os militares, descontentes com a situação, lançaram o Manifesto dos Coronéis, denunciando os “promotores da desordem” e a construção de uma “república sindicalista” dentro do governo. De acordo com Paulo Markun e Duda Hamilton:

A campanha da Tribuna da Imprensa contra o governo Vargas parecia não ter fim. Em 1954, o jornal denunciou a corrupção na Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, fornecendo combustível para a manifestação de militares contrários à agitação dos operários e à corrupção no governo. Jango caiu, depois de propor aumento no salário-mínimo, mas nem sua demissão acalmou Lacerda: ‘Vão-se os anéis de Jango, ficam os dedos de Vargas’”.⁷⁹

⁷⁶ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 311.

⁷⁷ Idem, p. 312.

⁷⁸ Ibidem, p. 312.

⁷⁹ MARKUN, Paulo. HAMILTON, Duda. 1961: **O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 36.

Com todos estes percalços, Vargas buscou uma via de conciliação, demitindo João Goulart do cargo de Ministro do Trabalho. “Apesar de ter afastado o correligionário no mês seguinte, Vargas encampou sua proposta e, no feriado do Dia do Trabalho anunciou o aumento de 100% do salário-mínimo”⁸⁰ que, na verdade, apenas repunha as perdas de anos de inflação. Logo, a perseguição dos liberais e da imprensa, bem como de industriais e empresários se intensificou:

Com grande espaço em toda a imprensa, a oposição difundia e manjava imagens que procuravam, ao mesmo tempo, desqualificar o governo e indignar e mobilizar contra ele a população. Caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral, entre outras imagens extremamente negativas, assim os conservadores se esforçavam para desmerecer o presidente.⁸¹

A crise se agravou com o episódio que ficou conhecido como “atentado da rua Toneleros”, na qual Getúlio Vargas foi acusado de mandar matar Carlos Lacerda. O jornalista saiu praticamente ileso, no entanto, seu guarda-costas, major da aeronáutica Rubens Vaz, foi assassinado. Segundo Boris Fausto:

Apesar da inexistência, a essa altura, de uma sólida base de apoio a seu governo, Getúlio se equilibrava no poder. Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático que levasse as Forças Armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente.⁸²

Com o assassinato de Rubens Vaz, envolvendo Getúlio Vargas, havia neste momento o acontecimento traumático citado por Fausto, necessário para iniciar um processo para remover Vargas da presidência. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling a Aeronáutica havia se tornado em uma força política opositora à Getúlio Vargas, com o fato ocorrido e sem muita conversa oficiais atropelaram a constituição, quebraram a hierarquia militar e assumiram a condução de um inquérito por conta própria.⁸³

O envolvimento de Getúlio Vargas com o assassinato de Rubens Vaz foi amplamente divulgado na imprensa. A reportagem da *Tribuna da Imprensa*, de 09 de agosto de 1954, aponta um homem chamado Climério – até então apontado como principal suspeito – como guarda pessoal do presidente Vargas e mandante do crime, a reportagem ainda afirma que “desde a madrugada de anteontem o governo sabia o nome de Climério, e que somente na noite de ontem (08 de agosto)

⁸⁰ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 154.

⁸¹ Idem, p. 313.

⁸² FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 416.

⁸³ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 340.

foi feita diligência, para facilitar sua fuga”. O ocorrido, descoberto posteriormente, indicava Gregório Fortunato como mandante do assassinato.

A Aeronáutica não teve dificuldade para localizar o motorista e chegar aos criminosos — era crime encomendado. O governo de Vargas começou a acabar quando os pistoleiros confessaram o nome do contratante e a Aeronáutica chegou diretamente ao chefe da Guarda Presidencial, Gregório Fortunato. Mas a autoridade do presidente só passou a se decompor na tarde em que oficiais da Aeronáutica entraram no Catete, retiraram com toda a tranquilidade os arquivos de Gregório e liberaram seu conteúdo para a imprensa.⁸⁴

Mesmo que Vargas não tivesse culpa no assassinato, não teve como fugir das consequências. Carlos Lacerda, que já vinha há anos ocupando a posição de principal opositor a Vargas, intensificou seus ataques. Em seu jornal publicou um apelo a Vargas, “Renuncie à presidência para salvar a República”⁸⁵; ao longo dos dias que se seguiram ao assassinato ele publicou: “a nação exige a renúncia de Vargas” e “quatro crimes de morte na vida pregressa de Vargas”⁸⁶, na mesma página.

Com o passar dos dias, a Aeronáutica intensificava as investigações, enquanto via crescer em diversos setores das forças armadas, a insatisfação e a insubordinação das tropas: “As tropas, de prontidão, passaram a conviver com cenas de insubordinação e radicalização entre as facções golpistas e legalistas. Enquanto isso, contatos entre civis e militares antigetulistas avançaram rapidamente”.⁸⁷

As investigações realizadas pela polícia e pela Aeronáutica, que assumiu por conta própria, e em pouco tempo começou a revelar um sistema de corrupção que envolvia Getúlio Vargas. De acordo com as investigações as transações financeiras ocorriam em larga escala, “estavam envolvidos inúmeros assessores e figuras públicas, além de pelo menos um membro da se sua família – o filho Manuel Vargas.”⁸⁸ Além disso, a associação do atentado à Getúlio Vargas era um prato cheio para Carlos Lacerda que incessantemente atacava o presidente na imprensa.

De acordo com Luis Carlos Martins é possível dividir a imprensa brasileira em dois blocos: Aqueles que exerciam uma ferrenha crítica à Getúlio Vargas, antes do atentado da Rua Toneleros, mas que agiram com cautela após o ocorrido, segundo

⁸⁴ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 340.

⁸⁵ *Tribuna da Imprensa* 11/08/1954, p. 1.

⁸⁶ *Idem*, p. 1.

⁸⁷ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 314.

⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 340.

os padrões contemporâneos de jornalismo. E há aquele grupo de jornais que intensificou seus ataques a Getúlio Vargas, exigindo sua saída a qualquer preço, a esse grupo se encaixa a *Tribuna da Imprensa*.⁸⁹

Com o passar das horas, na madrugada do dia 24 de agosto, um grupo de generais foi até o Catete para pressioná-lo a renunciar, hesitante em primeiro momento, optou por não aceitar, no entanto se recolheu a seus aposentos para analisar a situação. Em posição difícil diante de todos os acontecimentos, com pouquíssimas possibilidades para manobras, Vargas se sentiu acuado. Poderia convocar os trabalhadores, mas isso poderia levar a disputas sangrentas. Sem apoio da imprensa e pressionado pelas Forças Armadas, Vargas tomou uma atitude que talvez ninguém imaginasse, tirou a própria vida, e nas suas últimas palavras, entrou para a história. Em sua carta testamento, escrita momentos antes do suicídio, Vargas lamentara: “Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado”.⁹⁰ Sobre esse ocorrido Boris Fausto afirma que:

O suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem aos brasileiros, onde se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador de inimigos impopulares. Apontava como responsáveis pelo impasse a que chegaram os grupos internacionais aliados aos inimigos internos.⁹¹

⁸⁹MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Op. Cit. p. 46.

⁹⁰ RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; DA SILVA NETO, João Gomes. “Saio da vida para entrar na história” – pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 11, n. 15. 2016. p. 99 – 113.

⁹¹ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 417.



Figura 2: Suicidou-se Getúlio Vargas.

Fonte: *Tribuna da Imprensa*, 25/08/1954. p. 1.

A edição de 25 de agosto de 1954 trouxe com letras garrafais o fato consumado, Vargas havia se suicidado com um tiro no coração. Com um tom muito menos agressivo, por respeito ou por prudência, trazia abaixo da foto do presidente a seguinte frase: “Seu suicídio serve de lição e advertência eterna. Paz a alma de Getúlio Vargas”.⁹² Não foi o suficiente para apagar anos de oposição e acusações, a *Tribuna* foi uma das acusadas por contribuir com a morte de Getúlio.

Com o amanhecer do dia, e o anúncio do suicídio do presidente, a população ficou atônita. A imagem frequentemente associada a Vargas, pai dos pobres, pais dos trabalhadores, voltou à tona com força, e em todo o território nacional surgiram manifestações de lamentação pela morte do presidente. Surgiram também protestos violentos: “o sentimento de que o presidente sofrera uma imensa injustiça

⁹²*Tribuna da Imprensa*, 25/08/1954. p. 1.

provocou violentos motins populares”.⁹³ Na capital Rio de Janeiro a notícia do suicídio provocou sentimento de revolta e amargura na população que, indignada, percorreu as ruas da cidade depredando tudo aquilo que representava os “inimigos internos e externos” citados por Vargas em sua carta-testamento.

Outro local que foi bastante visado pelos protestantes na capital era a sede da *Tribuna da Imprensa* que só não foi depredada porque a polícia interveio e impediu. Porto Alegre também sofreu com as ondas de protestos, uma das primeiras vítimas foi a sede da UDN, destruíram também a sede do jornal *Estado do Rio Grande*, do Partido Libertador; também foi depredado o *Diário de Notícias*, que somente voltou a funcionar no ano seguinte. Além das rádios *Farroupilha* e *Difusora*.⁹⁴ O jornal *Diário de Notícias* não escapou da fúria da população porto alegreense, que viu na sede do jornal um dos seus alvos contra aqueles que “ajudaram a puxar o gatilho” do suicídio de Vargas. O próprio jornal publicou uma nota quando retornou as atividades:

A seis meses e dez dias precisamente, o Diário de Notícias era um monte de cinzas. Da investida selvagem de que fomos vítimas por parte de grupos que outra coisa não representava senão a escória de Porto Alegre, nada sobrou; nem uma linotipo, nem um clichê, nem um tipo sequer. O que não foi saqueado foi devorado pelas chamas que completaram a obra dos salteadores. Nosso patrimônio material ficou reduzido a zero. Uma coisa, porém, o saque e as chamas e a negligência das autoridades não conseguiram destruir: foi o patrimônio moral forjado em 30 anos de trabalho, em 30 anos de vigília, em 30 anos de abnegados serviços à coletividade rio grandense.⁹⁵

Carlos Lacerda foi um dos alvos da turba enfurecida, ele havia se escondido na Embaixada dos Estados Unidos, mas foi descoberto, quando a multidão ameaçava invadir o prédio, Lacerda acabou escapando a bordo de um helicóptero da Força Aérea, que o levou até o cruzador Barroso, ancorado na Bahia de Guanabara. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling afirmam que “O suicídio de Vargas frustrou a oposição, que, desnorreada, viu escapar a oportunidade de acirrar a crise, desmoralizar o presidente com a renúncia e abrir caminho para o golpe militar — foi o último triunfo político de Getúlio”.⁹⁶

Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado também concordam que, “se o suicídio paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados,

⁹³ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 315.

⁹⁴ Idem, p. 317.

⁹⁵ *Diário de Notícias* 01/03/1955. p. 3.

⁹⁶ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p.342

perderam a autoridade e a legitimidade política para justificar uma possível intervenção militar”.⁹⁷ A fúria da população foi enfraquecendo com o passar das horas, mas o Getulismo continuaria vivo com o passar dos anos. Encerradas as cerimônias fúnebres, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência, natural do Rio Grande do Norte, formulou seu ministério com muitos membros da UDN e antigetulistas, com a promessa de garantir as eleições de 1955.

1.3. A TENTATIVA DE BARRAR A POSSE DE JUSCELINO KUBITSCHKE

Com a aproximação ao pleito de 1955 se formaram as alianças políticas, o Partido Social Democrata (PSD) lançou Juscelino Kubitschek como candidato, aliado ao PTB, que lançou João Goulart como candidato a vice-presidente. Vale ressaltar que de acordo com a constituição da época, era necessário votar para presidente e para vice-presidente separadamente, podendo haver, portanto, candidatos eleitos por chapas eleitorais opostas, mas que teriam que trabalhar juntas após as eleições. Juscelino era visto como “getulista” pelos partidos conservadores de direita, e “esquerdista” pela ala mais conservadora de seu próprio partido. No entanto, a presença de João Goulart como candidato é que causou maiores rumores entre os conservadores, visto sua ligação com os sindicatos, e por ser um herdeiro político de Vargas. Os candidatos pelos outros partidos eram Ademar de Barros do Partido Social Progressista, o PSP, e Plínio Salgado pelo Partido Republicano Paulista, o PRP. Pelo lado da UDN, o candidato a presidente foi o general Juarez Távora, líder militar antigetulista, cujo slogan de campanha era: “vote no general Juarez Távora, o tenente dos cabelos brancos”, a campanha publicitária parece não ter tido efeitos positivos, apesar de disputa acirrada o candidato da UND não foi eleito.

O pleito foi marcado por denúncias e ataques tanto a João Goulart quanto a Juscelino Kubitschek, utilizando a imprensa, os opositores da dupla publicaram em setembro a chamada carta Brandi, supostamente enviada a João Goulart em 1953, a qual se referia “a articulações entre Jango e Peron para deflagrar no Brasil um movimento armado, que instalaria a República sindicalista”.⁹⁸ O que, de fato, não era verdade, sendo desmascarada pelo próprio Exército. Além dos ataques, alguns

⁹⁷ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 319.

⁹⁸ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 420.

opositores pregavam a suspensão das eleições, alegando que o presidente eleito “seria produto da ‘fraude’, da ‘demagogia’ e de ‘práticas sujas’”. Era preciso, no momento, um ‘regime de emergências’”.⁹⁹

Um dos opositores mais críticos, e considerado por muitos historiadores como golpista, foi Carlos Lacerda, seu jornal lhe possibilitava expor seus ideais para todo seu público leitor. Na edição de 02 de agosto de 1955, Lacerda escreveu uma matéria com o título: “A legalidade e o contragolpe” na qual contestava duramente a democracia e a legalidade defendida pelos partidos de esquerda. Pregava que era necessário mudanças drásticas na sociedade, as quais não aconteceriam através de “eleições falsificadas e mentirosas”. No conteúdo da matéria, chama atenção algumas frases que pregam atitudes críticas e radicais: “A solução da crise só será conseguida por uma reforma profunda na mentalidade das elites dirigentes. E não poderá ser atingida pelos meios normais de ação política”. Outro trecho afirma o seguinte: “Por amor a uma Constituição que jamais funcionou, em nome de um legalismo sem conteúdo, deseja-se adiar uma intervenção que virá inexoravelmente, e quanto mais tarde, mais dura”.¹⁰⁰

Apesar dos protestos, as eleições foram realizadas, Juscelino Kubitschek venceu com 36% dos votos, o segundo colocado, Juarez Távora, obteve 30% dos votos, enquanto Ademar de Barros ficou com 26% dos votos. A vitória de Juscelino e de João Goulart, que foi eleito vice-presidente com 44% dos votos, despertou um discurso pregando a ilegalidade das eleições, ao passo que uma campanha para impedir a posse dos eleitos foi desencadeada.

A estratégia dos udenistas, defendida por alguns grupos, era a de denunciar o apoio dos comunistas a Juscelino, bem como fraudes eleitorais, motivos para a anulação das eleições. Pretendiam, também, recorrer à tese da ‘maioria absoluta’, impedindo, desse modo, a posse do presidente eleito.¹⁰¹

Com discurso que pregava a ilegitimidade da posse de Juscelino, a UDN justificava que o candidato vencedor não havia conseguido atingir uma maioria absoluta de votos. No entanto, a constituição de 1946 e a legislação eleitoral vigente na época não exigiam essa condição para a vitória dos candidatos. A partir daí, o debate ganhou repercussão na imprensa e acabou entrando nos quartéis: “Não se sabe quem se pôs a conspirar primeiro, se a UDN ou os militares, mas uma

⁹⁹ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 320.

¹⁰⁰ *Tribuna da Imprensa*, 02/08/1955, p. 4.

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 323.

coisa é certa: o golpe de Estado estava em andamento, recebia o endosso discreto do vice-presidente Café Filho — que assumiu o governo logo após o suicídio de Vargas”.¹⁰²

A crise passou pela ala militar, uma vez que havia setores das Forças Armadas que pregavam a quebra da constituição, ao passo que havia aqueles que defendiam a legalidade. A crise tem início quando um coronel chamado Bizzaria Mamede, antigetulista, “atacou aqueles que defendiam uma ‘pseudolegalidade imoral e corrompida’ e chamou de ‘mentira democrática’ um regime presencial eleito por uma minoria”.¹⁰³ O discurso foi entendido como uma afronta e quebra de disciplina e hierarquia, pilares das Forças Armadas. Na tentativa de punir o coronel pela ousadia, o ministro da Guerra – general Henrique Teixeira Lott – teria que pedir autorização ao presidente ou, no caso, ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que assumira o lugar do presidente afastado devido a problemas de saúde. Carlos Luz negou o pedido de Lott para punir o coronel Mamede, sentindo-se humilhado, Lott comunicou sua exoneração.

Carlos Luz não escondia sua simpatia pelos golpistas, estava certo de que conseguiria demitir Lott sem provocar um terremoto no Exército e, nem bem se instalou na Presidência, convocou o ministro da Guerra para comparecer ao Catete. Deu-lhe um chá de cadeira de quase duas horas e, ao recebê-lo, informou que desautorizara uma decisão dele — tudo para forçá-lo a entregar o cargo.¹⁰⁴

O ocorrido causou comoção entre as Forças Armadas, que se reuniram para organizar os próximos passos, convidaram o general Lott para guiá-los na proteção da legalidade, que aceitou sem titubear. Sob seu comando: “As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como ‘ilegal e subversiva’”.¹⁰⁵

O passo seguinte, seria retirar Carlos Luz da presidência. Com apoio do PSD, militares e civis aprovaram o *impeachment* e elegeram Nereu Ramos para a cadeira presidencial. Carlos Luz acabou embarcando e no cruzador *Tamandaré*, no qual se juntaram o coronel Mamede e Carlos Lacerda. Com o objetivo de intimidar o cruzador que partia da baía de Guanabara, alguns tiros de canhões foram disparados, no entanto a embarcação escapou. Percebendo que os planos haviam

¹⁰² SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 344.

¹⁰³ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 421.

¹⁰⁴ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 344.

¹⁰⁵ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 421.

falhado, “do *Tamandaré*, Carlos Luz enviou mensagens para as lideranças militares golpistas: que cessassem qualquer resistência”.¹⁰⁶ No entanto, essa evento, que ocorreu em novembro de 1955, expôs uma situação que se tornava cada vez mais comum na política brasileira, Lília Schwarcz e Heloisa Starling fazem uma análise e afirmam que a partir dessa data, começava uma aproximação dos sargentos com o trabalhismo, e o PTB, em vez de exigir uma instituição militar despolitizadas e profissional submissa ao poder civil:

Idealizaram um Exército intervencionista, reformista e disposto a ecoar o interesse popular — aos moldes dos tenentes, durante a Primeira República. Tanto à direita quanto à esquerda, as lideranças partidárias da época cometeram erro idêntico: projetaram as Forças Armadas na política, aceitaram sua interferência num regime legitimado pelas regras da democracia e acentuaram seu protagonismo na cena pública. Só se enxergou a extensão do erro quando ele não tinha mais conserto — em março de 1964.¹⁰⁷

A posse de Juscelino Kubitschek aconteceu em 31 de janeiro de 1956, dando fim a tentativa daqueles que queriam romper a legalidade constitucional, pela segunda vez em dois anos. Juscelino manteve as Forças Armadas a seu lado, pondo em evidência para o Alto-Comando os benefícios que seu programa de desenvolvimento econômico poderia trazer para os militares avançarem com sucesso na reestruturação da máquina bélica e a modernização das Forças Armadas. Para acalmar a Aeronáutica, Juscelino comprou um moderno avião *Viscount* “com cabine pressurizada, poltronas amplas e velocidade de cruzeiro de seiscentos quilômetros por hora, e acalmou o almirantado com a aquisição de um porta-aviões da Marinha britânica — que os almirantes agradecidos rebatizaram Minas Gerais”.¹⁰⁸ A situação se manteria calma pelos próximos anos, até que uma nova crise, com ameaça de guerra civil tomara conta do país novamente, a crise causada pela renúncia de Jânio Quadros.

1.4. A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS E A CAMPANHA DA LEGALIDADE

Apesar da tentativa de impedir sua posse, Juscelino Kubitschek governou durante os cinco anos que lhe eram de direito, e no final de 1960, houve uma certa tranquilidade no processo eleitoral. Os principais candidatos à presidência eram Ademar de Barros pelo PSP, General Lott pela coligação PTB-PSD e o jovem

¹⁰⁶ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida, Op. Cit, p. 328.

¹⁰⁷ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 345.

¹⁰⁸ Idem, p. 345.

político Jânio Quadros, concorrendo pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional, o PTN, no entanto, com forte apoio da UDN, que não havia lançado candidato, temerosa em repetir os fracassos de eleições anteriores. Jânio havia conquistado a prefeitura de São Paulo em 1953 com votos da grande maioria da população mais pobre da cidade, seus discursos contra os surtos inflacionários e os sujeitos que deles se aproveitavam lhe conferiram muitos votos.¹⁰⁹ Jefferson José Queler nos chama a atenção para um fato que possivelmente era um indicativo sobre a personalidade de Jânio Quadros e que nos ajuda a compreender sua renúncia apenas sete meses após ter sido eleito presidente. Como a escolha para presidente e vice aconteciam separadamente, logo cogitou-se a chapa Jan-Jan, Jânio presidente e Jango vice, no entanto, Jânio Quadros tinha apoio da UDN, que não suportava o nome de João Goulart, e pressionava Jânio para que escolhesse o governador de Sergipe, Leandro Maciel, como vice. Jânio, por outro lado, preferia o nome de Fernando Ferrari do Partido Democrata Cristão, o PDC, fato que a UDN repudiou. O resultado desse imbróglio político é que Jânio Quadros chegou a remover sua candidatura, alegando falta de autonomia em relação aos partidos.¹¹⁰ Segundo Queler, Jânio Quadros alegou “falhas naturais e de temperamento e personalidade” na sua decisão: “O fato é que, naquele momento, o MPJQ¹¹¹ lançou uma campanha de coleta de assinaturas solicitando sua volta ao pleito. Com grande demonstração de apoio popular, Jânio retomou sua candidatura ao lado de Fernando Ferrari, conforme almejava”.¹¹²

Jânio confirmou o favoritismo e foi eleito com quase metade dos votos válidos, cerca de 48%. A possibilidade de votar para presidente e para vice-presidente permitiu que dois candidatos de chapas diferentes fossem eleitos, no caso, Jânio para presidente e João Goulart mais uma vez como vice. Em seu discurso de posse, em 31 de janeiro de 1961, Jânio criticou abertamente a administração anterior, atacando a difusão de relações de compadrio e corrupção, também criticou a supressão de instituições democráticas em países do bloco comunismo, sinalizando, dessa forma, seu anticomunismo.¹¹³ O governo de Jânio foi excêntrico,

¹⁰⁹ QUELER, Jefferson José. **O governo Jânio Quadros: entre política e personalismo** In: FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 349.

¹¹⁰ Idem, p. 350.

¹¹¹ Movimento Popular Jânio Quadros, responsável pela imagem de campanha eleitoral do presidente.

¹¹² QUELER, Jefferson José Op. Cit, p. 350.

¹¹³ Idem, p. 352.

no plano interno se ocupou de questões da vida cotidiana, como o tamanho dos biquínis e com a proibição das rinhas de galo. Tomou medidas para combater a ineficiência na administração pública e para ampliar os poderes da presidência a fim de depender menos das decisões do Congresso. Além disso, segundo Queler:

Jânio proibiu a propaganda comercial em casas de espetáculo ou cinemas, o uso de lança-perfume nos bailes de Carnaval, e desfiles de misses com maiôs “cavados”. Além disso, procurou reformular e disciplinar a atuação do funcionalismo público. Estabeleceu horário integral de trabalho nas repartições federais e exonerou uma série de funcionários.¹¹⁴

Jânio Quadros afirmava que a dívida externa brasileira era de 3,8 bilhões de dólares, dos quais 600 milhões venciam no ano de sua posse, 1961. No entanto, foram as medidas na política externa que mais desagradaram os setores mais conservadores da sociedade, principalmente aqueles que haviam apoiado Jânio, na tentativa de barrar o getulismo, ainda muito presente na sociedade brasileira nos primórdios da década de 1960. Um dos acontecimentos mais polêmicos envolvendo a política externa de Jânio Quadros envolveu duas grandes personalidades históricas, o soviético Yuri Gagarin, primeiro homem a viajar para o espaço, e o cubano Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana. Ambos foram condecorados com a medalha Ordem do Cruzeiro do Sul.

¹¹⁴ QUELER, Jefferson José Op. Cit, p. 353.



Figura 3: Parlamentar da UDN ataca a política externa do presidente Jânio Quadros.

Fonte: *Diário de Notícias*, 22/08/1961. p. 4.

No final da década de 1950, chamou a atenção do mundo, como já mencionado anteriormente, a Revolução Cubana, que foi um grande problema aos olhos das potências capitalistas, levantando a seguinte questão: Se um país que fica a menos de 250 quilômetros dos Estados Unidos conseguiu se tornar socialista, o que impede que outros países da América Latina façam o mesmo? Essa questão levou à um acirramento da política estadunidense de combate ao socialismo, e o Brasil estava na mira, afinal era o maior país do sul do continente. Muitos perceberam o quanto Cuba havia se tornado um problema, menos o presidente Jânio Quadros, que condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, uma das maiores honrarias que o país poderia entregar. A charge (figura 3), publicada em 22 de agosto de 1961, pelo *Diário de Notícias* mostra três personagens, Jânio Quadros condecorando Che Guevara com a medalha de honra, além de um militar aos prantos, ao lado, mostrando como a ala mais conservadora da política e do exército brasileiro ficou estupefata com a postura do presidente. A Condecoração de Che foi um dos últimos atos antes da renúncia, outras atitudes despertaram duras críticas à Jânio Quadros. Segundo Fausto, nas semanas

anteriores à renúncia, Jânio já governava sem consultar os principais líderes do Congresso. Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda – que tinha sido eleito governador da Guanabara – fez um discurso transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe articulado pelo ministro da justiça Oscar Pedrosa Horta.¹¹⁵

Na edição de 25 de agosto de 1961, a *Tribuna da Imprensa* dedicou boa parte da sua capa para denunciar um possível golpe. O jornal utiliza várias vezes o nome do governador Lacerda, além de uma fotografia em destaque na página, para dar ênfase àquele que estaria desvendando um possível golpe de estado. No interior do jornal, na matéria “Congresso, previna-se contra a ameaça de um golpe ‘branco’”¹¹⁶, Lacerda denunciava:

O ministro da Justiça declarou-me que, se não concordássemos, acabaria fazendo com ‘as esquerdas’ a reforma institucional a que se referiu. Essa reforma, com a prévia neutralização das Forças Armadas, seria feita impondo ao Congresso um recesso remunerado e plenos poderes ao presidente da República, mediante referendo popular, isto é, o recurso direto do povo. Esse plano, disse-me o ministro, foi objeto de conversas suas ‘por instruções’ do presidente.¹¹⁷

Em nota oficial, Pedro Horta respondeu:

Tomei conhecimento, pelos repórteres, de que o Sr. Carlos Lacerda deduziu, na televisão, denúncias que envolvem o meu nome e que tentam alcançar o próprio governo. Este governo tem-se firmado nos seus propósitos e nos seus compromissos a clara luz do dia. Não precisa de meio-tom; não usa reticências nem busca penumbra das conspirações.¹¹⁸

Não foi se quer possível que esta primeira crise se resolvesse, quando, na tarde de 25 de agosto, Jânio Quadros anunciou sua renúncia, deixando todos abismados. Alegando “forças terríveis” como fatores para sua renúncia, entregou seus poderes ao Congresso Nacional, que se viu diante de uma situação complicada. De acordo com a constituição, o vice-presidente da república deveria assumir a cadeira presidencial. O ponto chave nessa questão: o vice-presidente era João Goulart, sua posse significaria a volta do getulismo, o perigo vermelho, da “república sindicalista” e de outras muitas acusações das quais Jango era acusado. Além disso, estava em viagem diplomática à China, o que agravou ainda mais a situação, e deu oportunidade ao senado e aos ministros militares conspirarem pelo poder. Estava instalada a crise da renúncia de Jânio Quadros.

¹¹⁵ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 440.

¹¹⁶ *Tribuna da Imprensa*, 25/08/1961. p. 3.

¹¹⁷ Idem, p. 3.

¹¹⁸ Ibidem, p. 3.

Não irei me atentar aqui na teoria de que Jânio poderia de fato ter tentado dar um “autogolpe”, cujo objetivo era voltar a presidência, a pedido do povo, e de partidos políticos, com poderes absolutos. Minha intenção, a partir daqui, será analisar como ocorreu a movimentação de setores favoráveis e contrários a posse de João Goulart, e como os veículos de imprensa selecionados noticiaram os eventos, principalmente os ocorridos no Rio Grande do Sul. Para tal, nas próximas páginas, iremos conhecer um pouco mais sobre as fontes, talvez o leitor já tenha observado que em diferentes momentos das crises, os jornais se posicionavam de acordo com seus interesses, mas durante a crise da renúncia e a Campanha da Legalidade, como se posicionaram?

1.5. BREVE RESUMO DA IMPRENSA BRASILEIRA NOS ANOS 1950

A década de 1950 é apontada por muitos historiadores como a era de ouro da imprensa brasileira, uma época em que a televisão dava seus primeiros passos, o rádio ainda era o principal meio de informação e entretenimento midiático, tendo nas radionovelas e programas de auditório o seu principal atrativo, alcançando todo o território nacional. Em relação à imprensa jornalística, a baixa tiragem ainda era um desafio, dificilmente um periódico brasileiro, mesmo os grandes jornais, atingiam uma média de 100 mil exemplares diários, e alguns jornais não chegavam perto de 50 mil. O que, de acordo com Martins, era muito pouco se comparado com os jornais de grandes centros urbanos de outros países, como o norte-americano *The New York Times*, que podia chegar a 500 mil exemplares em um único dia.¹¹⁹ Martins aponta ainda três motivos que explicavam essa baixa tiragem: “o baixo índice de alfabetização e de escolaridade da população brasileira, o precário desenvolvimento econômico do país e a carência em infraestrutura, como meio de transportes e comunicação rápidos, baratos e eficientes”.¹²⁰ Logo, essas dificuldades não traziam uma renda satisfatória apenas com publicidade, visto que os jornais necessitavam de equipamentos modernos e que muitas vezes tinham um preço bastante elevado.

Ana Paula Ribeiro afirma que para se manter, os jornais necessitavam de verba oficial ou de apoio de algum grupo privado, logo:

¹¹⁹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Op. Cit. p. 17.

¹²⁰ Idem, p. 17.

“os jornais tinham se transformado em empresas capitalistas, mas ainda serviam a poderes tradicionais. Tinham adotado uma estrutura industrial, mas continuavam atrelados aos interesses da sociedade política, que moldavam o conteúdo das publicações”.¹²¹

Entretanto, havia um movimento em âmbito geral, em que os jornais estavam se transformando, de jornais opinativos e políticos, característicos do final do século XIX e início do século XX, para jornais mais parciais, que alguns historiadores chamam de “fase empresarial”.¹²² Aos poucos, os jornais que se caracterizavam por expor opinião e que “se pautava pelo alinhamento explícito a determinado postulado ideológico ou a um grupo político, foi sendo substituído por um jornal mais informativo, que não apresentava uma vinculação claramente assumida”.¹²³ Foi durante os anos 1950, portanto, que os jornais foram assumindo uma neutralidade, uma imparcialidade perante os fatos políticos. É nesse período, segundo Ribeiro, que se inicia um processo de automatização do jornalismo em relação à literatura: “a imprensa deixa de ser definida como um espaço do comentário, da experimentação estilística e começa a ser pensada como lugar neutro, independente”.¹²⁴

Alguns fatores contribuíram para as mudanças no jornalismo brasileiro da década de 1950, entre eles a abertura política de 1945 com a saída de Getúlio Vargas da presidência e o início da democracia. Durante o período Vargas a imprensa sofria com a censura, que era aplicada através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), responsável por definir o que podia ou não ser publicado na imprensa. “Além disso, lhe cabia a aplicação de sanções, a cobrança de taxas e multas, assim como a concessão de isenções, prêmios e subvenções. Controlava até as relações de trabalho nos diferentes veículos”.¹²⁵ Além disso, de acordo com Martins, os anos pós-guerra foram marcados por um crescimento do PIB brasileiro e da indústria de bens de consumo entre as nações subdesenvolvidas, gerando aumento do emprego urbano e conseqüentemente a renda dos trabalhadores em geral, esse processo resultou também no aumento do índice de escolaridade e de

¹²¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. p. 28.

¹²² Ver ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 155 – 160.

¹²³ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. Cit. p. 29.

¹²⁴ Idem, p. 30.

¹²⁵ Ibidem, p. 44.

peessoas alfabetizadas.¹²⁶ Esses fatores contribuíram não só para o surgimento de inúmeros jornais, como também o crescimento dos jornais que já estavam estabelecidos e que acabaram por dobrar a tiragem em alguns anos.¹²⁷ Os jornais estudados nesta dissertação não passaram por essa década intactos, foram afetados por essas mudanças de diferentes formas, vejamos a seguir a trajetória do *Diário* e da *Tribuna*.

1.6. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O jornal *Diário de Notícias* foi fundado em Porto Alegre em 01 de março no ano de 1925 por Raul Pilha, José Pedro de Moura, Raul Ribeiro, Roque Callage, Juvenal Mendisco. Começou a circular sob comando de um de seus fundadores, Francisco de Leonardo Truda, que era dissidente do *Correio do Povo*, ele permanecendo até 1979, ano em que o jornal encerrou suas atividades. De acordo com seu editorial de apresentação “firmava o compromisso de fugir, deliberadamente, ao sensacionalismo com que, mais de uma vez, nestes últimos tempos, se tem confundido a noção de jornalismo moderno”.¹²⁸ Uma das principais referências para compreender a trajetória do *Diário* é o jornalista Celito de Grandi, colaborador e diretor do jornal na década de 1960; através de seu livro *Diário de Notícias: o romance de um jornal*¹²⁹ Grandi conta a história do *Diário* a partir de seu diretor Ernesto Corrêa.

As primeira edições do *Diário* chegaram às bancas com dezesseis páginas, tamanho *standart*, oito colunas, o mesmo formato do seu principal concorrente, o *Correio do Povo*, mas divergiam na organização do conteúdo [...] A primeira página do *Correio* priorizava pequenos anúncios, e o título da principal matéria era tímido em suas três colunas. Já o *Diário* apareceu com o editorial na capa e três machetes em seis colunas encimadas por uma cartola.¹³⁰

Lisandre Oliveira¹³¹, que elaborou sua tese de doutorado analisando como o PSD gaúcho era representado nas páginas do *Diário de Notícias*, afirma que o jornal desejava se contrapor a uma velha prática dos novos jornais de dizer aos seus leitores o seu propósito, o que propõe e o que espera. Além disso, o jornal se

¹²⁶ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Op. Cit. p. 19.

¹²⁷ Idem, p. 19.

¹²⁸ DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 21.

¹²⁹ Idem, p. 21.

¹³⁰ Ibidem, p. 21.

¹³¹ OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias**. 280f. Porto Alegre, PUCRS, 2008. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

apresentava como “liberto de todo o vínculo partidário, para percorrer sua estrada à margem da política e acima dos partidos”.¹³² Além disso, a autora afirma que, durante esse período inicial do jornal, contava com os serviços da agência de notícias estadunidense *United Press*, além de correspondências particulares: “a modernidade proposta pelo jornal veio espalhando mudanças tecnológicas e a tentativa de romper com um compromisso político-partidário [...] O jornal ‘permitia’ posicionamentos políticos abertos, desde que assinados”.¹³³

Entre 1928 e 1930 o *Diário de Notícias* já se mostrava amadurecido, confrontando outras potências jornalísticas do Estado, como o *Correio do Povo*, o qual superou em número de exemplares vendidos duas vezes durante esse período. Parece pouco, mas o *Correio* já possuía 30 anos de existência quando o *Diário* surgiu. Outro motivo que torna o ano de 1930 como marco para o periódico, é que ele foi adquirido pelo empresário Assis Chateaubriand pouco antes de eclodir a Revolução de 1930.¹³⁴ O empresário possuía uma enorme quantidade de bens e empresas, e com apoio de Getúlio Vargas conseguiu recursos para ampliar sua cadeia jornalística, ainda em 1929:

Foram realizadas as convenções que lançaram os candidatos a presidência, e Assis Chateaubriand colocou seus jornais a serviço da causa aliancista, ou seja, apoiando Getúlio Vargas. Com essa adesão obteve recursos para lançar mais dois órgãos, o *Diário de São Paulo*, na capital paulista, e o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro além de comprar o *Diário de Notícias* no Rio Grande do Sul.¹³⁵

Assis Chateaubriand era um grande empresário do setor publicitário e midiático, possuía um conjunto de aproximadamente 90 empresas, sendo jornais, estações de televisão, dezenas de revistas e agências de propagandas. No ano de 1929, Chatô, como era carinhosamente chamado por seus colegas e funcionários, apoiou a Aliança Liberal na disputa eleitoral pela presidência da República, dessa forma, obteve recursos para adquirir outros jornais, entre eles o *Diário de Notícias*.¹³⁶ O maior fenômeno de publicações dos *Diários Associados* era a revista ilustrada *O Cruzeiro*, que atingiu uma média de 720 mil exemplares semanais no ano de 1954 em um país agrário com cerca de 52 milhões de habitantes: “o sucesso da revista era perceptível nas ruas das capitais, circulava ‘boca a boca’ e dava

¹³² *Diário de Notícias*, 01/03/1925. p. 2.

¹³³ Idem, p. 2.

¹³⁴ DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 32.

¹³⁵ OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. Op. Cit. p. 20.

¹³⁶ Idem, p. 20.

vazão ao apelo popular de uma publicação em quatro cores, para qual a TV ainda não apresentava menor concorrência”.¹³⁷

Em 1930 o jornal passa a fazer parte dos *Diários Associados*, e com a eleição de Getúlio, o jornal toma uma postura neutra em relação ao presidente, evitando emitir opiniões. No entanto, em 1932 essa relação entre Chateaubriand e o governo, que lhe havia favorecido em diversas oportunidades, começava a estremecer. Durante a revolução Constitucionalista de 1932, o *Diário de Notícias* passa por um momento conturbado, Grandi afirma que o núcleo do jornal passa a ser usado pelos paulistas para propaganda contra Getúlio Vargas, visto que Chateaubriand havia apoiado o movimento revolucionário. Durante esse conflito, Chateaubriand é preso, mas consegue escapar da deportação.¹³⁸ No entanto, o *Diário de notícias* passa por graves consequências:

O Diário de Notícias é fechado. [...] E fechado ficará por cinco meses. Volta às ruas em dezembro. Forma-se um conselho de emergência, compõe-no Oswaldo Rentzch, José Bertaso e Itibere Moura. Ernesto Corrêa é designado para responder pela Redação e João Freire pela gerência [...] Começa uma das fazes mais penosas do *Diário de Notícias*.¹³⁹

Lisandre Oliveira afirma que Chateaubriand era um anticomunista fervoroso, e em 1935 desencadeou uma campanha contra a Aliança Nacional Libertadora, pressionando Getúlio Vargas a tomar uma atitude contra os comunistas.¹⁴⁰ Mas foi em 1937, com a implantação do Estado Novo, que a situação de Chateaubriand ficou extremamente favorável; apesar de seu passado liberal, aceitou pacificamente o novo regime e segundo Lisandre Oliveira, declarou-se um admirador do nazismo, sugerindo que Vargas imitasse os alemães. Durante o período do Estado Novo, o empresário tornara-se grande divulgador do regime, seus artigos eram repassados pela Agência Nacional para todos os jornais do país, além de abrir espaço em suas rádios para que representantes do governo pudessem falar sobre o regime.¹⁴¹

Camila Alves Pereira¹⁴², que trabalhou com o *Diário de Notícias* para analisar de que forma as reportagens sobre crimes e ações policiais eram publicadas, afirma

¹³⁷ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 83.

¹³⁸ OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. Op. Cit. p. 30.

¹³⁹ *Diário de Notícias*, 02/03/1975. p. 4.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. Op. Cit. p. 22.

¹⁴¹ Idem, p. 32.

¹⁴² PEREIRA, Camila Alves. “O crime não compensa”: Análise de reportagens sobre crime e ação policial no Diário de Notícias de Porto Alegre 1954-1955. Trabalho de Conclusão de Curso em História. IFCH. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

que, depois de passada a Revolução, o jornal precisou se readaptar ao mercado e em:

1936, o jornal adota um novo serviço fotográfico assinando contrato com Wide Word Photo de Paris, para incorporar o uso de imagens nas reportagens e atrair ainda mais a atenção de leitores. Além disso, uma alteração na distribuição das reportagens, que também ajuda o jornal a demonstrar a mudança de comportamento a partir da alteração no foco das reportagens nacionais, preferindo adotar uma postura menos agressiva em relação ao noticiário nacional.¹⁴³

No ano de 1937, segundo Grandi, o jornal faz as pazes com Getúlio Vargas, pois estava preocupado, entre outras questões, com a censura que o presidente poderia impor, isso é perceptível quando os artigos do jornal se tornam propaganda para o regime ditatorial, e passam a chamar o presidente de “chefe”.¹⁴⁴ Dessa forma, o *Diário de Notícias* passou a se dedicar a notícias locais e aos relatos da guerra e política nacional, desde que não criticasse em demasia a situação interna do país.¹⁴⁵ Getúlio Vargas permaneceu por mais alguns anos como ditador, mas passou a enfraquecer com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, não fazia sentido o país enviar soldados para ajudar a derrotar regimes ditatoriais na Europa, e o país ser governado por um, logo, uma frente democrática se formou para combater a ditadura varguista. “O fim da censura e o início das discussões políticas levou Getúlio Vargas a apressar a abertura democrática e, portanto, lançar no dia 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional nº 9, reativando o processo eleitoral dentro de 90 dias”.¹⁴⁶

Como visto anteriormente, o *Diário de Notícias* foi um dos culpabilizados pelo suicídio de Vargas, De Grandi afirma que os prejuízos alcançaram cinquenta milhões de cruzados. Na época, o jornal foi reinstalado de forma precária nos galpões da Empresa Madepinho, a redação e as oficinas com frente para a rua Sete de Setembro 604, e possuía nos primeiros meses, oito linotipos, três tituleiras e uma velha máquina impressora Marinoni, emprestada por Breno Caldas.¹⁴⁷ Com o passar dos anos, o *Diário de Notícias* se recupera do incêndio e se torna forte como fora anteriormente. No entanto é na crise de 1961 que o *Diário* voltaria ao cenário de conflito político, com a crise causada pela renúncia de Jânio Quadros, a qual irei

¹⁴³ PEREIRA, Camila Alves. Op. Cit. p. 18.

¹⁴⁴ DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 64-65.

¹⁴⁵ *Diário de Notícias*, 02/03/1975. p. 5.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. Op. Cit. p. 33.

¹⁴⁷ DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 100.

analisar no capítulo seguinte. Antes de iniciar o próximo tópico é necessário salientar que ambos jornais tem muitas diferenças, portanto, é necessário levar em conta que o *Diário de Notícias* era um jornal de maior público em relação ao *Tribuna*, além de estar presente no contexto da Campanha da Legalidade, o que vai inclusive, influenciar nos resultados finais da pesquisa.

1.7. A TRIBUNA DA IMPRENSA

O jornal *Tribuna da Imprensa* foi fundado em 17 de dezembro de 1949, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Carlos Lacerda, que havia recentemente sido demitido do jornal *Correio da Manhã*, no qual possuía uma coluna com o título do seu futuro jornal. Para tanto, Lacerda recebeu apoio de vários setores da sociedade, como políticos udenistas, intelectuais católicos conservadores, ligados ao Grupo Dom Vital, e:

[...] de grupos empresariais vinculados ao capital externo ante o nacionalismo que começava a tomar conta de setores do Exército e da própria burguesia industrial, e que conseguiria paralisar a tramitação de um projeto governamental que garantiria participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo.¹⁴⁸

Marcio de Paiva Delgado¹⁴⁹, que analisou o lacerdismo, ou seja, os discursos de Lacerda no jornal *Tribuna da Imprensa* e o seu posicionamento perante o cenário político brasileiro durante o período democrático, na década de 1950, afirma que:

O jornal, que foi se tornando um dos principais palanques da UDN, foi também um instrumento poderoso para a construção de um discurso radicalmente oposicionista em relação às esquerdas, a Getúlio Vargas e a seus “herdeiros”. O jornal refletia a vertente mais radical da UDN, tendo em determinados momentos, como nos anos 50, um discurso claramente golpista o qual defendia a quebra da legalidade em nome de uma suposta “verdadeira” democracia, diferente e sem influências da nascida ao apagar das luzes do Estado Novo.¹⁵⁰

Carlos Lacerda, durante sua juventude nos anos 1930, era um grande adepto do comunismo e foi através da Aliança Nacional Libertadora, a ANL, que colocava em prática seus ideais, a Aliança Nacional Libertadora era: “uma frente de massas atuando dentro da ordem constitucional, com quatrocentos núcleos espalhados por todo o país, capaz de promover grandes campanhas em favor dos direitos de

¹⁴⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes: A trajetória de Carlos Lacerda: 1930-1968.** São Paulo: Códex, 2002. p. 101.

¹⁴⁹ DELGADO, Marcio de Paiva. Op. Cit.

¹⁵⁰ Idem, p. 5.

cidadania e comícios que reuniam milhares de pessoas”.¹⁵¹ Lacerda organizara e dirigira a Agência Meridional de Notícias e fora secretário de redação de *O Jornal*, que pertencia a Chateaubriand, no qual trabalhou até 1944. “Foi expulso do Partido Comunista, acusado injustamente de denunciar alguns nomes do Partido em uma matéria para *O observador Econômico e Financeiro* de 1939, intitulada “A exposição anticomunista”.¹⁵²

Carlos Lacerda foi uma das figuras mais destacadas na política brasileira durante os anos 1950 e início dos 1960 e, através de seu jornal, expunha suas opiniões em uma clara tentativa de persuadir seus leitores. No comando do jornal, Lacerda quem decidia qual manchete estamparia a primeira página, quais artigos seriam publicados, era ele quem criava os editoriais, mudava reportagens, transplantava e modificava as colunas e deixava sua ideologia política entrelaçar as linhas. Sobre a motivação ideológica, política e a base social do novo jornal, o jornalista Carlos Chagas afirma que, para fundar o jornal, anunciando desde o início como “uma trincheira de resistência” contra o getulismo que emergia, e o comunismo, que não tinha submergido, Lacerda abriu subscrição pública, para a qual a que a classe média puritana não faltou”.¹⁵³ Ainda sobre a atuação de Lacerda na Imprensa, Delgado afirma:

Carlos Lacerda destacara-se na imprensa atacando duramente o governo através de vários aparelhos de comunicação de massas: a imprensa escrita e outras formas de mídia, como o rádio e posteriormente, a televisão, os quais foram importantes para a divulgação e construção de sua imagem junto a população.¹⁵⁴

Desde a fundação do jornal, a página mais importante, além da capa, era a página quatro, na qual eram publicados os editoriais de Lacerda e de seus colaboradores, que, na maioria das vezes, eram textos editoriais de crítica ao governo. A página quatro também trazia charges produzidas por Hilde Weber, além de cartas enviadas pelos leitores em relação a edições anteriores. O jornal era diário e vespertino, no início as edições possuíam de dez a doze páginas. No estante, não era um jornal de grande circulação, ao longo dos anos 1950 produzia entre 25 e 45 mil exemplares diários¹⁵⁵, entretanto a palavra de Lacerda tinha

¹⁵¹ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 307.

¹⁵² MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. Op. Cit. p. 87.

¹⁵³ CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 591.

¹⁵⁴ DELGADO, Marcio de Paiva. Op. Cit. p. 55.

¹⁵⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. Cit. p. 139.

grande prestígio, e seus discursos ajudaram a desestabilizar muitos presidentes deste período. De acordo com Ana Ribeiro:

Não é possível pensar a Tribuna fora da dimensão panfletária de Carlos Lacerda e de sua oratória grandiloquente. O jornal, desde o início, se caracterizou por um estilo agressivo de reportagem, tornando-se, ao longo do segundo governo Vargas, porta-voz da oposição. Aliás, foi por sua capacidade de se colocar como o opositor. Por excelência, o anti-Vargas, o anti-populista, o adversário mais temido do governo, que a carreira política de Lacerda se fortaleceu. Foi a sua projeção como jornalista (primeiro nas publicações alheias, depois na Tribuna) que lhe permitiu a uma certa hegemonia dentro da UDN e a montagem de uma máquina eleitoral, que o faria, alguns anos depois, governador do estado da Guanabara.¹⁵⁶

O jornal *Tribuna da Imprensa*, de acordo com André de Hons, se aproximava da antiga imprensa do Império e da Primeira República, polêmico e marcado por um tom panfletário, muitas vezes a serviço de seu dono. O autor afirma que “Este jornal nunca entrou realmente na fase do jornalismo empresarial, e nunca adotou os padrões informativos modernos”.¹⁵⁷ Carlos Lacerda também está intimamente ligado a fundação do partido UDN, que tinha como uma de suas bases o anticomunismo, mas foi a figura de Getúlio Vargas que mais causou impugnação por parte dos membros do partido nos primeiros anos de sua existência. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling a UDN “era um partido conservador, moralista, antidemocrático e com indisfarçável vocação golpista”.¹⁵⁸ A autora afirma ainda que a UDN tinha o costume de “defender a democracia enquanto cozinhava em banho maria o golpe de Estado, seus membros eram capazes de ir além de uma visão estritamente moral da vida pública e valorizavam ao extremo o comportamento pessoal de quem ocupava o poder”.¹⁵⁹ De acordo com Maria Benevites, a UDN, em sua fundação, fora formado por diferentes grupos políticos, entre eles:

- 1- As oligarquias destronadas com a Revolução de 30;
- 2- Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37;
- 3- Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- 4- Os grupos liberais com uma forte identificação regional.¹⁶⁰

O fato de o antigo ditador voltar ao cargo de presidente, nos braços do povo, era inadmissível para os membros da UDN, surge então o antigetulismo udenista.

¹⁵⁶ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. Cit. p. 140.

¹⁵⁷ HONS, André Séguin des. *Le Brésil-Presses et Histoire (1930-1985)*. Paris, Hartmann, 1985. p. 171. in: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 326.

¹⁵⁹ Idem, p. 326.

¹⁶⁰ BENEVITES, Maria Vitória de Mesquita. **UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 14.

Essa posição da *Tribuna* em relação a Vargas fica clara na edição de 1º de junho de 1950, onde, em seu editorial, Lacerda dispara: “O Sr. Getúlio Vargas, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer a revolução para impedi-lo de governar”.¹⁶¹

Luis Carlos Martins explica que:

O histórico de longos conflitos entre Vargas e os principais jornais brasileiros, especialmente durante a ditadura do Estado Novo – período em que Getúlio procurou controlar a imprensa –, teria gerado grande animosidade desses jornais para com o presidente. Classificado seguidamente como ‘ex-ditador’, ‘caudilho’, ‘demagogo’ e ‘populista’, Vargas representaria os principais males da política brasileira, devendo, assim, ser combatido a todo custo.¹⁶²

Nas eleições de 1950, a *Tribuna da Imprensa* apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, com o objetivo claro de se opor a candidatura de Getúlio Vargas. Apesar das duras críticas da UDN e da *Tribuna*, Getúlio Vargas foi eleito com 48,7% dos votos, causando fúria em seus opositores. Um dos discursos adotados pelo jornal era de que a democracia tinha bases errôneas por permitir a volta de um ditador ao cargo máximo do executivo, visto que o povo não sabia votar, pois havia sido “doutrinado” por Vargas quando fora presidente na década de 1940. Indignado, Lacerda contestava:

Será a eleição uma vitória democrática? Certamente não. Assim como Hitler subiu ao poder pela eleição, assim como Mussolini [...] O Sr. Getúlio Vargas tem a maioria dos votos e chegará ao poder pela vitória de uma coligação totalitária, de expressão demagógica e conteúdo profundamente reacionário da pior reação que é aquela disfarçada de revolução.¹⁶³

A *Tribuna da Imprensa* passaria todo o período do governo Vargas praticando ferrenha oposição, mas foi durante o ano de 1954 que o jornal chegou ao seu ápice na crítica a Getúlio Vargas. Sobre isso Delgado afirma que o presidente era sempre tratado como “ex-ditador” e “inimigo da democracia”, além de ser representado através de charges irônicas e que depreciavam sua imagem.¹⁶⁴ Nem mesmo o filho de Getúlio, Lutero, escapava das acusações de Lacerda. Na edição de Primeiro de agosto de 1954 uma matéria intitulada “Por que Lutero é ladrão”¹⁶⁵ fez duras críticas ao filho do presidente. No entanto, é o atentado da rua Toneleros, já comentado anteriormente neste capítulo, que desperta a cólera de Lacerda, em seus discursos,

¹⁶¹ *Tribuna da Imprensa*, 01/06/1950. p. 4.

¹⁶² MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Op. Cit. p. 7.

¹⁶³ *Tribuna da Imprensa*, 05/10/1950, p. 4.

¹⁶⁴ DELGADO, Marcio de Paiva. Op. Cit. p. 85.

¹⁶⁵ *Tribuna da Imprensa*, 01/08/1954. p. 1.

acusava diretamente Getúlio Vargas como culpado na tentativa de assassinato que matou seu guarda costas o Major Rubens Vaz.

Em 1955, com a aproximação das eleições, o jornal *Tribuna da Imprensa* passou a se opor ao pleito eleitoral, alegando mais uma vez que o povo não sabia votar, e que o voto em si não significava a democracia. Afirmando que:

Não se pode, por amor ao voto, permitir que com eles se destrua a democracia, que não é um processo, é um sistema, e mais do que isto, é um modo de viver. Mais vale um 'golpe' dos democratas do que a eleição dos golpistas. Os primeiros saberão, como antes, lutar por aperfeiçoá-la. Os segundos, como sempre, cuidam de prostituí-la.¹⁶⁶

Para Carlos Lacerda, a volta dos “herdeiros” de Getúlio ao poder era algo inadmissível. Passou a pregar o adiamento das eleições, alegando não haver clima político para tal. Contudo, as eleições ocorreram, foram mais alguns anos na oposição, até a candidatura de Jânio Quadros a presidência.

Embora tivesse apoiado a candidatura de Jânio Quadros, logo após a posse do novo presidente a *Tribuna da Imprensa* entrou em conflito com o governo federal, combatendo sua política externa e, sobretudo, a condecoração do ministro cubano Ernesto ‘Che’ Guevara pelo governo brasileiro. Por outro lado, o jornal atravessava nessa época grandes dificuldades financeiras. Apesar da oposição que movia a Jânio Quadros — incluindo muitas vezes insultos pessoais — Carlos Lacerda pediu-lhe então a concessão de recursos para o jornal. Lacerda lembrou a Jânio que, se não fora responsável por sua eleição, havia sido responsável pelo lançamento de sua candidatura, já que a UDN pretendia inicialmente indicar Juraci Magalhães para concorrer com Lott. Jânio negou os recursos solicitados.¹⁶⁷

No ano de 1960 Carlos Lacerda se elegeu governador do recém criado Estado da Guanabara, passando a direção do jornal para seu filho Sergio Lacerda, mas continuou contribuindo diretamente com o periódico. Como se comportou a *Tribuna da Imprensa* nos meses seguintes, bem como de que forma se posicionou durante a crise causada pela renúncia de Jânio Quadros é tema do próximo capítulo. Nele também serão averiguadas as repercussões nas páginas do *Diário de Notícias*. Analisaremos, com cuidado, a Campanha da Legalidade, ocorrida no Rio Grande do Sul a partir de 25 de agosto de 1961, seus desdobramentos e os personagens nela envolvidos. Os dois jornais apresentados nesse capítulo serão as fontes, buscar-se-á, também, entender como esses jornais se comportaram, e como se posicionaram no decorrer da crise.

¹⁶⁶ *Tribuna da Imprensa*, 19/07/1955. p. 4.

¹⁶⁷ De acordo com o Verbete da Federação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa> Acesso: 23/03/2021.

CAPÍTULO II: A CRISE DA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS: TEMPOS DE LUTA PELA LEGALIDADE.

Ao longo desse capítulo nos debruçamos sobre a crise causada pela inesperada renúncia de Jânio Quadros e as consequências desse ato, que deixou o Brasil a beira de uma guerra civil. Os acontecimentos ocorridos naquele sinistro agosto de 1961 mudaram os rumos do país em direção à uma polarização sem precedentes, que teria por consequência o Golpe Civil-Militar de 1964, que, diferentemente de 1961, não houve resistência; resistência essa que está no cerne da pesquisa, e que será analisada a seguir com base nos jornais *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*.

2.1. FUI VENCIDO PELA REAÇÃO E ASSIM DEIXO O GOVERNO

Era uma sexta-feira, 25 de agosto de 1961, quando o então presidente da República Jânio Quadros, a sete meses no cargo, entregou sua carta de renúncia ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, deixando vaga a cadeira da presidência, e dando início a uma grave crise política no Brasil. Na carta ele alegava:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho cumprido dia e noite trabalhando infatigavelmente, sem prevenções e sem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir essa nação pelo caminho de sua verdade ir à libertação política e econômica o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social que tem direito a seu generoso povo.¹⁶⁸

“JQ vítima de Lacerda”. Com letras garrafais, assim se apresenta a capa do jornal *Diário de Notícias*, da manhã de 26 de agosto de 1961, transcrevendo um discurso feito pelo Ministro da Justiça de Jânio Quadros, Pedroso Horta, no qual culpava Carlos Lacerda pela renúncia, assim como pela morte de Getúlio Vargas anos atrás:

Há sete anos e um dia, um presidente dava um tiro contra o seu próprio coração. Hoje, o presidente Jânio Quadros renuncia em consequência da atitude de um homem, que é o governador Carlos Lacerda. O Ministro da Justiça desmentiu categoricamente todas as acusações do Sr. Carlos Lacerda de que o convidara para um golpe de Estado e revelou que falava em São Paulo por que fora ele, Pedroso Horta, proibido de falar através do rádio e da TV no Estado da Guanabara.¹⁶⁹

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 26/08/1961, p. 1.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 1.

No centro da capa, duas fotografias, uma de Ranieri Mazzilli com a legenda de Presidente Interino e uma foto de João Goulart com a legenda de Presidente Efetivo. Entre outros títulos que se apresentam na capa, constava: “Constituição manda empossar Jango” trazendo o artigo 79 da Constituição. Outro que chama a atenção: “Derrotado pela reação deixo o governo”, que expõe a carta de renúncia do presidente Jânio Quadros deixada ao presidente do congresso.

Duas outras matérias estão na capa do *Diário* do dia 26 de agosto: III exército de prontidão, revela que o General José Machado Lopes havia dado ordens para que o III exército se mantivesse em prontidão para próximas ordens. No canto inferior direito, há uma nota do governador do Estado, Leonel Brizola:

O governo do Estado do Rio Grande do Sul cumpre o dever de assumir o papel que lhe cabe nesta hora grave da vida do país. Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuaremos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas. Se o atual regime não satisfaz, em muitos de seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não supressão, o que representaria uma regressão e o obscurantismo [...] Por motivos dos acontecimentos, como se impunha, o Governo deste Estado dirigiu-se a S. Excia o Sr. Vice Presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo seu regresso urgente ao País, o que deverá ocorrer nas próximas horas.¹⁷⁰

O apelo de Brizola pelo retorno ao Brasil, marca o primeiro passo na resistência contra o golpe que se avizinhava, no entanto, o prazo dado pelo governador se mostraria muito equivocado, provavelmente por não imaginar que a crise tomaria tamanha proporção. O jornalista Flavio Tavares, que esteve presente no Palácio Piratini durante a crise, analisando a frase “fui vencido pela reação” afirma que não há dúvidas, na política o termo reação se aplicava aos que reagiam às reivindicações de reforma social, bandeira das esquerdas. Logo, se aplicava a direita reacionária e americanófila.¹⁷¹ De acordo com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling o motivo da renúncia nunca fora explicado por Jânio Quadros, mas há um acordo entre os historiadores:

seu gesto intencionava causar uma comoção nacional que o trouxesse de volta triunfalmente ao cargo com os poderes presidenciais aumentados — e, de preferência, sem o Congresso para incomodá-lo. Renunciar era uma forma de sair do palco para não se desgastar, e diversas vezes em sua carreira política ele usara da figura da renúncia como uma arma — sempre brandida com sucesso. A manobra poderia funcionar de novo: o nome de Goulart tinha forte rejeição entre os militares; além disso, ele estava longe, sem condições de articular sua posse. O Congresso só examinaria sua

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 26/08/1961, p. 1.

¹⁷¹ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit.

renúncia após o fim de semana, e o povo defenderia seu mandato nas ruas, talvez mobilizado numa espécie de novo quererismo.¹⁷²

Acredito que Jânio Quadros não soube lidar com os trâmites da complicada democracia brasileira daquele período, sua ascensão vertiginosa na política o colocou em uma posição favorável na presidência. No entanto, ao se posicionar a favor de cuba em detrimento dos Estados Unidos e ao condecorar Che Guevara com uma medalha de honra brasileira, despertou uma oposição fervorosa no Congresso e entre políticos anticomunistas como Carlos Lacerda, que tinha uma forte influência entre os setores mais conservadores. Ao não saber lidar com tanta pressão da oposição, optou por renunciar, imaginando que seria carregado de volta à cadeira presidencial pelo povo e com o apoio dos militares, só que com poderes muito maiores para agir.

Fato é que a atitude de Jânio causou estranheza em toda a sociedade brasileira, e despertou ambições em vários setores que buscaram se aproveitar da situação, impedir a posse de João Goulart e indicar alguém mais ligado a projetos e ideologias alinhadas ao capitalismo para a presidência era uma delas. De mesmo modo, o jornal *Tribuna da Imprensa*, dedicou sua capa à renúncia de Jânio Quadros, mas de uma forma diferente, dentre os títulos em destaque encontra-se vários pontos de vista do próprio Carlos Lacerda: “Não acredito que Jânio Quadros esteja preso em Cumbica” e que deveria se “Manter a ordem e a liberdade” e que “a decisão que todos lamentamos não impedirá que o povo trabalhe e viva em paz”.¹⁷³

A edição também trazia na capa imagens da frente do prédio da *Tribuna*, que havia sido apedrejada na noite do dia 25, em resposta de populares à renúncia de Jânio Quadros. Ainda na capa há duas notas, as duas de repúdio, uma ao ministro Pedroso Horta, em relação ao discurso que inclusive foi publicado pelo *Diário*, e uma ao apedrejamento do prédio. Na qual dizia:

Arruaceiros tentaram ontem invadir o seu jornal. Não é a primeira vez que isso acontece, e nada temos que nos queixar: esse é o preço da independência e do amor à verdade. Com a ajuda de uns poucos e bravos soldados e da Polícia militar, os invasores foram repelidos. As pedras deixaram suas marcas nas portas e paredes do prédio – e essas são, como você bem deve compreender, marcas de que nos orgulhamos.¹⁷⁴

¹⁷² SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 361.

¹⁷³ *Tribuna da Imprensa*, 26/08/1961, p.1.

¹⁷⁴ Idem, p. 1.

A intenção da *Tribuna* era tentar passar ao seu leitor um ar de tranquilidade, alegando que a “situação em todo o país era perfeitamente normal” como se o fato de a cadeira presidencial estar vazia não significasse nada, além do mais, “cada governador domina a situação em seu Estado, e praticamente todos eles já manifestaram seu apoio ao novo presidente” afirmava o jornal. Mas a quem se referia a *Tribuna*? À João Goulart? Não, o jornal se referia a Ranieri Mazzilli: “Em Brasília, o presidente Mazzilli já escolheu alguns de seus auxiliares, e tem a situação perfeitamente controlada”.¹⁷⁵ Na página três da edição, dedicada quase que exclusivamente à renúncia, o jornal traz detalhadamente o que cada governador pensava, ou se pronunciara sobre o fato: Em Brasília, situação tranquila e correndo dentro da total legalidade constitucional. Em São Paulo, o governador se disse surpreso: “Embora surpreendido pelo gesto da renúncia, formulei perante o presidente apelos dos paulistas para que reconsiderasse a sua atitude”. Brizola estava com a lei, afirmava a *Tribuna*.¹⁷⁶

Foram consultados os governadores de Minas Gerais, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará e Paraná, e chama atenção o fato de que após dar a informação de que haviam recebido com surpresa a renúncia, a nota sempre encerrava com frases do tipo: “A situação é de total calma”, “tudo está em perfeita ordem”, “prontidão da Polícia Civil e Militar”. Demonstrando, dessa forma, que a situação era de normalidade, e não havia por que, na opinião do jornal, haver qualquer tipo de manifestação por parte da população.¹⁷⁷

Ao longo da nossa história, os golpes políticos que ocorreram, mesmo aqueles que não tiveram sucesso, sempre tentaram se apoiar em uma falsa “legalidade”, uma tentativa de esconder a quebra constitucional, como por exemplo, quando em 1964, Auro de Moura Andrade alegou na Câmara dos Deputados, que o presidente João Goulart havia abandonado a presidência e que portanto, segundo os trâmites legais, outra pessoa deveria assumir o cargo, quando na verdade João Goulart havia sido forçado pelos militares a deixar o cargo. Em 1961, com o golpe em andamento, os discursos golpistas afirmavam que tudo estava dentro da normalidade, que não havia necessidade de qualquer tipo de agitação política.

¹⁷⁵ *Tribuna da Imprensa*, 26/08/1961, p.1.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 1.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p.3.

No entanto, alguns autores, e os próprios jornais analisados, acabam nos mostrando que não foi com essa tranquilidade que os acontecimentos se sucederam. Jorge Ferreira afirma que, quando soube da renúncia, Brizola fez ligações a fim de saber a situação militar do país, o que pensavam os líderes militares, e se pretendiam agir. Ligou para o Comandante do III Exército, José Machado Lopes, que lhe informou que apenas cumpriria ordens, a mesma resposta recebeu do comandante do IV Exército. Ligou para o general Henrique Teixeira Lott, que lhe indicou nomes para que contatasse no Rio Grande do Sul, entre eles Roberto Osório, Assis Brasil, o general Pery Belivácqua e o general Oromar Osório. Já Flávio Tavares afirma que desde a sexta-feira da renúncia, as tropas do III Exército estavam de prontidão, já no sábado, “soldados de fuzis em riste e cercas de arame impediam o trânsito de automóveis [...] em pleno centro de Porto Alegre.”¹⁷⁸ Na mesma noite do dia 25 de agosto, o General Henrique Teixeira Lott foi preso, entre outros motivos, por lançar um manifesto em prol da Constituição e da legalidade.¹⁷⁹ Certamente essa intranquilidade política já era sentida pelo povo brasileiro, sobretudo nas grandes cidades, nas universidades, entre os intelectuais e estudantes e em outros setores da sociedade.

Sobre o marechal Lott, a *Tribuna da Imprensa* noticiou sua prisão apenas na segunda-feira, dia 28 de agosto, informando também quais teriam sido os motivos da prisão “O marechal Lott [...] foi preso [...] por divulgar uma ‘Proclamação a Nação’ convidando o povo e as Forças Armadas a ‘tomar uma posição decisiva e enérgica’ contra o Ministro da Guerra”.¹⁸⁰ Lott foi uma figura importante em sua época ao impedir um golpe em 1955 quando forças da oposição tentavam impedir a posse do então presidente eleito Juscelino Kubitschek, a partir deste acontecimento, Lott tornou-se uma espécie de símbolo da legalidade constitucional. Quando a crise teve início com a renúncia de Jânio Quadros, Lott foi um dos primeiros a se manifestar em prol da legalidade, não tardou a ser preso de forma preventiva, pois os ministros militares viam nele uma ameaça a seus planos.

¹⁷⁸ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. 2012. Posição 252. * Com o avanço da tecnologia já é possível adquirir livros no formato digital, em diversas plataformas, no entanto, em algumas dessas plataformas não é possível dividir o livro por páginas, mas sim por posição, portanto, toda vez que esse livro for citado nesta dissertação, indicarei a posição na qual a citação se encontra na versão *Kindle*.

¹⁷⁹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 155.

¹⁸⁰ *Tribuna da Imprensa*, 28/06/1961 p. 1.

No Rio Grande do Sul, ainda na tarde do dia 25 de agosto, manifestantes se aglomeravam na Praça da Matriz em Porto Alegre para protestar contra um possível golpe, e a favor da posse de João Goulart. No Rio de Janeiro também houve protestos na Cinelândia; ambos jornais publicaram reportagens sobre esse protesto, no entanto, enquanto a *Tribuna da Imprensa* informava que “o povo ficou pela Cinelândia ouvindo com calma e expectativa oradores inflamados”¹⁸¹, o *Diário de Notícias* publicava sobre o mesmo assunto com o seguinte título: “Abaixo Lacerda”, informando que “vários oradores improvisados falaram sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros, no entanto se uniram num só grito: ‘Abaixo Lacerda’”.¹⁸² Depois, o jornal afirma, esse mesmo grupo foi em direção a Embaixada dos Estados Unidos, onde realizaram uma série de depredações.

Não foi a única vez que o jornal *Diário de Notícias* atacou Carlos Lacerda, uma charge na edição de 26 de agosto de 1961 chama a atenção, ela representa o governador Carlos Lacerda como um corvo, olhando o calendário com a data 25 de agosto, data da renúncia, no entanto, o “corvo” está sobre um jornal, supostamente a *Tribuna da Imprensa*, com a chamada “presidente renunciou”. A crítica à Lacerda é clara, a charge nos induz a pensar que há dias a *Tribuna* vinha prevendo ou até mesmo incitando a renúncia. Essa ideia é corroborada pela legenda da charge que diz: “Arre! Desta vez errei por um dia...” O autor da charge, Paulo Brasil Gomes, atribuiu traços depreciativos a Lacerda, como dentes afiados, salivação e excrementos.

Rodrigo Sá de Motta afirma que “a ave é vista no imaginário ocidental como bicho agorento, sinistro e, geralmente, companheiro de bruxas. A ideia casava-se com a imagem de destruidor de presidentes atribuída a Lacerda” e que:

Após a morde trágica de Vargas, a associação entre a imagem de Lacerda e o corvo consolidou-se, e ficou ainda mais convincente pela sua participação na renúncia de Quadros. ‘Como os dois eventos – suicídio e renúncia – ocorreram em agosto, mês tido por aziago, a imagem de Lacerda agorento ganhou mais força.’¹⁸³

¹⁸¹ *Tribuna da Imprensa*, 26/08/1961, p.1.

¹⁸² *Diário de Notícias*, 26/08/1961, p. 7.

¹⁸³ MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 33-34.

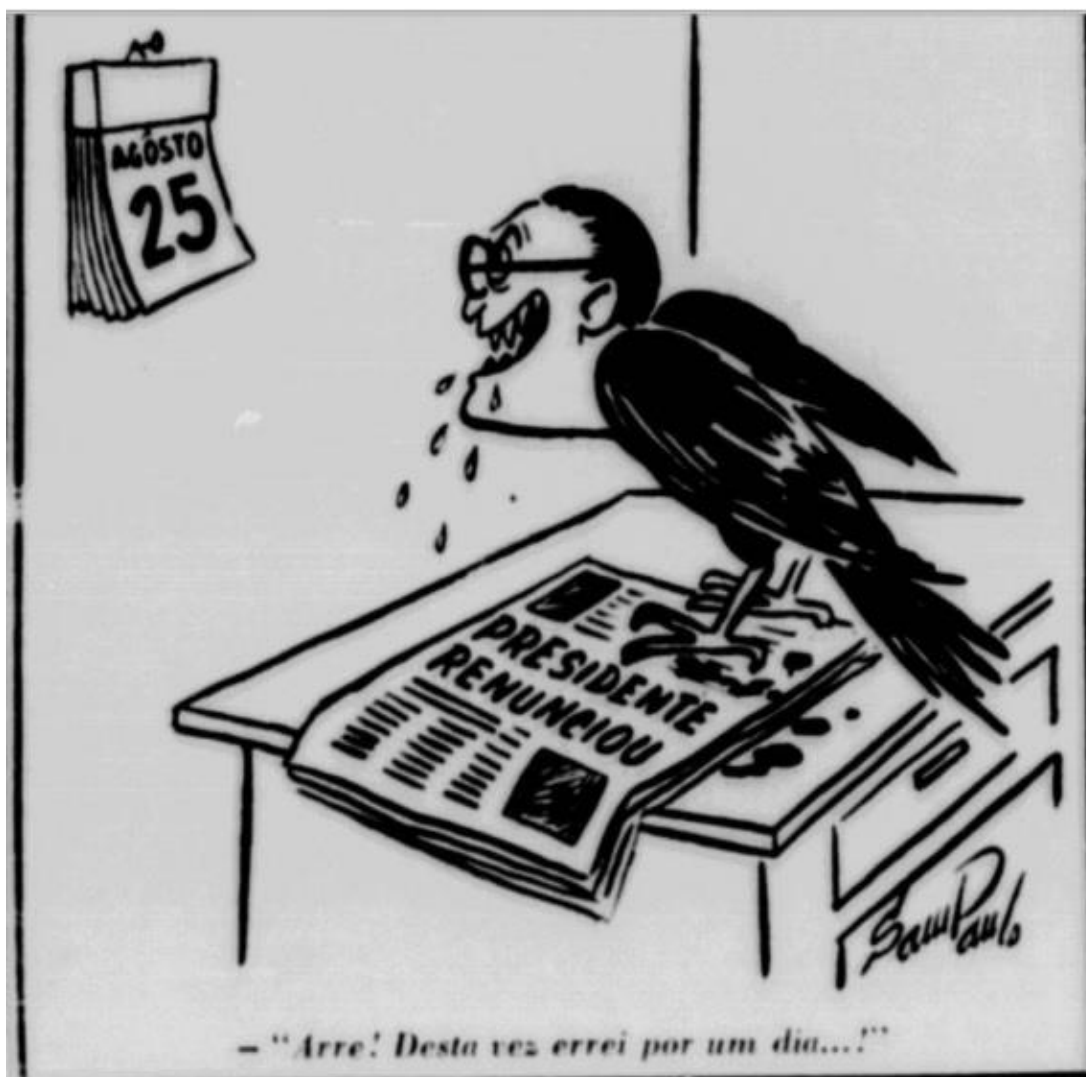


Figura 4: O Presidente renunciou.

Fonte: *Diário de Notícias*, 26/08/1961. p. 3.

Marcio de Paiva Delgado nos dá uma ideia de quando esse apelido teve início. Ele afirma que “corvo” foi um apelido, uma imagem associada a Lacerda que o acompanhou ao longo de sua vida, e que teve início no ano de 1954:

Em 11 de maio de 1954, o reporter policial Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, ao entrar em discussão com policiais do Segundo Distrito Policial do Rio de Janeiro, foi duramente espancado, vindo a falecer no dia 22 do mesmo mês. [...] no velório estava Carlos Lacerda, que discursando na ocasião atacou duramente o governo Vargas, relacionando a violência policial com o Palácio do Catete.¹⁸⁴

O discurso, segundo Delgado, foi percebido pelo jornalista Samuel Weiner como uma tentativa de promoção pessoal, o jornalista pediu ao cartunista Lan, do

¹⁸⁴ DELGADO, Marcio de Paiva. Op. Cit. p. 90.

Última Hora, que retratasse Lacerda como um corvo velando o caixão, a repercussão foi enorme e o apelido pegou.¹⁸⁵

A disputa entre Lacerda e Samuel Weiner era longa, ambos eram rivais declarados, mas a richa se agravou quando Lacerda denunciou o fato de Weiner não ser brasileiro nato, e por esse fato, de acordo com a constituição vigente da época, ele não poderia ser dono de um meio de comunicação no Brasil. “Lacerda publicou em 1953 esse segredo nas páginas da *Tribuna*. Declarava que provaria que Weiner não era brasileiro”.¹⁸⁶

Ainda sobre a renúncia de Jânio Quadros, a *Tribuna*, no dia 26 de agosto, publicou algumas matérias pregando a legalidade do processo, pouco se citou que quem deveria assumir era João Goulart, mas por vezes as falas dos envolvidos elucidavam o fato. Um depoimento de um deputado udenista falava o seguinte: “Não tenho esperanças de que o sr. Goulart venha a ser um bom presidente. Mas o dever de todos os brasileiros reside em garantir a S. Exa. o direito de assumir o cargo e exercê-lo até o final do mandato”.¹⁸⁷ As notícias que circulavam eram de que João Goulart assumiria, como informa a *Tribuna*: “Informado da situação pelo telefone internacional, o sr. João Goulart já está a caminho do Brasil. E comunicou ao presidente Ranieri Mazzili que pretende tomar posse, se possível, ainda hoje (27 de agosto)”.¹⁸⁸

Sobre os motivos que podem ter levado Jânio Quadros à renúncia, o *Diário de Notícias* levanta a seguinte possibilidade:

Depois de encerrada a parada militar de hoje, pela manhã, em comemoração ao ‘Dia do Soldado’ os três ministros militares estiveram no Palácio do Planalto e disseram ao sr. Jânio Quadros que sua política exterior estava criando um clima de intranquilidade. Fizeram-lhe ver que não se responsabilizariam pelo que poderia advir essa insegurança. Isso, segundo fontes autorizadas, teria sido o motivo da renúncia.¹⁸⁹

Se é verdade ou não, é difícil saber, mas o fato é que os ministros militares se mostraram contrários, como veremos posteriormente, ao retorno e a posse de João Goulart à presidência. Daniela Görgen dos Reis afirma que em 26 de agosto, em São Paulo, “Jânio teria dito que o Brasil precisava de um líder com autoridade,

¹⁸⁵ DELGADO, Marcio de Paiva. Op. Cit. p. 90.

¹⁸⁶ LUCA, Tania R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 89.

¹⁸⁷ *Tribuna da Imprensa*, 27/08/1961. p. 4.

¹⁸⁸ Idem, p. 6.

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, 26/08/1961. p. 7.

capacidade de trabalho e rapidez nas decisões, e, portanto, considerava inevitável sua volta ao poder”.¹⁹⁰ O que reforçaria a tese de que Quadros tinha a intenção de voltar ao cargo de presidente com poderes ditatoriais nos braços do povo.

O segundo caderno do *Diário de Notícias*, da edição de 27 de agosto, dedicou toda a sua capa à renúncia de Jânio Quadros, três fotos foram mostravam os últimos atos de Jânio Quadros como presidente, a posse de Mazzilli e os protestos na Cinelândia. Chama a atenção uma matéria informando um possível motivo para a renúncia envolvendo Carlos Lacerda. Informando sua intenção de interferir no Estado da Guanabara, governada por Carlos Lacerda, o presidente Jânio Quadros havia recebido a seguinte resposta dos ministros militares:

O marechal Denys advertiu-o que as Forças Armadas não concordariam com uma violação do regime democrático, ao que o presidente respondeu que só lhe restaria renunciar. [...] Embarcou para São Paulo, onde comunicou o motivo da renúncia aos governadores Magalhães Pinto, Ney Braga e Carvalho Pinto, dizendo que já que não podia ‘intervir na Guanabara era essa a minha única saída’.¹⁹¹

Segundo o *Diário*, que afirmou ter fontes seguras dentro do Palácio do Planalto, a situação realmente teria sido como a informada por Carlos Lacerda, o jornal afirma que por volta das 10 horas do dia 25 de agosto, após as comemorações pelo Dia do Soldado, Jânio teria se encontrado com os ministros militares, se queixando da situação causada por Lacerda no Estado da Guanabara. “Nesse encontro o presidente teria informado de que precisava conter os excessos publicitários do governador Lacerda” e que não havia recebido total compreensão dos chefes militares que exerciam comando na Guanabara. Ao perceber que os ministros não estariam dispostos a censurar a o governador ou qualquer meio de comunicação da Guanabara, Jânio Quadros se calou, e teve de ouvir dos ministros seu descontentamento e discordância com a política externa do presidente. Neste exato momento, teria então Jânio Quadros informado sobre sua renúncia.¹⁹²

Passadas as primeiras vinte e quatro horas da renúncia, a situação estava tensa em todo país, havia uma incerteza de qual rumo o país tomaria, afinal de contas, quem deveria por direito assumir a cadeira presidencial não estava em território nacional, mas esse não era o maior dos problemas, sua ausência aguçou

¹⁹⁰ REIS, Daniela Gorgen. **Imagens do poder**: fotografia da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961). 154f. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 61.

¹⁹¹ *Diário de Notícias* 27/08/1961 caderno 2, p. 1.

¹⁹² Idem, p. 1.

na oposição o sentimento golpista, a ausência de Goulart poderia ser a oportunidade necessária para impedir sua posse, e assim, “livrar” o país de um presidente mais alinhado a ideologias trabalhistas e sindicalistas, como amiúde lhe acusavam.

A edição de domingo, 27 de agosto, do *Diário de Notícias* trazia à tona um fato que acirraria os ânimos de todos os envolvidos. A seguinte notícia havia sido disseminada pela *United Press International*: Ultimato Militar a Jango, na qual dizia que os três ministros militares haviam feito uma ameaça à João Goulart: “Fontes chegadas ao Ministro da Guerra informaram que Dennys tenta convencer Caiado Castro para que solicite a Goulart aceitar o ultimato e não assumir a presidência da República”.¹⁹³ Além disso, “Se Goulart tentar recorrer à força, sua ação poderá provocar uma guerra civil”.¹⁹⁴

Flávio Tavares afirma que já no dia 26 de agosto, sábado, o Marechal Denys teria afirmado, em conversa com o deputado trabalhista Ruy Ramos e o deputado do Rio de Janeiro, Bocayuva Cunha, que “Jango não poderá assumir e nem voltar ao Brasil [...] E se voltar, as Forças Armadas o prenderão”.¹⁹⁵

O *Diário* ainda publicou as condições, ou opções que, de acordo com os ministros militares, João Goulart deveria se comprometer em cumprir caso desejasse contribuir com paz nacional:

As forças armadas apresentaram aos parlamentares três soluções para o término da crise:

- 1º- Renúncia pura e simples do sr. João Goulart, em virtude de suas orientações quanto à política externa brasileira;
- 2º- Licenciamento do sr. Goulart por 60 dias, prorrogáveis até segunda ordem;
- 3º- Posse normal do sr. Goulart no cargo de presidente da República, desde que o mesmo se comprometa a romper relações diplomáticas com Cuba de Fidel Castro, interromper o pretendido reatamento de relações diplomáticas com a Rússia e, finalmente, no âmbito internacional, executar a tradicional política brasileira de apoio à tese ocidental liderada pela América Latina.¹⁹⁶

Essa tradicional política brasileira se refere, na visão de políticos e militares mais conservadores da época, ao alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e o papel do país como um mero produtor de bens primários, cuja função, resumidamente falando, era fornecer a outros países matéria prima e recursos

¹⁹³ *Diário de Notícias* 27/08/1961. p. 1.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 1.

¹⁹⁵ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. Posição 167.

¹⁹⁶ *Diário de Notícias* 27/08/1961. p. 1.

naturais a baixo preço além de servir ao mercado consumidor para os produtos industrializados estadunidenses, por exemplo. Além disso, essa posição de alinhamento aos países ocidentais, principalmente aos Estados Unidos, vinha se fortalecendo desde a Primeira Guerra Mundial, com o apoio do Brasil à *Entende Cordiale*. Essa aliança se fortaleceu ainda mais quando o Brasil enviou soldados para lutar ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial, logo, durante os primeiros anos após o fim da guerra e o início da Guerra Fria a posição do Brasil permaneceu quase que automaticamente ao lado dos Estados Unidos, e quebrar essa tradição ou, pior, simpatizar com o lado comunista do globo era muito improvável.

2.2. TENSÃO E CRISE NO PAÍS: TEM INÍCIO A CAMPANHA DA LEGALIDADE

Denys: Agora é escolher comunismo ou democracia.¹⁹⁷ Com essa declaração do Ministro da Guerra, publicado no dia 28 de agosto de 1961 o jornal *Tribuna da Imprensa* dá início à uma série de notícias e reportagens que marcaram a fatídica semana posterior à renúncia de Jânio Quadros, marcada por uma instabilidade política, por uma tensão militar e a quase deflagração de uma guerra civil no Brasil. De acordo com a chamada jornalística, já havia chegado a hora do país escolher qual caminho político seguir: a democracia, representada aqui pelos ministros militares e Ranieri Mazzilli, e o comunismo, representado por João Goulart, Leonel Brizola e o Marechal Lott.

Fica evidente que o jornal *Tribuna da Imprensa* tinha interesse em abafar qualquer tipo de manifestação de contestação da situação, e de repudiar qualquer tipo de greve ou agitação por parte de grupos insatisfeitos com a presidência de Mazzilli. Ainda no dia 28, o jornal publicou um texto criticando principalmente Leonel Brizola por seus discursos inflamados em busca de adesão da população a causa da legalidade. O texto afirma que:

A paz e a tranquilidade dos brasileiros não podem ficar sujeitas a provocadores, sejam quais forem seus títulos e seus pretextos. Assim, as agitações e desordens promovidas pelo sr. Leonel Brizola deram a prova cabal de que chegou a hora da opção, que consiste em sabermos se, sim

¹⁹⁷ *Tribuna da Imprensa* 28/08/1961. p. 1.

ou não, nos transformaremos numa nação que confunde gritaria com maioria e urros da minoria com os anseios da maioria perplexa.¹⁹⁸

Mais uma vez, a *Tribuna* insistia em passar um sentimento de tranquilidade a seu leitor, afirmando que tudo estava sob perfeita ordem e disciplina. De acordo com as seguintes chamadas, a calma e a tranquilidade reinavam absolutas em todo o país: “Forças Armadas controlam todo o país: calma, [...] tranquilidade na Guanabara”¹⁹⁹, “Mazzilli: Ordem em todo país apesar dos boatos”²⁰⁰, “A situação do Estado é de absoluta calma”.²⁰¹ Apesar de afirmar também que “a região militar do Rio Grande do Sul estava calma, sob a ordem do ministro Odílio Denys” e que “O III Exército estava unido ao restante das Forças Armadas”²⁰², mas não foi bem assim que a situação se desenrolou. Enquanto a *Tribuna* circulava, no dia 28 de agosto:

o serviço de rádio-escuta do governo estadual captou ordens do ministro da Guerra, Odilo Denys, para que a Força Aérea Brasileira e o III Exército bombardeassem o Piratini. Ao mesmo tempo, o general Machado Lopes comunicou ao governador Leonel de Moura Brizola, que iria ao Palácio, conversar com ele pessoalmente.²⁰³

Era o início de uma grave crise nacional, mas que tinha no Rio Grande do Sul um dos principais focos de tensão, e na figura de Leonel Brizola como protagonistas deste grave impasse.

O Rio Grande não permitirá atentados. A renúncia do Sr. Jânio Quadros é definitiva. Resta agora dar posse ao presidente constitucional do Brasil e entregar a presidência ao Sr. João Goulart. [...] Círculos federais não apenas da política e da politicagem explorando e reunindo alguns chefes militares em torno das suas intenções macabras, em pronunciamentos e notas discutidas nos gabinetes custeados e pagos com o dinheiro do povo, visam impedir que o presidente constitucional exerça suas funções.²⁰⁴

Com esse discurso, Brizola deu início a uma série de muitos outros discursos buscando angariar apoio dos diversos setores civis e militares do Rio Grande do Sul em prol da posse de João Goulart, movimento que posteriormente passou de apenas discursos e ganhou aspectos de guerra civil. Entrincheirados no Palácio Piratini, sob ameaça de bombardeio, o movimento passou a ser chamado de Campanha da Legalidade.

¹⁹⁸ *Tribuna da Imprensa* 28/08/1961. p. 4.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 1.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 3.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 5.

²⁰² *Ibidem*, p. 5.

²⁰³ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 151.

²⁰⁴ TAVARES, Flávio. 1961. Op. Cit. Posição 234.

Em resposta, a cúpula militar nacional, na figura do Marechal Denys ameaçava restaurar a paz a qualquer custo, mesmo que para isso fosse necessário o uso da força. Em instrução ao 3º Exército, sediado no Rio Grande do Sul, foram passadas as seguintes informações: “É necessário firmeza e energia do III Exército a fim de não permitir que cresça a força do adversário potencial que tem todo o interesse em manter a ordem a fim de que o Sr. João Goulart assuma a Presidência”.²⁰⁵

As ações do III Exército davam indícios de que as ordens de silenciar o governador Brizola e instaurar a paz e a tranquilidade seriam cumpridas. Desde a sexta-feira, as tropas do III Exército estavam de prontidão, e a partir do sábado, soldados armados e cercas de arame impediam o trânsito de automóveis pelos cinco quarteirões de quarteis em pleno centro de Porto Alegre.²⁰⁶ “Ao virar a meia-noite, a emoção misturada ao temor apoderou-se das pessoas dentro do Palácio Piratini. O bombardeio parecia iminente [...] mais tarde, a cidade começou a ouvir o ranger das lagartas dos tanques”.²⁰⁷

Enquanto o suspense e o temor se intensificavam ao longo da madrugada de 27 para 28 de agosto, Brizola teve a ideia de requisitar a Rádio Guaíba, pertencente a Breno Caldas, adversário de Leonel Brizola. A rádio era a única que estava em funcionamento pois apenas ela, entre as três grandes de Porto Alegre, não havia transmitido o pronunciamento de Brizola. As 14h30 de domingo, dia 28, a emissora estava instalada nos porões do Palácio Piratini, de onde o locutor Naldo Freitas deu início à transmissão.²⁰⁸ Agora a Campanha da Legalidade teria uma voz longínqua, que chegava aos confins do estado gaúcho. Muitas cidades ao receberem o chamado do governador, organizaram sua resistência e declaravam apoio a causa da legalidade.

Um dos pontos de maior tensão era em relação ao III exército, ou seja, qual posição tomaria frente à crise? A resposta a essa pergunta definiria os próximos passos da Campanha da Legalidade. Talvez, não ter a seu lado o maior e mais poderoso destacamento militar do Brasil seria causa perdida, mas a história estava disposta a equilibrar a disputa. Vale ressaltar que o III Exército tinha sob seu

²⁰⁵ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 151.

²⁰⁶ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. Posição 257.

²⁰⁷ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 2.

²⁰⁸ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 774.

comando seis grandes unidades, 1º, 2º e 3º Divisões de Cavalaria, 3º, 5º e 6º Divisões de Infantaria, além das Unidades e Organizações Militares subordinadas ao III Exército, somando um total de pouco mais de 120 mil soldados.

Até mesmo o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, intercedeu em prol da paz, foi ao gabinete do general Machado Lopes pedir que este ponderasse aos ministros militares para empossar João Goulart e evitar qualquer deflagração de violência.²⁰⁹ Em seu livro, o general Machado Lopes lembra o que lhe fez optar por integrar a campanha legalista:

Assistindo ao entusiasmo do povo gaúcho pelo acatamento da lei, ouvindo matraquear a Cadeia da Legalidade e escutando a opinião dos Comandos das Grandes Unidades que compunham o III Exército, confirmei a impressão de que qualquer solução que implicasse o veto à posse do Sr. João Goulart na presidência da República levaria à guerra fratricida, com todas as suas maléficas consequências.²¹⁰

O próximo passo a ser dado pelo general seria informar o líder da Campanha da Legalidade, Leonel Brizola. No entanto, este simples ato, por capricho de ambos, se tornou um momento muito tenso. Brizola não sabia qual intuito da visita de Machado Lopes, se era para prendê-lo ou para juntar-se a ele.

Muitos anos depois, o próprio Brizola revelou “foi o momento mais difícil da minha vida, eu esperava tudo e qualquer coisa [...] eu estava disposto a reter o Machado Lopes. Se ele viesse me pedir a renúncia [...] eu ia retê-lo no Palácio”.²¹¹

Antes do encontro, às 09:45 da manhã do dia 28, o general Machado Lopes recebeu as seguintes ordens de Brasília.

O general Orlando Geisel transmite ao General Machado Lopes, Comandante do III Exército, a seguinte ordem do Ministro da Guerra:
O III Exército deve compelir imediatamente o Sr. Leonel Brizola, a pôr termo à ação subversiva, que vem desenvolvendo e que se traduz pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competem, exclusivamente, às Forças Armadas.
O governo colocou-se assim fora da legalidade. O Comando do III Exército atue com máxima energia e presteza.
Faça convergir sobre Porto Alegre toda tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente.
Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive o Bombardeio, se necessário.²¹²

A ordem do Ministro da Guerra não intimidou Machado Lopes, que decidido, partiu para o Palácio Piratini com a finalidade de declarar sua posição. Após a

²⁰⁹ LOPES, José Machado. **O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980, p. 43.

²¹⁰ Idem. p. 45.

²¹¹ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 1264.

²¹² LOPES, José Machado. Op. Cit. p. 48.

reunião, um clima de alívio tomou conta do Palácio do Piratini, e juntos Brizola e Machado Lopes, agora também comandante da Brigada Militar, aparecem juntos na sacada, sinalizando que o III Exército engrossaria as fileiras da Campanha da Legalidade. Várias fotos do encontro circularam na imprensa gaúcha, levando a todo Estado a boa nova.



Figura 5: Encontro Histórico no Palácio Piratini

Fonte: *Diário de Notícias*, 29/08/1961. p. 1.

A edição do dia 29 de agosto foi uma das que mais contribuíram para a pesquisa pois, dedica várias páginas à Campanha da Legalidade, além da fotografia da capa, a figura 5, outras foram vinculadas, além de notícias e reportagens ricas em detalhes que por serem em grande quantidade, não serão analisadas aqui em sua totalidade. A fotografia exposta acima, mostra uma reunião entre o governador Leonel Brizola e o general Machado Lopes que, segundo o jornal, durou cerca de quarenta minutos, e definiu os próximos passos da Campanha da Legalidade. O terceiro participante da reunião é o general Silvio Santa Rosa, de branco na fotografia. Ainda no dia 29, a chamada “Definição do III

Exército relaxou a tensão nas tropas de Prontidão”²¹³ com letras garrafais, estampou a página 13 da edição do dia 29:

A cidade, as primeiras horas da tarde de ontem, viu-se desanuviar a situação tensa que pairava, num crescendo, nesses últimos três dias. A manifestação do comandante do III Exército. General José Machado Lopes, desafogou as emoções e preocupações que se faziam sentir indisfarçavelmente no seio da população. A reportagem do Diário de Notícias, logo após estes acontecimentos esteve em visita as zonas onde se acham situadas as unidades militares da capital [...] pudemos constatar que a tranquilidade da população civil se refletia na fisionomia dos nossos soldados.²¹⁴

Ao analisar as páginas do jornal *Tribuna da Imprensa*, do mesmo dia 29 de agosto de 1961, uma matéria na página 3 se destaca pois fala totalmente o contrário do que foi divulgado pelo *Diário de Notícias* na mesma data e confirmado pelo próprio Machado Lopes em seu livro anos depois. A notícia tem o seguinte título: “Rio Grande do Sul: Desmentida a rebelião do III Exército”.²¹⁵ Chama atenção o fato de que a matéria começa com a seguinte frase:

A 01:15 horas de hoje, o Palácio da Guanabara distribuiu um comunicado, desmentindo que o III Exército general José Machado Lopes, tenha aderido ao movimento de rebeldia encabeçado pelo governador Leonel Brizola contra o que considera ‘rasgar a Constituição’ brasileira.²¹⁶

Primeiro fato, o Palácio da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, distribui uma nota a população, o conteúdo da nota é falso. Com qual intenção essa nota é levada a público? A nota é lançada com o claro objetivo de evitar que a população da Guanabara tenha conhecimento do movimento em defesa da constituição que está acontecendo no Rio Grande do Sul, naqueles tempos em que a informação não era tão rápida como atualmente, era difícil checar por outros meios se a informação era de fato verídica. Outra questão, seria uma tentativa de confundir a população ou desmoralizar o movimento que é evidente no Sul? Esses eram dois pontos a serem utilizados pelo governo da Guanabara na intenção de impedir que focos de resistência legalistas tivessem início no Estado, jogar dúvidas na população quanto a legitimidade da luta no Sul em prol da legalidade.

Outro ponto, o jornal usa o termo rebeldia para falar de Brizola, numa clara tentativa de desmerecer o movimento legalista. Usar esse termo dava um tom de

²¹³ *Diário de Notícias*, 29/08/1961. p. 12.

²¹⁴ *Idem*, p. 12.

²¹⁵ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 3.

²¹⁶ *Idem*, p. 3.

ilegalidade ao movimento, de estar do lado errado da nação brasileira. A Matéria continua expondo a declaração vinda do Palácio da Guanabara:

- 1- O general José Machado Lopes comandante do III Exército sediado em Porto Alegre, está inteiramente firme ao lado dos seus camaradas do Exército, Marinha e Aeronáutica.
- 2- São inteiramente falsas as notícias procedentes do Sul [...] que o apontam como estando contra a orientação do ministro a Guerra.
- 3- Chegou ao Rio de Janeiro o general do Exército Antônio Carlos da Silva Murici, trazendo a notícia de que os comandantes e comandados do III Exército – onde ocupa as funções de chefe do Estado-Maior – são pela unidade nacional e contrários a todos os atos que possam quebrar a disciplina e contribuir para a desunião dos brasileiros.²¹⁷

O próprio Machado Lopes, em seu livro “O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros”²¹⁸ confirma a ida do general Antônio Carlos Murici ao Rio de Janeiro, com o intuito de colocar a par da situação do III Exército o Ministro Denys. O livro não deixa claro o que foi informado ao Ministro da Guerra, mas o certo é que na volta ao Sul, Murici expõe a seguinte informação a Machado Lopes: “Tudo resolvido, o senhor será chamado a Brasília onde o Marechal Denys o porá a par de tudo”.²¹⁹ Ao receber a mensagem, Machado Lopes respondeu que se fosse seria preso, o que dá a entender que a mensagem passada a Denys não era tal qual a exposta em nota pelo Palácio da Guanabara, pois qual a intenção de levar o comandante do III Exército à Brasília em meio à crise, se não fosse para prendê-lo? A prisão do chefe do III Exército poderia desmobilizar a tropas, fortalecendo dessa forma, os golpistas. Na mesma página, a *Tribuna* publica a seguinte nota:

5° Zona Aérea também está contra Brizola. O brigadeiro Passos, comandante da 5° Zona Aérea desmentiu ontem que sua guarnição estivesse de acordo com a ‘ação subversiva’ do governador Leonel Brizola.

Adiantou o brigadeiro que ‘a 5° Zona Aérea está firme na defesa da democracia contra o comunismo’.

O desmentido se prende a notícia divulgada insistentemente por uma emissora do Rio Grande do Sul.²²⁰

A edição de 29 de agosto da *Tribuna* segue o mesmo tom dos dias anteriores, o discurso exposto nas páginas é o de manter a calma, a tranquilidade, não se deixar levar por discursos comunistas, tropas garantindo a paz, soldados pelas ruas em prol da unidade nacional. A postura em relação a posse de João Goulart é muito diferente da encontrada no jornal riograndense, inclusive com títulos e chamadas

²¹⁷ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 3.

²¹⁸ LOPES, José Machado. Op. Cit.

²¹⁹ Idem, p. 47.

²²⁰ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 3.

bem intuitivas. Na primeira página do jornal o título “impedimento de Jango deve ser decidido hoje”²²¹ fala sobre a votação que ocorrerá para decidir se o veto à posse de João Goulart será aceito pelo Congresso. O título “Parlamentarismo sim, mas sem João Goulart”²²² também parece ser bastante parcial, mas na verdade é somente a fala dos ministros militares, que não estariam dispostos a aceitar a posse de João Goulart. No entanto, colocar a expressão em destaque no topo da página, dessa maneira, apelando para frases de efeito e jogo de palavras, a *Tribuna* buscava legitimar de alguma forma o impedimento de João Goulart, atingindo dessa forma os seus objetivos.

Por ser um meio de comunicação ligado diretamente ao governo do Estado da Guanabara, é muito comum encontrar, nestes dias, comunicados informando aos leitores a situação das tropas nas ruas do Estado, inclusive instruções aos moradores de como agir em determinadas situações adversas, como confrontos com a polícia e com o exército, greves, motins entre outros. “Evitem fazer o jogo dos comunistas para que inocentes não paguem pelos criminosos. Qualquer tentativa de agitação será reprimida. A polícia tem ordens severas para garantir a paz no Estado”²²³ informava o governador Lacerda. Não bastasse, o “cidadão de bem” deveria seguir as seguintes instruções caso não quisesse “apanhar da polícia”:

Para sua segurança nestes dias, em que baderneiros aproveitam-se das circunstâncias para agitar as ruas, siga estas regras:

- 1- não ande sem documentos;
- 2- sempre que qualquer autoridade pedir, identifique-se.
- 3- obedeça sem discutir, qualquer ordem, da Polícia.
- 4- não pare para apreciar badernas na rua;
- 5- não aceite e não guarde qualquer tipo de “proclamação”;
- 6- não corra nas ruas à toa;
- 7- não participe de grupinhos ou aglomerações;
- 8- não discuta nas esquinas, principalmente política;
- 9- não ande armado;
- 10- não seja curioso.

Vejamos os pontos levantados pelo jornal *Tribuna da Imprensa*. Todas as ações que possam atrapalhar de alguma forma o trabalho da polícia ao manter a tranquilidade deveria ser evitado, até mesmo andar em pequenos grupos poderia ser indício de balbúrdia política. Vale lembrar que a Polícia Militar da Guanabara era comandada pelo governo do Estado, que era governado por Carlos Lacerda,

²²¹ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 1.

²²² *Idem*, p. 9.

²²³ *Ibidem*, p. 5.

dono do jornal em questão. Logo, é fácil entender como o periódico se tornou uma ferramenta extra, junto à força policial, para controlar a população e evitar que a Campanha da Legalidade iniciada no Sul pudesse “contaminar” a população do Estado da Guanabara.

De fato, havia uma preocupação por parte do governador Lacerda em evitar qualquer tipo de manifestação popular em seu estado, e fazia isso de duas formas bem claras: colocando a polícia nas ruas e manipulando a opinião pública através de discursos, que por muitas vezes eram publicados pela *Tribuna da Imprensa*. Como veremos a seguir os jornais por muitas oportunidades reproduziram o discurso do governador de seu Estado, e tiveram um papel importante ao distribuir a seus leitores informações sobre a crise, obviamente, de forma muito intencionada, claramente se posicionando.

Na edição de 29 de agosto a *Tribuna* publicou uma matéria com o título “A defesa da liberdade”²²⁴, que ia de encontro com o principal interesse do Governo da Guanabara, evitar que a população do Estado se manifestasse, fizesse greves ou aglomerações, pois isso, seria cair no jogo comunista. O texto diz o seguinte:

A defesa da democracia e da liberdade é nos dias de hoje, e diante da crise política por que atravessa o Brasil, o dever de cada um dos cidadãos. E devem todos compreender que essa defesa e essa liberdade não estão nem podem estar ao lado daqueles que desamam e só invocam para miná-la e destruí-la.²²⁵

Mais uma vez, como de costume, o texto apela para o maniqueísta confronto comunismo *versus* capitalismo, ao afirmar que os brasileiros devem escolher entre um ou outro. Ou seja, agir em defesa da posse de João Goulart, ao ponto de vista do jornal, seria escolher pelo comunismo, decisão essa já tomada pelo governador gaúcho. O texto apela ainda ao nacionalismo e ao militarismo das forças armadas:

As Forças Armadas, com sua tradição de democracia e liberdade, e fiéis aos interesses supremos do Brasil e de seu pouco, estão decididas a preservar a paz nos lares e nas ruas, e garantir que o Brasil siga seu caminho e o seu destino de país livre.²²⁶

A mensagem tem um teor político pois apela à população que defenda a democracia e a liberdade: “O dever do povo, portanto, é o de ajudar as Forças Armadas a garantir a liberdade e a paz entre irmãos [...] A liberdade tem que ser

²²⁴ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 4.

²²⁵ *Idem*, p. 4.

²²⁶ *Ibidem*, p. 4.

defendida a qualquer custo. E deve ser defendida por todos nós”.²²⁷ O discurso segue a dicotomia liberdade *versus* comunismo, se o leitor compactua com a luta pela posse de João Goulart ele automaticamente está compactuando com o comunismo, ou então com a sovietação do Brasil, como o texto irá se referir adiante:

É de esperar-se e desejar-se que o Congresso, cômico de seus deveres e responsabilidades e intérprete fiel da nossa vocação republicana, corresponda à esperança da Nação, através do patriotismo de seus líderes e da vocação democrática de cada um dos parlamentares, a fim de que a Nação continue livre e unida.²²⁸

O discurso é claramente parcial à contrariedade da posse de João Goulart, pois apela diversas vezes ao papel das Forças Armadas e ao povo, por último, apela ao Congresso que votaria logo mais se aceitaria o impedimento de João Goulart. O texto é totalmente anticomunista, e compactua com outras notícias e reportagens que apontam Leonel Brizola e Goulart como representantes do comunismo no Brasil. Logo, escolher ou apoiar um dos dois, ou os dois, seria compactuar com a “sovietação do Brasil” já em andamento, o texto encerra: “Só há uma forma de defendê-lo [o Brasil]: não permitir, sob nenhum pretexto, que o comunismo continue a miná-lo para o sacrifício da liberdade da paz, da segurança interna e do progresso”.²²⁹

O jornal *Tribuna da Imprensa* também se utilizou de falsas informações em suas páginas, na edição de 31 de agosto publicou a seguinte matéria: “Fugiu Machado Lopes; Cordeiro controla Exército no Sul”²³⁰ na qual informa também que Machado Lopes era um dos poucos líderes militares que apoiava Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, que havia fugido e estava refugiado em um quartel neste Estado. Ainda segundo o periódico:

O grosso da tropa do Rio Grande do Sul está solidária com o marechal Denys, conforme comunicação direta de comandantes de grandes unidades e, portanto, integrado na coesão existente nas três Forças Armadas que, na atual conjuntura, velam pela integridade da segurança nacional alheando-se a pronunciamentos impatrióticos e demagógicos explorados por comunistas e inocentes úteis.²³¹

O jornal *Diário de Notícias* se mostrou muito bem-informado, e fez um recorte da matéria citada acima e a colocou em seu jornal, na segunda página do dia 02 de

²²⁷ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 4.

²²⁸ *Idem*, p. 4.

²²⁹ *Ibidem*, p. 4.

²³⁰ *Tribuna da Imprensa*, 31/08/1961. p. 8.

²³¹ *Idem*, p. 8.

setembro, com o seguinte título: “Eis como Lacerda informa seus leitores”.²³² A matéria informa que Lacerda, além de governador da Guanabara, é também o fundador do jornal *Tribuna da Imprensa* de onde o recorte foi retirado, e faz duras críticas ao jornalista: “Esta é a prova do crime profissional do jornalista Carlos Lacerda: um recorte da edição de anteontem do seu jornal. [...] Dobram os sinos em funeral por um ex-brilhante jornalista: como governador põe o garrote da censura, como periodista publica informações falsas”.²³³

No Rio Grande do Sul, palco da Campanha da Legalidade, com o privilégio de acompanhar de perto os acontecimentos locais, o *Diário de Notícias* produziu muitas matérias que circularam no dia 29 de agosto, principalmente no segundo caderno, que continha 6 páginas. O caderno inicia com o seguinte título: “Piratini: 24 horas de dramática vigília civil”²³⁴, a capa contou com três fotografias que mostraram os “valentes milicianos gaúchos”, como o jornal os denomina, em seus postos, em guarda ou em momentos de distração. A legenda das fotografias afirma que boa parte dos soldados estava nos porões do Palácio, enquanto outra parte estava em pontos estratégicos como no telhado. O jornal informa também que foram instalados ninhos de metralhadoras em pontos estratégicos do Palácio.

²³² *Diário de Notícias*, 02/09/1961. p. 2.

²³³ *Idem*, p. 2.

²³⁴ *Diário de Notícias*, 29/08/1961. Segundo caderno, p. 1.



Figura 6: Soldados no Palácio Piratini.

Fonte: Diário de Notícias 29/08/1961. Segundo caderno, p. 1.

Infelizmente os registros fotográficos não são de boa qualidade, mas é possível identificar na figura 6 pelo menos uma dezena de soldados do Regimento Bento Gonçalves, armados, se preparando para descer as escadas. A legenda nos dá ideia de que na parte inferior do Palácio estavam depositadas grandes quantidades de munição e armas. Diferente das fotografias analisadas por Daniela Görgen dos Reis, que foram produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, e que, portanto, possuem características voltadas a seu uso político, as fotografias expostas pelo *Diário de Notícias* não parecem ter sido produzidas pela Assessoria, e sim pelos próprios fotógrafos do jornal. O que não impede, é claro, o contrário – muitas fotografias eram cedidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini aos jornais locais –, muito menos que elas não tenham sido usadas com objetivos políticos em prol da Legalidade. Em entrevista concedida a Claudio Fachel Dias, o então fotógrafo do Palácio Piratini, Lemyr Martins afirmou:

A gente deixava uma margem nas fotos 18x24cm e carimbava foto exclusiva para *O Dia*, foto exclusiva para o *Diário de Notícias*, foto exclusiva para o *Correio do Povo*, foto exclusiva para a *Folha da Tarde*, e

fazia uma foto para cada um, que era para não parecer que era divulgação oficial.²³⁵

Dessa forma, como explica Lemyr Martins, se evitaria a repetição de fotografias em jornais diferentes, e dava um toque de exclusividade às imagens produzidas.



Figura 7: Terraço do Palácio Piratini

Fonte: Diário de Notícias 29/08/1961. Segundo caderno, p. 1.

A figura 7 mostra soldados em vigília no terraço do Piratini, e ao fundo a bandeira do Rio Grande do Sul. A imagem é muito simbólica, os soldados armados centralizados na fotografia, os prédios ao fundo em contraste com a bandeira

²³⁵ DIAS, Cláudio Fachel. **História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS): imprensa e política na crise da legalidade (1961)**. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p. 89.

deixam o ambiente em um verdadeiro cenário de guerra, a legenda completa com um ar heroico e bravo: “a bandeira rio-grandense, drapejando, deve ter sentido orgulho da dedicação dos bravos gaúchos que, da ‘Cidadela da Legalidade’ a tudo estavam dispostos, em defesa da ordem e da constituição”. Daniela dos Reis afirma que: “Brizola soube apelar para os valores do inconsciente coletivo, para convocar toda a população na defesa de uma causa, usando para isso, os fundamentos de um imaginário entranhado em todo o Rio Grande do Sul: a hombridade gaúcha ressurgia com toda a força.”²³⁶ Havia necessidade também de tornar o soldado um homem comum, como aquele que estava ao redor do Palácio defendendo a causa da legalidade, pois os civis eram uma parte importante do processo, tanto por questões militarmente estratégicas quanto por questões políticas. Ter pessoas ao redor do Palácio Piratini poderia impedir um bombardeio aéreo, por exemplo, ao mesmo tempo que era importante para Brizola ter um “público” para seus discursos e suas ações.

Algumas fotografias foram produzidas com o intuito de mostrar o dia a dia do soldado à população, evidenciando muitas vezes o seu lado tradicionalista, seguindo os costumes da população riograndense, como o consumo de chimarrão, por exemplo, bebida típica em todo o Rio Grande do Sul.

²³⁶ REIS, Daniela Gorgen. Op. Cit. p. 126.



Figura 8: Soldado servindo chimarrão.

Fonte: Diário de Notícias 29/08/1961. Segundo caderno, p. 1.

A figura 8 mostra um soldado do Regimento Bento Gonçalves servindo o tradicional chimarrão, cercado por outros colegas de farda, que observam atentos e alentados pelo gesto do colega. Que outro símbolo representa mais a união, a tradição gaúcha e o companheirismo do que servir o chimarrão para outra pessoa? Talvez a intenção do *Diário*, no conjunto de imagens, tenha sido explorar, entre outros pontos, o soldado como um homem comum, cumprindo seu papel, mas que no fundo, é uma pessoa como outra qualquer, que precisa de apoio da população para cumprir sua missão.

A edição do dia 29 do *Diário de Notícias* foi uma espécie de resumo geral do que havia acontecido nos últimos dias da Campanha da Legalidade, explicando os motivos dos fatos pelo que estavam lutando o governador Brizola e seus aliados:

Começaram, às primeiras horas da madrugada de domingo as providências efetivas para a defesa do Governo e guarda do Palácio. Convocados, desde cedo, chegaram ao Piratini os elementos do Regimento Bento Gonçalves e da Polícia Rodoviária [...] formando um contingente de 330 homens fortemente armados [...] o Palácio contava

também com centenas de civis armados de revólver e fuzis, número que aumentava a cada instante.²³⁷

A edição falou também sobre o fechamento das rádios emissoras por determinação do Ministro da Guerra, e da rápida atitude tomada pelo governador Brizola juntamente com Francisco Brochado da Rocha, secretário do interior e justiça, em requisitar uma das rádios em funcionamento. O jornal parece muito bem-informado, expondo com precisão chegadas e saídas de pessoas importantes no Palácio, inclusive com horário. O que nos dá indício de que jornalistas associados ao *Diário de Notícias* estiveram presentes durante toda a crise, junto à população do lado de fora, mas também dentro do Palácio em vários momentos. Essa edição ficou marcada por muitos discursos de Brizola que foram explorados pelo jornal, alguns apenas citados, outros foram replicados, palavra por palavra:

Se houver violência contra nós, contra o povo brasileiro, aí temos o direito de reagir, e reagiremos. Nesse momento todos devem estar prontos. E, aí devem os trabalhadores declarar-se em greve geral. Mas, primeiro, devemos esperar para que se consuma a agressão anunciada à Constituição. Mas aqui ficarei, apesar dessa longa e cansativa vigília, renovando minha confiança no patriotismo de nossos soldados.²³⁸

Conforme a crise foi se intensificando os jornais passaram a se posicionar de forma mais enfática sobre a posse de João Goulart. No dia 30 de agosto, com a proposta de parlamentarismo já sendo analisada pela Câmara dos Deputados, a *Tribuna da Imprensa* lançou um editorial criticando Jânio Quadros pela sua renúncia, da forma como foi, mas principalmente por jogar o país nas mãos de João Goulart. A edição começa com a seguinte charge:

²³⁷ *Diário de Notícias* 29/08/1961. Segundo caderno, p. 1.

²³⁸ *Idem*, p. 1.



Figura 9: Quem vai ao vento...

Fonte: *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 4.

A charge exposta acima é emblemática. Ela mostra João Goulart com um semblante desanimado, angustiado, sem saber o que fazer, ele está sentado sobre sua mala de viagens que está com diversos adesivos com nomes de cidades da Europa e da Ásia por onde ele passou: Roma, Paris, Singapura, Londres. O título da charge completa a crítica, quem vai ao vento... perde o acento, é o que afirma o ditado popular. A publicação dessa charge, na página editorial, juntamente com outros textos defendendo a improbidade da posse de João Goulart, é um forte indicativo do posicionamento do jornal quanto ao desfecho da crise. No entanto, o erro do jornal é afirmar que Jango foi “ao vento”, pois não corresponde com a

realidade, o então vice-presidente já estava fora do país quando Jânio Quadros renunciou, não foi, portanto, o ato de sair do país em missão diplomática antes da renúncia de Jânio Quadros um indicativo de que João Goulart estaria abandonando o seu posto político.

A Charge analisada acima compôs a página editorial da *Tribuna da Imprensa*, que possuía ainda dois textos que serão analisados a seguir, o primeiro tem o título “a crise” e o segundo, “o dever do congresso”.²³⁹ O primeiro texto afirma que a culpa pela crise é de Jânio Quadros, pois “sua renúncia, em si e pelo modo com que foi lançada, de supetão, às costas da nação, revelou um completo desprezo pela sorte do regime e do país”.²⁴⁰ No entanto, o foco do texto é outro, ele afirma que a situação de Jânio Quadros já é passado, o problema é agora “a encruzilhada em que se encontra o Brasil, a opção entre dois regimes políticos, completamente antagônicos”²⁴¹, ou seja, o texto nos dá a entender de que a questão não é pela constitucionalidade ou não e, sim, pela opção entre o comunismo, representado pelo João Goulart, ou capitalismo – ou democracia, como algumas vezes o jornal afirma –, representado pelos Ministros Militares ou Ranieri Mazzilli.

Vale lembrar que em 1961 o Brasil respirava ares de Guerra Fria, então, era muito comum o uso de argumentos anticomunistas para deteriorar a imagem de alguém. O texto em questão, com essa intenção, seguiu afirmando que:

o passado de João Goulart marcou-o como um homem capaz de usar a agitação engendrada pelo Partido Comunista para sua própria ascensão, que nunca se pejou de permitir e incentivar a inflação comunista no país desde que ela servisse aos seus objetivos políticos.²⁴²

Além de criticar João Goulart, o texto claramente se posiciona em favor dos militares quando afirma que “a intervenção das Forças Armadas nos acontecimentos foi clara e decisiva. É preciso defender a democracia e ela não se defende entregando o governo aos inimigos”.²⁴³ Seria então João Goulart o inimigo? É o que o texto dá a entender, Jango seria o representante do perigo vermelho, ou seja, o comunismo em pessoa. No entanto, de acordo com Jorge Ferreira:

O PTB nada tinha de comunista, o projeto comunista estava no PCB da época, o PTB era um partido que vinha de uma tradição getulista, mas ao mesmo tempo, nos anos 1950 ele se reformou, foi reinventado por João

²³⁹ *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 4.

²⁴⁰ *Idem*, p. 4.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 4.

²⁴² *Ibidem*, p. 4.

²⁴³ *Ibidem*, p. 4.

Goulart, que estava na liderança após a morte de Vargas, e estava muito mais próximo da Social-Democrata Europeia [...] O Estado garantiria suporte para as empresas crescerem, mas ao mesmo tempo os trabalhadores teriam melhoras em seu padrão de vida. Na época, muitos viam nisso, sinal de comunismo. PTB, João Goulart, Brizola, nada tinham de comunismo, a crítica que havia na época é que ele, João Goulart, mantinha um diálogo com os comunistas [...] Mas ele não era comunista, nunca foi, e na época sabiam que ele não era comunista, a identidade dele era o trabalhismo.²⁴⁴

Há uma tentativa também, por parte do texto, de legitimar o impedimento da posse de João Goulart com o seguinte argumento: “A comunicação recebida pelo Congresso, do presidente em exercício, Sr. Ranieri Mazzilli, foi em termos precisos. Cabia e cabe aos representantes do povo a busca de uma solução”²⁴⁵, essa solução, segundo o autor do texto, era o *impeachment* de João Goulart. Havia uma clara intenção por parte da *Tribuna da Imprensa* em pressionar o Congresso, que votaria neste dia (30 de agosto). Como podemos perceber, ambos jornais se posicionavam de forma antagônica à posse de João Goulart ao cargo de presidente, e entre outros recursos usados para defender sua opinião, estava a utilização da imprensa internacional. Era relevante informar ao público leitor, principalmente no caso da *Tribuna da Imprensa*, de que países ao redor do mundo, sobretudo os democráticos, estavam preocupados com a crise no Brasil, e buscavam apoiar uma solução pacífica.

O próximo e último capítulo terá por objetivo observar como a crise da renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade repercutiram na imprensa internacional – a partir das notícias republicadas ou comentadas nos jornais estudados –, os trâmites para a solução da crise, além de mostrar como os jornais reagiram à chegada de João Goulart a Porto Alegre e posteriormente a Brasília, explorar como o modelo parlamentarista foi abordado pelos periódicos estudados e como se posicionaram quanto a adoção desse novo sistema de governo.

²⁴⁴ PRESIDENTE DA SEMANA – EP. 16. Jânio Quadros, a renúncia, João Goulart, o golpe. Entrevistado: Jorge Ferreira. Entrevistador: Rodrigo Vizeu. Folha de São Paulo, 01/07/2018. Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2A6KJi4WlSkTshW70geYXP> Acesso em: 20/01/2022.

²⁴⁵ *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 4.

CAPÍTULO III: A OPÇÃO PELA VIA PARLAMENTARISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Ao longo deste capítulo, iremos analisar como os jornais estudados nesta dissertação utilizaram como recurso a imprensa internacional e o que ela estava publicando sobre a crise causada pela renúncia de Jânio Quadros, tanto na tentativa de legitimar a sua posição, quanto para criticar ou desacreditar aqueles que se posicionavam contrários à opinião do jornal. Além disso, pretendemos entender quais eram os mecanismos do novo sistema político que seria implantado e como ele foi percebido pela população do país sob a ótica do *Diário* e da *Tribuna*. Também é objetivo deste terceiro capítulo analisar a volta de João Goulart ao país e suas repercussões. Por último, a posse de João Goulart, como foi reproduzida pelos jornais aqui analisados? Com pompas ou apenas uma notícia simples sem importância? Essas e outras questões serão abordadas ao longo do último capítulo desta dissertação.

3.1. A PERCEPÇÃO INTERNACIONAL DA CRISE DE 1961 PUBLICADA PELO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E PELA TRIBUNA DA IMPRENSA

A renúncia de Jânio Quadros, que deu início a toda a crise institucional repercutiu em vários lugares do mundo e, muitas vezes, essas repercussões eram reproduzidas tanto pela *Tribuna da Imprensa* quanto pelo *Diário de Notícias*, às vezes para tentar persuadir seu leitor a se posicionar politicamente da mesma forma que o jornal, as vezes somente com a intenção de informar.

Com o objetivo de tentar reforçar o posicionamento dos jornais perante a crise, e suas estratégias para induzir seus leitores ao mesmo posicionamento, selecionamos algumas reportagens de ambos os jornais que utilizaram chamadas internacionais com tal objetivo. Podemos começar pela *Tribuna da Imprensa*, que no dia 30 de agosto publicou a seguinte chamada: “Kennedy sumamente ‘preocupado’ com a crise no Brasil”²⁴⁶, o título é um tanto apelativo, pois no decorrer da reportagem o jornal informa apenas isto, que ele estaria preocupado, mas ao mesmo tempo interessado na crise brasileira, e que teria discutido a situação

²⁴⁶ *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 8.

durante um almoço com o senador estadunidense Mike Mansfield. No entanto, no decorrer da matéria, o periódico expõe a opinião de outros jornais internacionais, ao se referir ao Reino Unido, por exemplo, a reportagem “Temor em Londres” afirma que “nas conversações privadas, contudo, diplomatas e financistas não ocultam seu temor de que a crise brasileira possa ter ‘sérias repercussões’”²⁴⁷ e que essa crise só serviria de benefício aos comunistas. A *Tribuna* ainda postou um comentário que foi publicado no *Washington Post* que dizia o seguinte:

Em toda a confusão sobre o que está sucedendo no Brasil, o ponto principal a notar é a que os militares têm a chave da solução. O ministro da Guerra Odílio Denys é o chefe da Nação de Fato, e foi claro ao dizer que o vice-presidente João Goulart é inaceitável como sucessor de Jânio Quadros.²⁴⁸

Em contexto de Guerra Fria, é evidente que alguns importantes Jornais estadunidenses iriam se contrapor à posse de João Goulart por todos os motivos que já discutimos, mas o jornal *The New York Times* se posicionou de forma a apoiar a posse de João Goulart, e mesmo não concordado em partes, a *Tribuna* reproduziu trechos da matéria:

O ‘*New York Times*’ evoca a possibilidade de um golpe militar para impedir a subida do vice-presidente João Goulart ao poder. Depois de elogiar o papel político até agora desempenhado pelo Exército Brasileiro, que conquistou ‘uma invejável reputação’ de defensor da legalidade, o jornal expressa os seus temores de que seja quebrada essa tradição. Acentua: ‘João Goulart foi eleito presidente em eleições constitucionais. Pode estar demasiadamente à esquerda para o nosso gosto, mas constitui solução ideal um golpe de força destinado a impedir a ascensão ao poder de um vice-presidente democraticamente eleito’.²⁴⁹

Também foram utilizados pela *Tribuna*, com intuito de desmoralizar e desacreditar a Campanha da Legalidade do Rio Grande do Sul, notícias produzidas em Havana, capital de Cuba, que, segundo o jornal, eram disseminadas pelas rádios locais e que se tratava da crise no Brasil:

A ingerência do ditador Fidel Castro na crise política brasileira, declarando despidoradamente, pela Rádio de Havana, que está disposto a prestar ajuda militar e financeira a Brizola e anunciando que milícias de ‘voluntários’ cubanos podem partir para o Rio Grande do Sul a qualquer momento, vem caracterizar, de forma ostensiva e ineludível, a configuração comunista dos focos e de rebelião e de tumulto que se instalaram no país.²⁵⁰

Mais uma vez as atitudes de Brizola são taxadas de comunistas, como quase tudo na época era designado para essa polarização maquiavélica entre direita e

²⁴⁷ *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 8.

²⁴⁸ *Idem*, p. 8.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 8.

²⁵⁰ *Tribuna da Imprensa*, 02/09/1961. p. 4.

esquerda, os jornais com um viés anticomunistas se utilizavam desse discurso para atacar seus opositores, como podemos perceber no trecho a seguir, retirado do mesmo texto: “É incontestável a marca do Partido Comunista nos acontecimentos que se processam no Rio Grande do Sul, a começar pelo processo da mobilização de milicianos aos quais Brizola entrega armamentos”.²⁵¹ Quando o jornal se refere a milicianos, é possível que esteja se referindo à pessoas comuns que se alistaram voluntariamente para lutar pela legalidade, e não à grupos armados que pertencem a uma milícia no sentido que a palavra tem atualmente no século XXI.

O apelo anticomunista era uma forte ferramenta utilizada sem receio pela imprensa golpista da época, e o jornal *Tribuna da Imprensa* parecia ter se especializado em tal ferramenta. No dia 5 de setembro, com a crise já sendo solucionada, o periódico publicou a seguinte chamada: “Introdução à conquista do Brasil pelo comunismo internacional”²⁵² prometendo contar ao povo toda a verdade do que vinha acontecendo nos últimos dias. A matéria afirmava que as Forças Armadas constituem a derradeira força de contenção do comunismo em seu avanço “legal” sobre o Brasil, e que com a desmoralização dos seus chefes, “desafiados e vencidos por um demagogo irresponsável no Sul (Brizola) e contido por uma poderosa campanha de jornais acéfalos, as Forças Armadas tão cedo não conseguirão recompor a força moral perdida”.²⁵³

O *Diário de Notícias* também se utilizou desse recurso para reforçar a defesa da legalidade, na edição do dia 31, por exemplo, o jornal reproduziu diversas reportagens de jornais internacionais que falavam sobre a crise brasileira, a qual o *Diário* deu o título de “Brasil ganha triste notoriedade em todo o mundo com sua crise”.²⁵⁴ Começando por Cuba, o jornal afirma que em discurso televisionado, “Fidel Castro incita o povo brasileiro a lutar contra os militares ‘nas montanhas’”.²⁵⁵ A utilização da frase “nas montanhas” é uma clara referência a sua própria luta contra Fulgêncio Batista, ou seja, a revolução socialista de Cuba. Assim como a *Tribuna*, o *Diário* reproduziu as notícias publicadas pelos jornais dos Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Argentina e Uruguai, mas em nenhum momento

²⁵¹ *Tribuna da Imprensa*, 02/09/1961. p. 4.

²⁵² *Idem*, p. 4.

²⁵³ *Tribuna da Imprensa*, 05/09/1961. p. 4.

²⁵⁴ *Diário de Notícias*, 31/08/1961. p. 9.

²⁵⁵ *Idem*, p. 9.

reproduziu críticas como o jornal da Guanabara fez, pelo contrário, o teor das notícias reproduzidas é meramente informativo.

Sobre os Estados Unidos, um correspondente do UPI havia perguntado à Kennedy sobre a crise no Brasil e a possível interferência de Cuba na resolução da crise, o presidente estadunidense havia declarado: “Brasil deve resolver a crise sem a intromissão de outrem [...] a situação do Brasil deve ser deixada em mãos do povo desse país”.²⁵⁶ A edição de 31 de agosto trouxe um recorte de uma capa de três jornais, argentinos e uruguaios em uma matéria com o título: “Jango e Brizola nas manchetes de Buenos Aires e Montevideo”.²⁵⁷ Segundo as informações do *Diário*, os jornais reproduzidos foram *O Clarin* de Buenos Aires e *El Día* de Montevideo, e falavam sobre a crise que passava o Brasil, uma das notícias era: “No acatan em el Sur al Gobierno Central”.²⁵⁸ De acordo com o *Diário*, o jornal “Izvestia” de Moscou teria acusado o governo dos Estados Unidos de conspirarem contra Jânio Quadros para impedir as “forças do progresso” na América Latina”.²⁵⁹

Os jornais de Portugal também foram reproduzidos, o *Diário da Manhã* de Lisboa declarou: “Toda a crise, desde o início, parecia dominada pela preocupação da legalidade, de uma legalidade pelo menos formal e suscetível de ser assegurada através de métodos contraditórios e de soluções antagônicas”. O jornal italiano *La Stampa* de Turim publicou: “a crise brasileira está em fase decisiva, o Congresso agora deverá pronunciar-se acerca da recomendação de proibir Goulart a voltar a pátria, qualquer que seja a decisão, o futuro se apresenta cheio de incógnitas”.²⁶⁰

Estas matérias expostas pelo *Diário* e pela *Tribuna* demonstram o quanto o mundo estava observando o desenrolar da crise causada pela renúncia de Jânio Quadros, o Brasil era um dos maiores países dentro da esfera de influência dos Estados Unidos, é o maior país da América Latina, portanto seu futuro político era importante para o resto do mundo, principalmente para os países ocidentais.

No Brasil, a situação se mostrava cada vez mais hostil entre o governo do Rio Grande do Sul e o Governo Federal, a ameaça de bombardeio, o de possível invasão da capital gaúcha por tropas federais levou a uma mobilização de guerra e

²⁵⁶ *Diário de Notícias*, 31/08/1961. p. 7.

²⁵⁷ *Idem*, p. 9.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 9.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 9.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 9.

a cidadela da legalidade, como era carinhosamente chamada pelo *Diário*, precisou se mobilizar para a defesa de um possível ataque.

3.2. O AGRAVAMENTO DA CRISE E A OPÇÃO PELO SISTEMA PARLAMENTARISTA DE GOVERNO

Os acontecimentos de agosto de 1961 colocaram o Brasil perto de uma guerra civil, de acordo com Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado:

na base aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul [...] dispoendo dos jatos ingleses *Gloster Meteor*, de duas turbinas e alto poder de fogo, a ordem dos ministros militares era a de decolagem imediata para o bombardeio do Piratini. Os sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos. Mais decididos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões.²⁶¹

Em Porto Alegre, em locais estratégicos, o III Exército instalou baterias e canhões contra possíveis ataques aéreos que poderiam ser ordenados pelo Ministro Denny, o Palácio do Piratini já havia interceptado ordens para tal, então tomou a decisão de proteger a cidade de possíveis ataques. Porto Alegre ganhou um cenário de guerra, como registrou o jornal *Diário de Notícias*.



Figura 10: Canhões Antiaéreos

Fonte: *Diário de Notícias*, 01/09/1961. p. 12.

²⁶¹ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 335.

A fotografia acima é de um canhão automático antiaéreo pertencente ao 3º Grupo Antiaéreo de Caxias do Sul, e que havia sido instalado no Cais do Porto em Porto Alegre, e foi apenas um entre vários outros equipamentos bélicos que prepararam a cidade para um possível ataque das forças Armadas sob ordens do Ministro Denys. Felizmente, tudo permaneceu tranquilo, e nenhum ataque foi deflagrado.

Devido à forte resistência do Rio Grande do Sul contra a possibilidade de golpe, “os ministros militares compreenderam, então, que não seria fácil impedir a posse de Goulart. Em Goiás, o governador Mauro Borges decidiu acompanhar Brizola na resistência”²⁶² e, aos poucos, os legalistas passaram a receber apoio de uma parcela cada vez mais significativa da sociedade, dando indícios de que, se de fato houvesse uma guerra, ela dividiria o Brasil. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling afirmam que “Os ministros sabiam que suas escolhas tinham se estreitado: ou partiam para a guerra civil, ou negociavam uma alternativa. O congresso encontrou uma saída conciliatória: a adoção, às pressas, do regime parlamentarista”.²⁶³

Com a crise se desenrolando no Rio Grande do Sul desde o dia 26 de agosto, João Goulart sempre deixou claro seu lado pacífico, não desejava uma guerra civil, mas também tinha sede por poder, aos poucos foi se aproximando do continente americano até chegar no Uruguai no dia 31 de agosto, onde se encontrou com Tancredo Neves na Capital Montevideo para detalhar a nova forma de governo que seria implementada, o Parlamentarismo.²⁶⁴

A primeira vez que a palavra parlamentarismo surgiu entre os periódicos estudados foi no dia 29 de agosto e afirmava que o parlamentarismo só seria aceito caso João Goulart não permanesse no poder²⁶⁵, a frase fora pronunciada pelos Ministros Militares, e deixava claro que eles não aceitariam João Goulart na chefia do governo brasileiro, mesmo sob regime parlamentarista.

Mas para que possamos entender melhor o que isso significa na prática, vamos recorrer a historiografia e aos manuais políticos para buscar quais as principais bases desse modelo de governo.

²⁶² SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 362.

²⁶³ Idem, p. 362.

²⁶⁴ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 338.

²⁶⁵ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 8.

No dia 2 de setembro de 1962 foi aprovada por 288 votos a favor, e 55 contra, a Emenda Constitucional nº 4, nos termos do art. 217, § 4, da constituição de 1946, que dava início ao sistema parlamentarista, pela segunda vez na nossa história – o primeiro havia sido em 1847.²⁶⁶ O primeiro artigo da Emenda Constitucional deixava claro: “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal”.²⁶⁷ Além disso, o Artigo 7º da Emenda afirmava que: “Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade”.²⁶⁸ O Conselho de Ministros, depois de nomeado, conforme o Artigo 9º da Emenda, deveria comparecer à Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Vale ressaltar ainda, que o presidente desse Conselho de Ministros, o chefe de governo, tinha por competência, entre outras atribuições, manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa, exercer o poder regulamentar, decretar estado de sítio nos termos da Constituição, decretar a intervenção federal, na forma da Constituição, além de assumir a direção de qualquer dos Ministérios.²⁶⁹

Na prática, no sistema parlamentarista existem dois cargos de chefia: o Chefe de Governo que também é chamado de primeiro-ministro, que é escolhido pelos membros do parlamento e o chefe de Estado. O primeiro é quem lidera de fato as ações do poder executivo. Além disso, o Chefe de Governo tem sob suas responsabilidades praticamente todas as políticas públicas, vale ressaltar que o político empossado a esse cargo pode ser substituído pelo parlamento com certa facilidade. Já o chefe de Estado representa a legitimidade e a continuidade desse estado. No entanto, seus poderes são limitados. Em monarquias parlamentaristas,

²⁶⁶ Depois da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, teve início um gradativo processo de distensão do autoritarismo monárquico e um concomitante crescimento político da Câmara dos Deputados. Instaurada a fase regencial, de 1831 a 1840, fortaleceram-se os postulados democráticos defendidos pelos mandatários da Nação, assumindo o Parlamento eletivo, de maneira gradual, sua influência sobre o Gabinete, até que se deu, no Segundo Reinado, a configuração, embora turva, de um sistema parlamentarista, sobretudo depois do Decreto n. 523, de 20 de julho de 1847, por força do qual D. Pedro II criou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. SOBRINHO, Luis Lima Verde; MORAES, Filomeno. *Parlamentarismo à Brasileira no Segundo Reinado (1840-1889)*. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 2, p. 42, 2016.

²⁶⁷ BRASIL. **Constituição (1946)**. Ementa constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Ibidem.

esse papel cabe ao monarca, em repúblicas parlamentaristas, cabe ao presidente escolhido pelo parlamento ou pelo povo, cumprir esse papel. Coube à João Goulart a função de chefe de Estado e a Tancredo Neves o Chefe de Governo.

A população também sofreu as consequências dessa mudança de governo, visto que:

Essa medida, de certa maneira, retiraria das mãos do povo o seu mais importante instrumento de avaliação das políticas públicas executadas pelo governo, o voto. Afinal, no presidencialismo a população identificava com maior clareza “quem estava fazendo o quê”, facilitando uma eventual “recompensa” ou “punição” pelas medidas adotadas ou omitidas. Ainda que fossem excluídos do processo eleitoral os analfabetos, aproximadamente 50% da população, numa democracia representativa, o voto continuava sendo o caminho mais curto para materialização das demandas sociais.²⁷⁰

Em termos práticos, essa nova forma de governo encontrada como solução para a crise que teve início com a renúncia de Jânio Quadros, se mostrou complexa e confusa, e incorporou particularidades que a caracterizaram futuramente como parlamentarismo à brasileira.²⁷¹ Ainda de acordo com Jorge Ferreira e Ângela Gomes:

O parlamentarismo implica os seguintes procedimentos políticos: por meio de eleições, os partidos políticos elegem suas bancadas para o Parlamento. Um partido pode ter maioria, mas também pode formar aliança com outro partido ou formar uma coligação com vários partidos políticos. Seja como for, o partido majoritário indica o primeiro-ministro. Ele é o chefe de governo. É ele quem indica os ministros de Estado e governa o país. O presidente da República também é eleito, mas não governa.²⁷²

Uma das características desse período parlamentarista brasileiro é que Jango, ao contrário do que prerroga um sistema parlamentarista comum, não poderia dissolver o congresso caso achasse necessário, essa foi uma das condições negociadas pelo Ministro da Guerra Odylio Denys para que pudesse restringir ainda mais os poderes de João Goulart. A outra, foi uma exigência, em momentos que houvesse “risco de segurança nacional” o congresso poderia votar o *empeachment* do presidente.²⁷³ Além disso:

a Emenda Constitucional nº 4 não delimitava com clareza o que era de responsabilidade do presidente da República e do primeiro-ministro. Era o presidente da República, por exemplo, quem nomeava os ministros de Estado e não o primeiro-ministro, como nos regimes parlamentares

²⁷⁰ AFONSO E SILVA, Sávio. **Parlamentarismo na era Jango**. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Gestão de Políticas Públicas. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal de Brasília, 2017. p. 32.

²⁷¹ FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Ângela. **1964**: Op. Cit.

²⁷² Idem, p. 35.

²⁷³ Ibidem, p. 36.

conhecidos. O próprio primeiro-ministro não era escolhido pela coligação partidária majoritária no Congresso Nacional, mas sim pelo presidente. Seria, portanto, Goulart que indicaria seu nome, submetendo-o à aprovação dos parlamentares.²⁷⁴

Outra característica do nosso parlamentarismo, é que era o presidente da República e não o primeiro-ministro quem vetava os projetos de lei, essa e outras características tornavam a governabilidade um tanto quanto limitada, principalmente por parte de João Goulart, o que gerou, desde o início, segundo Jorge Ferreira e Ângela Gomes, uma resistência do presidente em aceitar o novo sistema, e principalmente, seu claro posicionamento contrário ao parlamentarismo e a favor da volta do presidencialismo. Até mesmo a população se mostrava resistente ao novo sistema político menos de dois anos depois a população brasileira foi convidada, através de um plebiscito, a decidir se manteria o parlamentarismo, cerca de 86% dos votos válidos disseram não, aprovando o retorno do presidencialismo.²⁷⁵

3.3. A VOLTA DE JOÃO GOULART AO BRASIL

João Goulart havia chegado em Montevideo, de onde daria continuidade às negociações políticas que possibilitariam sua volta ao Brasil, conversou por telefone com o Ministro das Relações Exteriores Afonso Arino e ouviu mais uma vez sobre a saída parlamentarista, aceitou então dar início as negociações políticas. Também por telefone, conversou com Almino Affonso, líder trabalhista da Câmara dos Deputados, o qual deu a missão de debater o tema em questão com os outros deputados.

No entanto, João Goulart acabara se tornando um centro de disputa política entre Brasília e Porto Alegre, nas palavras de Flávio Tavares: “todos queriam os louros da vitória, mesmo que poucos tivessem contribuído para o triunfo que se avizinhava”²⁷⁶. Além disso, Brizola possuía sob seu comando, boa parte do Estado riograndense mobilizado, além do apoio do III Exército, e não cederia facilmente ao parlamentarismo. Brizola era um político experiente e sabia que uma possível

²⁷⁴ FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Ângela. Op. Cit. p. 36.

²⁷⁵ WESTIN, Ricardo. No Plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango. **Pesquisa arquivo do Senado**. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>

²⁷⁶ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 2461.

vitória sobre Brasília, sob seu comando, o colocaria em papel de destaque nos novos rumos do país, o tornando possivelmente, mais importante que o próprio João Goulart.

João Goulart sabia dessa possibilidade, além disso, muitos políticos já haviam lhe aconselhado, “afaste-se do governador”, pois a radicalidade política de Brizola poderia prejudica-lo.²⁷⁷ Foi, então, que Brizola agilizou o processo, enviando o advogado Ajadil de Lemos à capital Montevideo. Ajadil não fazia parte do governo, mas era um homem de confiança do governador, e junto com ele, foram cerca de 87 jornalistas, voaram à Montevideo em aviões da Varig, fretados pelo próprio governo do Estado.²⁷⁸ Flávio Tavares afirma que essa manobra foi parte de uma estratégia maior. A primeira, esconder o fato de que Brizola precisou enviar um negociador, que foi “a paisana”, mesmo depois de tudo que fez por Goulart, a segunda, encher o avião de civis brasileiros e estrangeiros, que serviriam de segurança à Goulart. Segundo Brizola, a Força Aérea não iria derrubar um avião cheio de jornalistas internacionais, com o único propósito de impedir a aterrissagem no aeroporto de Porto Alegre.²⁷⁹

Faltava, então, o enviado pelo Congresso Nacional para negociar com João Goulart na capital uruguaia, e ele chegou em um turboélice britânico *Vicount* no dia 1º de setembro, tratava-se do político pessedista Tancredo Neves. Goulart já havia conversado por telefone com Tancredo Neves quando ainda estava em Paris, e esse lhe garantiu apoio do PSD caso ele seguisse pela via moderada, e ainda aconselhou-o que viesse ao Brasil pelo caminho mais longo, para que houvesse tempo para que o PSD pudesse negociar com os opositores.²⁸⁰ Antes de partir novamente para Brasília, Tancredo Neves persuadiu João Goulart, à pedido dos Ministros Militares, que o deixou furioso: “Não dê nenhuma declaração ao chegar em Porto Alegre”.²⁸¹ O que acabou por se concretizar, como veremos posteriormente.

Houve grande expectativa por parte da população de Porto Alegre com a chegada de João Goulart, os boatos sobre o parlamentarismo já circulavam entre

²⁷⁷ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 2453.

²⁷⁸ Idem, posição 2474.

²⁷⁹ Ibidem, posição 2480.

²⁸⁰ FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Ângela. Op. Cit. p. 28.

²⁸¹ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**: Que as armas não falem. São Paulo, Ed. do Senac, 2001, p. 313.

a população, mas de qualquer forma, se criou um clima de euforia. O *Diário* foi enfático ao afirmar: “Jango instalará o governo no Rio Grande do Sul”²⁸² e que “deverá instalar o Palácio do governo na Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul [...] o primeiro ato será a exoneração do sr. Ranieri Mazzilli.”²⁸³ Talvez não soubesse que as negociações já haviam tomados outros rumos, e que a chegada de Jango em Porto Alegre seria rápida e frustrante, com um tom de decepção.

A edição do *Diário* de 02 de setembro de 1961 trouxe com detalhes a chegada de João Goulart à Porto Alegre: “Delírio nas ruas, Jango apaixona Porto Alegre”²⁸⁴ e “vibração e entusiasmo na cidadela da legalidade, com a chegada de Jango”²⁸⁵ marcaram o tom do desembarque do “presidente constitucional” como o *Diário* se referiu a João Goulart nas reportagens daquela edição. Tudo foi preparado para receber João Goulart no Palácio Piratini, como em uma peça teatral o público esperava avidamente pela estrela do show. De acordo com o *Diário*, setenta mil pessoas aguardavam ansiosamente o discurso do presidente. Ao entrar no Palácio Piratini, juntamente com Brizola e Machado Lopes, subiram o elevador e se dirigiram à sacada do Palácio, onde, segundo o *Diário*, o número de pessoas já havia passado os cem mil, “a maior massa humana que já aplaudiu alguém em Porto Alegre”²⁸⁶, no entanto, essa massa recebeu apenas sorrisos e acenos, nenhuma palavra foi dita, João Goulart havia aceito a exigência dos Ministros Militares, nenhum pronunciamento deveria ser feito. Ao ser questionado por jornalistas do *Diário* se haveria uma entrevista, ele respondeu: “vim apenas abraçar vocês”, na insistência para que falasse, João Goulart respondeu: “chego de espírito tranquilo”.²⁸⁷

Em pouco tempo o clima de festa e de euforia se tornou frustração, decepção e talvez até traição, pois muitos dos que lá estavam esperando o discurso sofreram a possibilidade real de um ataque militar aéreo que poderia acabar com suas vidas em questão de segundos, e tudo isso fizeram por uma causa, pela legalidade, mas também porque acreditavam que João Goulart deveria assumir a presidência, que era seu aquele cargo, no entanto, segundo Jorge Ferreira e Ângela Castro Gomes:

²⁸² *Diário de notícias*, 01/09/1961. p. 1.

²⁸³ *Idem*, p. 1.

²⁸⁴ *Diário de notícias*, 02/09/1961. p. 1.

²⁸⁵ *Idem*, p. 1.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 1.

²⁸⁷ *Diário de notícias*, 02/09/1961. p. 1.

o clima era de frustração. Muitos jornalistas ficaram revoltados; afinal haviam arriscado suas vidas, ao lado da população do estado, para que ele tomasse posse. Esperavam um depoimento de Jango, sobretudo rejeitando governar sob regime parlamentarista. Mas Goulart limitou-se a escrever uma nota. No texto, dizia que seu desejo era o de identificar-se com os anseios do povo brasileiro, respeitar a Constituição e as leis. No final, terminava com a frase: 'Que Deus me ilumine, que o povo me ajude e que as armas não falem'.²⁸⁸

Com o passar das horas, as pessoas foram para suas casas, mas ficou no ar o clima de frustração, que tomou maiores proporções quando anunciado a aprovação da emenda constitucional que daria início ao parlamentarismo no Brasil, o desânimo passou a ser perceptível até mesmo entre a alta cúpula da Campanha da Legalidade, a edição de 03 de setembro do *Diário* externou esse sentimento:

A reportagem do *Diário de Notícias* [...] pode constatar o desânimo que tomou conta de todos aqueles que se encontravam na sede do governo estadual, quando se tornou conhecida a decisão do Senado, aprovando a emenda parlamentarista. Fez-se sentir um silêncio pesado no belo Palácio da Praça Matriz, contrastando com a agitação de poucas horas antes [...] Todos, enfim do 'reduto da legalidade', sofreram profundo golpe, deixando transparecer em suas fisionomias.²⁸⁹

E o descontentamento não era apenas por causa da aprovação do parlamentarismo. A atitude de João Goulart, ao não se pronunciar, ou discursar, também somou-se ao sentimento negativo: "Lamentavam, inclusive, a prudência demonstrada pelo sr. João Goulart, escusando-se de um pronunciamento frontal contra a emenda parlamentarista".²⁹⁰

Ao relembrar toda essa situação em seu livro, o jornalista Flávio Tavares afirma que estava junto com diversos outros jornalistas no saguão do Palácio Piratini quando se depararam com João Goulart vindo em sua direção, o clima era de frustração, e eles esperavam uma explicação de João Goulart: "Atenção atenção, colegas!" O presidente sem emenda parlamentarista João Goulart nos quer dar algumas palavras".²⁹¹ Esquiu, Goulart não diria nada, apenas veio para cumprimentar os jornalistas por seu trabalho, fato que levantou ainda mais a ansiedade e a inquietude do grupo. Indagado por alguns jornalistas, João Goulart fez a seguinte pergunta: "Quem havia dito que ele concordava com o Parlamentarismo?"²⁹² Foi nesse instante que um jornalista puxou do bolso um manifesto, escrito pelo próprio Goulart, no qual leu um trecho em voz alta: "eu me

²⁸⁸ FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Ângela. Op. Cit. p. 31.

²⁸⁹ *Diário de notícias*, 03/09/1961. p. 1.

²⁹⁰ Idem, p. 1.

²⁹¹ TAVARES, Flávio. 1961. Op. Cit. posição 2814.

²⁹² Idem, posição 2814.

submeto à lei, para que o povo não seja escravo do arbítrio”.²⁹³ Cheios de esperança, os jornalistas ouviram da boca do próprio Goulart que se disfarçasse daquele manifesto, pois dava a impressão de que ele aceitaria o parlamentarismo. Só não contavam com o fato de que cópias já haviam sido feitas, e circulavam naquele momento entre alguns jornais. O *Correio do povo* foi o primeiro a publicar, na edição do dia 03 de setembro o manifesto fora publicado pelo *Diário de Notícias*²⁹⁴, e foi o único que circulou na imprensa, ficou no ar a esperança, de que um outro manifesto seria produzido, e que esse, sim, valeria. Mas ele nunca foi escrito por João Goulart.

Ainda sobre a decepção que tomou conta de Porto Alegre e principalmente sobre os jornalistas que participaram da Campanha da Legalidade, o jornalista Flávio Tavares afirma que o sentimento de frustração se deve principalmente ao fato de que “Jango aceitava [o parlamentarismo] sem dar nenhum tipo de explicação ou justificativa àqueles que, armas na mão e perigo rondando, haviam tornado possível o seu retorno, anulando a ordem de que fosse preso ao chegar no Brasil”²⁹⁵, limitou-se apenas a escrever uma nota, que entregou a Hamilton Chaves, a qual dizia:

Chego à minha pátria para cumprir os deveres que me são impostos pela Constituição. Não alimento ódios nem ressentimentos de qualquer espécie. O meu desejo identifica-se com os anseios do povo brasileiro, a preservação da ordem legal, o respeito à Constituição e às leis. [...] Entendo que, depois do impacto da renúncia do presidente Jânio Quadros, nenhum governo poderá ser instalado no país senão com base no congraçamento de todas as forças responsáveis do Brasil. A mensagem que trago é de paz e esperança. Permaneço inteiramente devotado aos princípios democráticos, à manutenção da ordem, pronto a servir à República no interesse do progresso e do bem-estar político, econômico-social e espiritual da Nação.²⁹⁶

Poucas vezes na história do Brasil, a população se mobilizou politicamente para impor sua vontade, e talvez tenha sido a primeira vez em que se mobilizou para evitar um golpe de estado, e a nota nada falava sobre o povo, nem um muito obrigado. Mais tarde, porém, às 23:45 horas do dia 02 de setembro outra nota foi entregue à sala de Imprensa do Palácio Piratini, talvez por pressão do próprio

²⁹³ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 2833.

²⁹⁴ *Diário de notícias*, 03/09/1961. p. 1.

²⁹⁵ TAVARES, Flávio. **O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, p. 214.

²⁹⁶ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 2771.

governador Brizola, ou até mesmo dos jornalistas, que se sentiram frustrados com suas atitudes, a nota vinha em outro tom, e dizia o seguinte:

Desejo, nesta hora, manifestar minha gratidão à desassombrosa atitude de resistência democrática da imprensa e do povo brasileiro, em particular meus conterrâneos do Rio Grande do Sul, que, desde o primeiro instante, formaram resolutos e viris sob a liderança de seu governador, o eminente engenheiro Leonel Brizola, bem como ao ilustre general Joséé Machado Lopes e aos seus dignos comandados do III exército.²⁹⁷

O jornal *Tribuna da Imprensa* limitou-se a informar que João Goulart estava em Porto Alegre, esperando a definição da data de sua posse, e que havia sido recebido por Brizola, Machado Lopes e Luís Carlos Prestes.²⁹⁸ concluiu afirmando que a informação veio da *Radio Guaíba* que havia passado o dia todo transmitindo os apelos de Brizola, convocando a população de Porto Alegre à receber João Goulart, a reportagem fala a todo momento em vice-presidente, diferente da denominação usada pelo *Diário*. Chama a atenção, no entanto, a incansável tentativa de associar João Goulart e Leonel Brizola ao comunismo. Matérias como “Castro pede América solidária à Jango”²⁹⁹, ou até mesmo colocar o nome de Carlos Prestes, um conhecido comunista na história do Brasil, como presente na chegada de João Goulart, sem contar outras tantas que já foram citadas anteriormente, faziam parte de uma tentativa de deslegitimar João Goulart e sua política. Ao buscar sobre essa informação no *Diário*, de que Luís Carlos Prestes teria recebido Goulart, nada foi encontrado, o periódico riograndense coloca apenas Brizola e Machado Lopes na lista de pessoas que receberam Goulart no Aeroporto de Porto Alegre.

Expor em seu jornal os apoiadores de Goulart e ao mesmo tempo dizer quem são, não era uma tentativa de fortalece-lo, mas sim deslegitima-lo, mostrar que ele representa determinados setores da sociedade brasileira e até mesmo internacionais, que não compactuavam com seus ideais conservadores e de direita.

Ao mesmo tempo que associava João Goulart ao comunismo ou simplesmente mostrava ao seu leitor quem o apoiava, a *Tribuna* fazia questão de colocar matérias de destaque que atacava estes apoiadores, ainda na edição do dia 02 de setembro, em que publicou a solidariedade de Fidel Castro à Goulart, publicou outra, na página quatro intitulada: “A provocação de Fidel”, na qual informava, mais uma

²⁹⁷ *Tribuna da Imprensa*, 03/09/1961. p. 1.

²⁹⁸ *Tribuna da Imprensa*, 02/09/1961. p. 1.

²⁹⁹ *Idem*, p. 2.

vez, que Fidel Castro havia anunciado em uma rádio de Havana que estaria disposto a enviar ajuda militar e financeira a Leonel Brizola, e que isso “caracterizava, de forma ostensiva e ineludível, a configuração comunista dos focos de rebelião e de tumulto que se instalaram no país, como decorrência da renúncia do sr. Jânio Quadros”.³⁰⁰ A adesão do parlamentarismo como forma de governo foi o primeiro passo para a solução da crise que vinha tomando grandes proporções, mas como essa saída emergencial foi interpretada pela população e pela imprensa, especificamente pelos periódicos aqui analisados?

3.4. UMA SAÍDA INDIGESTA PARA A CRISE, A PERCEPÇÃO DOS JORNAIS SOBRE O PARLAMENTARISMO

A adesão ao parlamentarismo, na visão daqueles que fizeram parte da Campanha da Legalidade, representava muito mais do que a adoção de um novo modelo político para o país, era uma questão de vitória, ou derrota, aceitar o parlamentarismo era ceder às pressões de Brasília, as quais eles vinham lutando desde que a crise teve início. No entanto, não estava em suas mãos tomar essa decisão, o protagonista havia chegado, mas ele já tinha planos, e não escutaria àqueles que lutaram pela sua volta.

Assim que surgiu a ideia do parlamentarismo, ela foi associada ao sentimento de alívio em boa parte da população riograndense, ao passo que traria fim à grave crise que havia se iniciado há dias atrás. O jornal *Diário de Notícias* afirmava, ainda no dia 02 de setembro, que enfrentava-se naquele momento uma tempestade extremamente grave, e que havia chegado a hora de por à prova o gênio político brasileiro que é caracterizado por resolver, sem lutas, com serenidade e compreensão as disputas políticas. “João Goulart é o presidente constitucional do Brasil [...] e dessa premissa indispensável deverá partir todo o esquema conciliatório” afirmava o jornal.³⁰¹

No dia 02 de setembro, o jornal *Diário de Notícias* ainda estava incredulo da adesão ao parlamentarismo, ou pelo menos dava o benefício da dúvida ao que seria decidido, pois em reunião com os parlamentares da Casa Legislativa de Porto Alegre João Goulart teria afirmado que se caso a emenda parlamentar fosse aceita,

³⁰⁰ *Tribuna da Imprensa*, 02/09/1961. p. 4.

³⁰¹ *Diário de notícias*, 02/09/1961. p. 2.

ele haveria de se tornar o “chefe do cerimonial” do Palácio do Planalto³⁰², ou seja sua função seria meramente figurativa. Em outro ponto da matéria, o periódico afirma que apurou em fonte segura que João Goulart não aceitaria a Emenda Constitucional da forma como foi votada, e afirma ainda, que o presidente havia externado isso a Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek.³⁰³ No entanto, a edição do dia seguinte do *Diário* já havia descartado essa possibilidade, iniciava o dia com as seguintes chamadas: “Promulgado o Parlamentarismo” e “Vou para Brasília”.³⁰⁴

A primeira impressão que surge ao pesquisar sobre o parlamentarismo nos primeiros dias do mês de setembro, nas páginas do *Diário*, é que o periódico percebeu, que, apesar de toda a luta pela legalidade que vinha ocorrendo nos últimos dias, a saída encontrada por todos deveria ser pacífica, e seguir a constituição, ou seja, é possível afirmar que o *Diário* concordou com o parlamentarismo como saída para a crise. Isso é perceptível através de várias matérias em que o jornal aponta João Goulart como um governante que optou pela melhor saída, como, por exemplo, destacar o título: “Não seria digno do momento histórico se tomasse uma resolução precipitada”. Onde o jornal transcreve uma entrevista que Goulart deu aos jornalistas ainda no dia 02 de setembro, antes de partir para Brasília, na qual afirmava que teria grandes responsabilidades, e não poderia tomar nenhuma atitude de cabeça quente.³⁰⁵

É provável que não se possa afirmar que o *Diário de Notícias* tenha defendido o parlamentarismo como o sistema de governo mais eficiente, não sem fazer uma análise das próximas semanas após a posse de João Goulart. Mas é possível, sim, afirmar que o periódico adotou a ideia de solução pacífica como efetiva, e uma matéria foi crucial para entender esse posicionamento. Ela aparece com o título: “Apelo à compreensão” e seu texto de fato tenta convencer o leitor de que uma saída pacífica é a melhor forma de vontar à paz: “Todos, neste momento, desejam que se encontre uma fórmula capaz de pacificar a família brasileira”.³⁰⁶ O texto segue fazendo uma defesa ao parlamento brasileiro:

O parlamento é um poder desarmado e sua força reside, precisamente, na lei que assegura aos senhores deputados e senadores inviolabilidade

³⁰² *Diário de notícias*, 02/09/1961. p. 2.

³⁰³ *Idem*, p. 2.

³⁰⁴ *Diário de notícias*, 03/09/1961. p. 1.

³⁰⁵ *Idem*, p. 3.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 4.

absoluta no exercício de seus respectivos mandatos. Não fora assim e o poder do legislativo desapareceria como fumaça ao vento.³⁰⁷

A matéria apela para o senso de liberdade e de respeito à lei ao afirmar que todas as nações se baseiam em suas constituições, suas leis, e que não devemos nos deixar conduzir por pequenas intrigas, o que poderia levar o país a uma guerra civil. Aponta ainda que o Brasil é uma potência e que serve de exemplo para muitos outros países, principalmente na América do Sul. E mais uma vez defende a posição de João Goulart: “Aqui, mais uma vez, as palavras de harmonia do sr. João Goulart são oportunas: nenhum governo poderá impor-se ao País se não tiver o apoio de todas as forças vivas”.³⁰⁸ Ainda no mesmo tom, o texto afirma que esse “nobre sistema”, ou seja, sem se referir diretamente ao parlamentarismo, poderia alimentar a esperança e a tolerância política.

O texto intensifica sua defesa a João Goulart explicando porque ele teria sido tão bem recepcionado pela nação brasileira:

O povo brasileiro sabe que em Jango ele se encontra, que Jango encarna e reflete a formação espiritual da nossa gente, contrária, por índole e por educação, à lei da jangal, a prepotência e a intolerância. [...] A atitude do presidente tem correspondido, inteiramente a essa expectativa popular. A nação tem acolhido suas manifestações com o apreço e o aplauso que merecem os grandes lances da nessa vida pública.³⁰⁹

O *Diário* pouco falou sobre o parlamentarismo até a posse de João Goulart, não houve críticas ou desconfianças em relação ao modelo político, as matérias que o jornal publicou foram geralmente expondo as cláusulas da emenda, a percepção que tivemos é que nem mesmo o periódico soube explicar ao seu leitor como funcionaria o novo modelo político, pois não encontramos uma matéria explicativa sobre o assunto. Entretanto, duas críticas foram encontradas através de charges publicadas antes da posse de João Goulart, a primeira foi em 05 de setembro e é assinada por Paulo Brasil Gomes de São Paulo, o Sampauro.

³⁰⁷ *Diário de notícias*, 03/09/1961. p. 4.

³⁰⁸ *Idem*, p. 4.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 4.

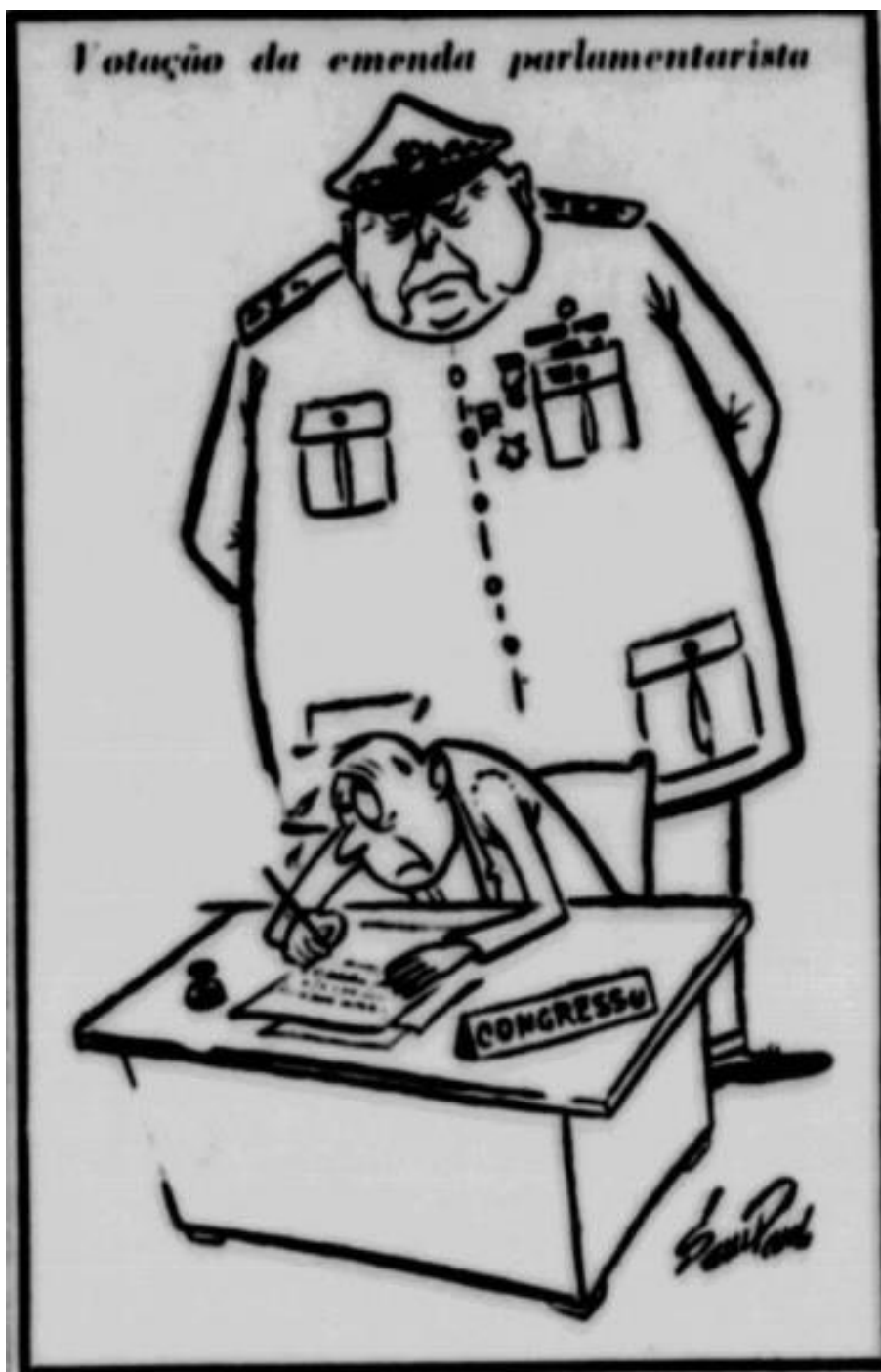


figura 11: Votação da emenda parlamentar

fonte: *Diário de Notícias*, 05/09/1961. p. 3.

Sampaio foi um importante cartunista e chargista gaúcho nascido em Uruguaiana e que iniciou sua carreira em 1954 no jornal *Clarim* de Porto Alegre, desenhou para a Revista do Globo e para os jornais *Diário de Notícias*, *Folha da*

Tarde, Correio do Povo, Folha da Manhã e Zero Hora³¹⁰. Na charge acima, a crítica não é exatamente ao sistema parlamentarista, mas sim às circunstâncias na qual ela foi votada, com a supervisão direta, e grande pressão política exercida pelos militares, na charge representada pelo homem de farda militar que está de pé atrás da mesa do congresso, na qual o parlamentar estava votando. A outra charge crítica encontrada faz relação à distribuição de nomeações que ocorreriam após a posse de João Goulart:



figura 12: Nomeações

fonte: *Diário de Notícias*, 07/09/1961. p. 3.

A crítica também não é direta ao sistema parlamentarista, mas sim aos políticos brasileiros que na charge são representados brigando por um osso, e nesse osso está escrito a palavra nomeações. A legenda da charge também corrobora para que o leitor entenda que os políticos estão brigando por interesses próprios, e não pelo povo.

³¹⁰ Paulo Brasil Gomes de Sampaio (Sampaio). **Pucrs**, 2010. Disponível em: <https://www.pucrs.br/delfos/acervos/escritores-e-jornalistas/paulo-brasil-gomes-de-sampaio/> Acesso em: 12/03/2022.

Do mesmo modo que o *Diário* se pronunciou sobre o parlamentarismo, o jornal *Tribuna da Imprensa* também o fez. No primeiro título de destaque sobre o tema, lançou a seguinte frase: “Parlamentarismo sim, mas sem Jango”³¹¹, que, na verdade, havia sido dita pelos ministros militares em uma reunião com Ranieri Mazzilli na manhã do dia 28 de agosto, e dava o tom da dificuldade que seria as negociações, mesmo optando pela fórmula parlamentarista. Para os militares, João Goulart era “incompatível” com o cargo de presidente da República. Ainda na mesma matéria, chama a atenção uma informação descoberta de uma “fonte segura” que dizia o seguinte:

Está afastada a possibilidade de as Forças Armadas convidarem o sr. Jânio Quadros para voltar ao poder, uma vez que não querem entregá-lo ao sr. João Goulart e predomina no Exército a opinião de que a hora é muito oportuna para varrer definitivamente do país toda a ambiguidade em relação ao comunismo instaurada pelo ex-presidente.³¹²

O jornal *Tribuna da Imprensa* seguiu adotando um discurso contrário à posse de João Goulart e usava suas chamadas jornalistas com letras garrafais expondo esse argumento. É o caso da primeira página do dia 30 de agosto, na qual o título é: “Congresso resolve crise hoje – Solução sem Jango”³¹³ onde o jornal informa que o Congresso deveria encontrar uma saída, entre elas a emenda parlamentar, mas que essa saída não era João Goulart, pois a segurança nacional não permitiria. Mas, na mesma página, só que em letras pequenas e no canto inferior direito, o jornal informa que a proposta parlamentarista com João Goulart na presidência já estava sendo votada desde as 9 horas daquele dia, 30 de setembro. Ou seja, mesmo com a votação em andamento, o jornal preferiu manter o título em destaque “solução sem Jango” talvez por saber que mesmo quem não comprasse o jornal poderia ver de longe que a solução, supostamente, não incluía João Goulart.

Se no caso do *Diário* a percepção foi de que o jornal não soube explicar de forma simplificada como funcionaria o parlamentarismo, a *Tribuna da Imprensa*, em uma curta nota, tentou ser clara e objetiva: “É a seguinte a mecânica do parlamentarismo”, e seguiu: “1º O chefe do gabinete é eleito pelo Congresso Nacional, com poderes para constituir um Conselho, que exerce funções do Ministério do regime presidencialista.”³¹⁴ Nesse caso, o nome para chefe do

³¹¹ *Tribuna da Imprensa*, 29/08/1961. p. 1.

³¹² *Idem*, p. 8.

³¹³ *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 1.

³¹⁴ *Idem*, p. 1.

gabinete já estava sendo apreciado, o nome de João Goulart, fazendo parte de um acordo para resolução da crise. “2º Constituído o Conselho, será ele submetido à apreciação do Congresso, que aceitará ou não” e, por último, o terceiro ponto: “Cabe ao conselho dirigir, política e administrativamente, a Nação, o que diminui a soma de poderes do presidente da República, no caso o Sr João Goulart, que apenas se encarregará de sancionar ou não as leis”.³¹⁵ Esse é um ponto importante, pois ele explica de forma clara qual será o papel político de João Goulart caso a emenda parlamentarista seja aprovada. Os dois textos jornalísticos citados acima se contradizem, pois, um deles, de forma apelativa e destacada, aponta para uma saída sem Goulart, enquanto o outro texto, no final da primeira página, aponta João Goulart como presidente, mas com poderes reduzidos.

A edição do dia 31 de agosto da *Tribuna* que trouxe em sua capa em letras garrafais a chamada “Forças Armadas dizem que Jango é a guerra civil” fez duras críticas ao Congresso por não ter aceitado o *impeachment* de João Goulart e, mais, afirmou que “procedendo como procedeu, o Congresso passou a pactuar com os locutores radiofônicos [se referindo a Brizola], os agitadores a serviço da sovietação do Brasil, os fomentadores de desordem e tumultos”.³¹⁶ E como já se percebeu ser uma característica desse escritor, que nunca assina seus textos, mas que tem um espaço de destaque na página quatro do periódico, a apelação para o maniqueísmo comunismo *versus* democracia se faz presente constantemente:

Nesta hora de opção e escolha entre o comunismo e a democracia, o Congresso não soube optar nem soube escolher. Com sua decisão, ele não contribuiu para a união e o entendimento, a segurança das instituições e a normalidade da vida democrática. Passou a colaborar com os que querem o Brasil mergulhado no caos e na guerra civil, e a infiltração comunista que hora a hora se torna mais ostensiva em alguns setores do país.³¹⁷

O texto ainda fez questão de defender os militares, fortes defensores do país contra o comunismo: “As Forças Armadas, diante da crise nacional, advertiram o poder civil a respeito dos perigos que ameaçam o país, tanto a segurança nacional, como o destino das instituições. Não foram e não estão sendo ouvidas”.³¹⁸ Somase ao texto uma charge produzida por Hilde Weber, que mostra João Goulart como um peão que insiste em “domar” a presidência.

³¹⁵ *Tribuna da Imprensa*, 30/08/1961. p. 1.

³¹⁶ *Tribuna da Imprensa*, 31/08/1961. p. 4.

³¹⁷ *Idem*, p. 4.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 4.



Figura 13: O mau cavaleiro

fonte: *Tribuna da Imprensa*, 31/08/1961. p. 4.

O título da charge faz referência a uma típica frase entre os esportistas, o mau perdedor, aquele que não aceita a derrota, ou que ao perceber a derrota iminente faz de tudo para impedir que ela aconteça, mesmo que para isso precise trapacear. A presidência é representada por um cavalo indomável, na qual João Goulart insiste em montar. No dia seguinte, a *Tribuna* voltou a fazer críticas ao que chamou de Parlamentarismo Equatorial. De acordo com o jornal, o modelo que seria implementado aqui, abaixo da Linha do Equador, era baseado no modelo alemão, mas que teria à frente de suas leis um comunista: “Ainda ontem, as Forças Armadas fiéis ao seu dever constitucional de zelar pela ordem e segurança das instituições

e do regime, repetiram os motivos da inconveniência da ascensão do sr. João Goulart à Presidência da República”.³¹⁹ E esses são os motivos:

São a própria atuação do sr. Goulart no cenário político nacional, como agente da infiltração comunista desde seus tempos de ministro do trabalho, suas vinculações com o comunismo internacional e até declarações recentes, na China Comunista, de simpatia e apoio às comunas populares. Tendo em vista o imperativo da defesa do sistema democrático ameaçado, as Classes Armadas levaram ao Congresso a razão de sua inconformidade com a posse do sr. Goulart.³²⁰

As críticas ao sistema parlamentarista continuam, mas não só ao sistema, o texto citado acima também ataca o Congresso, que, no ponto de vista do autor, errou ao permitir que João Goulart assumisse o cargo de presidente, mesmo que fosse “vigiado” e até mesmo “domesticado”. O texto afirma que: “imagina-se que João Goulart, com a limitação dos poderes presidenciais implícita no sistema congressual [...] não oferecerá a Nação nenhum perigo para subverter as instituições, peronizar, sovieterizar ou chinificar o país”.³²¹ E, seguindo as críticas, o mesmo texto volta a falar que o Brasil possui duas opções para seu futuro, democracia ou comunismo, e que o Congresso se omitiu. Afirma que o sistema parlamentarista é instável e que João Goulart, com seu passado comprovadamente escandaloso e comprometido, deverá dar continuidade a toda essa crise. Segundo o autor do texto, o parlamentarismo equatorial que estava sendo costurado em Brasília tinha como alfaiate secreto o Partido Comunista que tinha por objetivo dividir ainda mais o país, e encerra com mais uma crítica ao Congresso: “O Congresso, convocado para salvar a constituição e a democracia, preferiu salvar o viajante a jato vindo da China Comunista”.³²²

A decisão do Congresso pelo parlamentarismo pode ocultar algumas informações importantes, e até mesmo maquiar a situação. É bom deixar claro que, apesar de todos os esforços dos parlamentares em estudar, analisar e votar o novo modelo político, incluindo João Goulart como chefe de Estado, foi somente com o aval dos “derrotados”, ou seja, os ministros militares, que essa solução foi avante, e isso mostra quem de fato tinha o poder naqueles dias difíceis. Foi preciso até mesmo que os governadores de alguns estados como São Paulo, Bahia e Minas Gerais se manifestassem e acalmassem os ânimos dos ministros militares que

³¹⁹ *Tribuna da Imprensa*, 01/09/1961. p. 4.

³²⁰ *Idem*, p. 4.

³²¹ *Ibidem*, p. 4.

³²² *Ibidem*, p. 4.

estavam irredutíveis. O próprio Leonel Brizola se sentiu derrotado com os rumos que a política de Brasília tomava:

Esta decepcionante decisão do Congresso é uma capitulação. O parlamentarismo foi aprovado sob estado de sítio de fato. Tentei falar com o Rio, há pouco, e de lá informaram que minhas ligações estavam proibidas pela censura. Condeno a decisão do Congresso, pois esta reforma espúria, inoportuna e amoral alterou as atribuições específicas do presidente constitucional. Tão espúria que nem ao menos se condicionou a mudança do regime a um referendun popular.³²³

Demorou a aparecer, mas no dia 04 de setembro, na primeira página do jornal *Tribuna da Imprensa*, foi publicado um discurso do próprio Carlos Lacerda, que falou sobre a crise à uma rede de rádios. Foi a primeira vez desde o início da crise que ele se pronunciou de forma não anônima. No entanto, as ideias, o discurso, as frases, são muito parecidas com outros textos publicados nos dias anteriores ao pronunciamento, mas sem a assinatura do autor.

A edição deste dia, 04 de setembro, contou também com uma fotografia de Carlos Lacerda com o microfone em sua frente, fazendo o pronunciamento, estrategicamente posicionado ao centro da capa. No alto da página, com letras garrafais, o título da matéria sobre o discurso de Lacerda, que é o seguinte: “Do governador ao povo da Guanabara: Aproximam-se dias de injustiças, de suspeitas, de injúrias e de calúnias”.³²⁴ O texto posicionado ao lado esquerdo da página inicia informando que Lacerda ainda não havia feito esse pronunciamento porque isso agravaria ainda mais a situação. Após afirmar que os chefes militares, pela segurança nacional e a fidelidade do Brasil à causa democrática, decidiram pela inconveniência da posse de João Goulart. Lacerda afirma que o Congresso preferiu “mudar o mecanismo do regime” votando uma emenda parlamentarista que a qualquer momento poderá ser revista, frustrando assim o anseio de milhões de brasileiros que escolheram Jânio Quadros como presidente. Lacerda segue à crítica ao afirmar que a crise foi acompanhada por uma “tremenda ofensiva de propaganda que desfigurou a intenção dos chefes militares no exercício do seu dever constitucional”.³²⁵ E aqui mais um ponto que é possível fazer uma comparação com outras matérias sobre a crise publicadas em dias anteriores, ou seja, a questão do anticomunismo, em sua entrevista à rádio afirma:

³²³ TAVARES, Flávio. 1961. Op. Cit. posição 2941.

³²⁴ *Tribuna da Imprensa*, 04/09/1961. p. 1.

³²⁵ Idem, p. 1.

Em vez de examinar a crise sob o aspecto da defesa da democracia e da segurança nacional, contra a ofensiva sub-reptícia do comunismo internacional em nossa Pátria, fixou-se a opinião pública nos aspectos formais da legalidade da posse do vice-presidente eleito. [...] Previna-se o povo contra os artifícios e emboscadas que se vão armar no seu caminho. Para a conquista do Brasil, e através dele, da América do Sul, a Guanabara é uma peça essencial das forças conjugadas da confusão e do comunismo.³²⁶

Uma página característica do jornal *Tribuna da Imprensa* era a quatro, ela geralmente trazia um texto crítico, político, sem autoria, e uma charge política produzida, na maioria das vezes, por Hilde Weber, uma caricaturista de origem alemã que trabalhou para o jornal do início da década de 1950 até 1962.³²⁷ Como já afirmamos, os textos publicados nessa página tinham críticas ácidas, satíricas e nunca eram assinados. No entanto, ao comparar com o discurso de Lacerda, publicado na mesma data, foi possível encontrar algumas semelhanças. A questão do apoio aos militares, o anticomunismo, mas até então não é possível afirmar com exatidão a autoria ou autorias dos textos. Entretanto, ao comparar o texto publicado no dia 04 de setembro, da página quatro, com o discurso da página um, foi possível encontrar mais algumas semelhanças.

Na primeira página, o discurso de Lacerda afirma, como já vimos, que os militares apontaram os motivos pelos quais João Goulart não poderia assumir a presidência, e um desses motivos era o seu passado ligado ao trabalhismo e aos sindicatos, bem como a associação com o comunismo. O texto da página quatro, sem autoria, assegura:

Foram claramente apontadas as razões [ilegível] inconveniência: a atuação do sr. Goulart na pasta do Trabalho, a serviço da intranquilidade social, suas notórias vinculações com o processo de infiltração extremista na máquina previdenciária e nos sindicatos, suas ligações ostensivas com o comunismo internacional.³²⁸

Outro ponto analisado em que as frases apresentam uma certa semelhança, tanto nas palavras quanto no pensamento dos autores, é quando falam em “propaganda” e “o congresso optou por mudar o mecanismo do sistema”, essas frases já foram citadas anteriormente, elas aparecem no discurso de Lacerda ao rádio, mas elas aparecem novamente no texto da página quatro:

Em lugar de [ilegível] as advertências das Forças Armadas aos supremos interesses do Brasil, no tocante a democracia e da segurança nacional, o

³²⁶ *Tribuna da Imprensa*, 04/09/1961. p. 1.

³²⁷ HILDE Weber. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23325/hilde-weber>. Acesso em: 12 de março de 2022. Verbete da Enciclopédia.

³²⁸ *Tribuna da Imprensa*, 04/09/1961. p. 4.

Congresso, [ilegível] por uma estação de ondas curtas 'requisitada' pelo insensato governador Brizola (descaradamente revoltado dos privilégios de seu cunhado), e pressionado ainda por grupos comunistas e pelas inocentes úteis, de várias procedências, que sempre surgem nessas horas de aflição e perplexidade e preferem a propaganda à verdade, preferiu mudar o mecanismo do regime.

A última e mais clara comparação entre os textos dá o veredicto, e deixa claro que o autor dos polêmicos textos da página quatro, presentes em quase todas as edições com tons irônicos, sarcásticos e profundamente críticos era, de fato, Carlos Lacerda. A frase que encerra a investigação e que foi encontrada na página quatro, do dia 04 de setembro, é a seguinte: “O que nos espera, agora, são dias de instabilidade e insegurança, também dias de injustiça”.³²⁹ Ou seja, são as mesmas palavras encontradas no título da edição, propagadas por Lacerda, em seu discurso no rádio: “Aproximam-se dias de injustiças, de suspeitas, de injúrias e de calúnias”.³³⁰

A investigação sobre o autor dos textos ácidos sobre a crise, publicados na página quatro da *Tribuna da Imprensa*, apenas confirmou uma hipótese verificada desde o início da pesquisa, de que Carlos Lacerda era o verdadeiro autor dos textos. Ele se utilizou de seu jornal para inflar seus leitores contra a posse de João Goulart e para criticar a Campanha da Legalidade. Preferiu manter-se publicamente longe dos holofotes por um tempo, mas seguiu agindo implicitamente, no anonimato dos textos do jornal a qual era diretor.

A posse de João Goulart estava marcada para o dia 07 de setembro e ela era aguardada por muitos, mas também repudiada por muitos. Alguns setores mais conservadores viam o próprio comunismo personalizado em João Goulart e sua posse como presidente da República, mesmo no sistema parlamentarista, era algo inaceitável, forças políticas se mobilizaram durante os próximos anos para evitar que novos presidentes considerados de esquerda pudessem ser eleitos. Como afirma Flávio Tavares: “O golpe de 1964 deflagrou-se em 1961 no exato dia da renúncia de Jânio Quadros”³³¹, foi após a derrota dos militares e a ascensão de João Goulart ao poder que esse grupo passou a se organizar e a receber apoio dos Estados Unidos que intensificou o financiamento à propaganda anti-comunista no Brasil, através de instituições de fachada como o IPES (Instituto de Pesquisa e

³²⁹ *Tribuna da Imprensa*, 04/09/1961. p. 4.

³³⁰ *Idem*, p. 1.

³³¹ TAVARES, Flávio. **1964**. Op. Cit. p. 58.

Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Mas faltava um último movimento para coroar a vitória da legalidade, empossar João Goulart com todas as pompas que um presidente eleito pelo povo merece. Como os periódicos reagiram a esse evento é o assunto do próximo tópico.

3.5. A POSSE DE JOÃO GOULART E O FIM DA CRISE (?)

A crise política já estava praticamente resolvida no dia 05 de setembro de 1961, a posse de João Goulart já estava marcada para dali dois dias, mas ainda havia focos de resistência militar. O general direitista José Pinheiro de Ulhoa Cintra, por exemplo, “minava pontes e obstruía estradas em Foz do Iguaçu, decidido a abrir fogo contra seus próprios camaradas de armas, os quais classificava de ‘comunistas do III Exército’”.³³² O jornal *Diário de Notícias* denunciava uma rebelião por parte da Aeronáutica que tinha por objetivo impedir a posse de João Goulart: “Operação-Mosquito da FAB contra Jango”³³³, a qual interditou um voo que sairia de Brasília em direção à Porto Alegre, que traria deputados e senadores. O clima bélico ainda se fazia presente através de fotografias estampadas na capa, como é o caso da edição de 05 de setembro do *Diário* que mostrava um soldado manuseando uma arma anti-aérea no alto de um edifício, de acordo com o jornal, os olhos se voltavam para o céu de Porto Alegre mais uma vez, devido a insubordinação da Aeronáutica:

³³² TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 3096.

³³³ *Diário de notícias*, 05/09/1961. p. 1.



Figura 14: Olhos de fogo vigiam os céus da cidade

fonte: *Diário de Notícias*, 05/09/1961. p. 1.

O jornal *Tribuna da Imprensa* também trazia em sua capa do dia 05 de setembro fotografias de tanques e tropas em movimentação pelas ruas de São Paulo, de acordo com a legenda, eram tropas do Batalhão Anhanguera do II Exército, dirigindo-se pela BR-2, para Santa Catarina, numa operação destinada a conter o avanço das tropas do III Exército, chefiadas por Machado Lopes.³³⁴ É bem verdade que a edição da *Tribuna* citada acima foi um pacote completo de oposição contra João Goulart, contra o Parlamentarismo e contra o comunismo. A começar pelo maior título: “Mazzili diz que não pode garantir a posse de João Goulart”³³⁵ reproduzia uma fala do então presidente interino que, caso Brizola e Machado Lopes não jurassem lealdade à constituição e ao parlamentarismo, nada poderia fazer em favor de Goulart para garantir sua chegada com tranquilidade. Entretanto, o que mais chama atenção nesta edição é uma matéria, provavelmente escrita por Carlos Lacerda – hipótese levantada devido a similaridade de pensamento, frases e palavras encontradas na fala de Lacerda em outras edições, conforme analisado

³³⁴ *Tribuna da Imprensa*, 05/09/1961. p. 1.

³³⁵ *Idem*, p. 1.

acima – intitulada “Introdução à conquista do Brasil pelo comunismo internacional”³³⁶, a qual foi escrita em duas partes e que trazia um “passo a passo” dos agentes comunistas internacionais, começando na renúncia de Jânio Quadros, chegando até a posse de João Goulart, passando pela desmoralização das Forças Armadas e que promoveu “uma conjunção de circunstâncias, as mais cômicas, às vezes, e as mais sinistras, e fez com que o Brasil, em apenas sete meses depois da ‘revolução pelo voto’ caísse no ‘golpe pelo Congresso’”.³³⁷ Na segunda parte dessa matéria, sobre a conquista do Brasil pelo comunismo internacional, Lacerda, sem assinar o texto, faz uma análise sobre o plano de Jânio Quadros de renunciar e de voltar como ditador. Segundo Lacerda – e aqui apontamos ele como o autor: “O golpe tinha duas fases distintas. Primeiro, obter do Congresso os plenos poderes. Segundo, apoiar-se nas Forças Armadas e nas massas populares”.³³⁸ Com o passar dos dias e a resolução da crise se aproximando, o jornal *Tribuna da Imprensa* voltou seus ataques também a Jânio Quadros, buscando culpá-lo pelos rumos que o Brasil havia tomado, colocando-o como precursor e causador da posse de João Goulart e, principalmente, acusando-o de autogolpe.

A posse de João Goulart teve grande repercussão no *Diário de Notícias*, fotografias na capa, discursos transcritos, várias matérias sobre o assunto foram publicadas nos dias 07 e 08 de setembro. Muitos elogios a pacificidade de João Goulart e sua política de união nacional que, segundo o jornal, possuía três metas: “paz, ordem e tranquilidade”.³³⁹

O senhor João Goulart, sempre sorrindo e agitando as mãos em saudação, recebeu os vivas de milhares de pessoas que se reuniram nas grandes avenidas de acesso ao Palácio do Congresso para vê-lo ir prestar juramento, primeiro passo da posse que seguramente ocorrerá amanhã. Uns 5.000 goulartistas que aguardavam três horas sob o ardente sol, arrebutaram os cordões policiais e se precipitaram pelos jardins até o carro do novo presidente.³⁴⁰

O jornal *Diário de Notícias* também informou a escolha de Tancredo Neves como Primeiro Ministro. As informações sobre a posse do novo comando do país foram praticamente informativas, e quase nada opinativa, exceto pelas frases de apoio ao presidente e a nova fase em busca de paz e tranquilidade que Jango empreenderia. Sobre Brizola, o *Diário* apenas informou que o governador não

³³⁶ *Tribuna da Imprensa*, 05/09/1961. p. 1.

³³⁷ *Idem*, p. 4.

³³⁸ *Tribuna da Imprensa*, 06/09/1961. p. 4.

³³⁹ *Diário de notícias*, 08/09/1961. p. 8.

³⁴⁰ *Idem*, p. 8.

estaria presente na posse de Goulart e que se dedicaria a trazer de volta a normalidade ao Estado. Flavio Tavares afirma que “no discurso de posse, perante o Congresso, Goulart não se referiu expressamente ao Movimento da Legalidade, nem à mobilização popular que, através do rádio, levou seu nome ao país inteiro ou ao exterior”.³⁴¹

Se por um lado é possível afirmar que o *Diário* se mostrava esperançoso com o que estava por vir, não é possível afirmar o mesmo sobre o jornal *Tribuna da Imprensa*, que há dias já havia tomado uma posição contrária a posse de João Goulart, ao parlamentarismo e deixou isso ainda mais claro após a posse do novo presidente.

Enquanto o *Diário* acreditava na paz e na reconciliação do país com a posse de João Goulart e deixava isso evidente em suas páginas, a *Tribuna* explicitava que a posse de João Goulart representava “desunião e confusão”³⁴², criticando principalmente o fato do mesmo ter se sido empossado com um discurso que deslegitima o regime que o empossou, ou seja, o parlamentarismo. Segundo o jornal, havia um Ato Adicional dentro da emenda parlamentar que previa um plebiscito sobre o parlamentarismo, e que isso, por si só, já previa a ruína do sistema: “É, portanto, sob o signo da intriga que o senhor Goulart assume a presidência e, ao que tudo indica, o movimento contra o parlamentarismo haverá de ganhar, dia a dia, maior espessura e substância, com consequências fáceis de prever”.³⁴³ Previsão acertada, pois, em 1963:

Embora convivendo com sucessivas crises, a campanha pelo plebiscito estava nas ruas. Em 6 de janeiro, a população foi às urnas manifestar-se sobre a forma de governo. A vitória de Goulart foi avassaladora: dos 11 milhões e quinhentos mil eleitores, 9 milhões e quinhentos mil, ou cinco em cada seis, aprovaram o retorno do regime presidencialista.³⁴⁴

Além da crítica à posse de João Goulart, a *Tribuna* também criticou a escolha de Tancredo Neves como Primeiro Ministro afirmando que o nome havia causado desagrado aos partidos políticos³⁴⁵, além de ser um representante da velha política. O jornal fez questão de dizer que ele fora o último ministro da justiça do falecido

³⁴¹ TAVARES, Flávio. **1961**. Op. Cit. posição 3113.

³⁴² *Tribuna da Imprensa*, 08/09/1961. p. 4.

³⁴³ Idem, p. 4.

³⁴⁴ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 379.

³⁴⁵ *Tribuna da Imprensa*, 08/09/1961. p. 1.

presidente Getúlio Vargas, e que, dessa forma, não tinha como não ser um simbolismo do antigo presidente.³⁴⁶

Assim que assumiu a presidência da República, João Goulart tomou para si as demandas sociais históricas pelas quais ele lutava desde o tempo que era ministro do trabalho. As mudanças foram ideificadas como Reformas de Base, e transformariam diversos setores da vida pública, essas reformas seriam no âmbito fiscal, tributário, econômico, administrativo e, possivelmente, a mais polêmica seria a questão da Reforma Agrária.³⁴⁷

A posse de João Goulart deu início à um período turbulento de nossa história, a polarização política se intensificou, de um lado a esquerda se mobilizou em apoio as reformas de base e contava com várias organizações políticas e partidárias, entre elas a Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola e que buscava unir diversos setores da esquerda a fim de viabilizar as reformas sociais. Além disso, marcavam posição a União Nacional dos Estudantes, a Confederação Nacional dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, entre muitos outros grupos e organizações sociais.³⁴⁸ Os anos de exercício de mandato presidencial de João Goulart também foram marcados por setores da direita e conservadores que se organizaram para fazer oposição e até certo ponto conspirarem contra o presidente.

Com o apoio do IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que começou publicando livretos, fazendo propaganda anticomunista e sustentando organizações estudantis e sindicais conservadoras, grupos políticos, empresariais e militares articulavam-se para conspirarem contra o governo de forma mais organizada. De acordo com Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado, o IPES, “no final do ano de 1962 passou a aproximar-se de grupos militares para criar um serviço de inteligência”.³⁴⁹ Ainda segundo Ferreira:

Entre a sua fundação até março de 1964, gastou milhares de dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, europeias e norteamericanas, a organização estendeu sua influência nos jornais e nas agências de publicidade, orientada, segundo Moniz Bandeira, pela *Central Intelligence Agency* (CIA).³⁵⁰

³⁴⁶ *Tribuna da Imprensa*, 08/09/1961. p. 4.

³⁴⁷ FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Op. Cit. p. 371.

³⁴⁸ Idem, p. 372.

³⁴⁹ Ibidem. p. 372.

³⁵⁰ Ibidem. p. 372.

Se, por um lado, Brizola seguia agindo em mobilização das esquerdas em apoio a João Goulart, por outro, Lacerda trabalhava a cada dia para abalar o governo e minar a presidência de João Goulart. Em outubro de 1963, concedeu uma longa entrevista a um jornalista norte-americano, a qual foi reproduzida na *Tribuna da Imprensa*. Nela, Lacerda afirmava que a situação do país era tão grave que os militares debatiam se era “melhor tutelá-lo [a João Goulart], patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim do mandato ou alijá-lo imediatamente”.³⁵¹ Além disso, afirmava, entre outras ponderações, que “Goulart só fica no poder porque ministros recusam dar golpe para afastá-lo e [...] Brasil sofre esmagamento que procura transformá-lo em novo satélite da U.R.S.S”.³⁵²

No ano de 1964, já sob o modelo presidencialista, aprovado após o plebiscito, a situação havia chegado à extrema polarização política. Na madrugada do dia 1º de abril setores militares contrários a João Goulart, liderados pelo General Mourão Filho, deslocaram tropas de Minas Gerais em direção à Brasília para desfechar o golpe civil-militar contra o presidente, dando início ao período mais repressivo da história da república brasileira. Praticamente não houve resistência para impedir o golpe, não houve sangue derramado, não houve cadeia de rádio. Não houve uma nova campanha da legalidade.

³⁵¹ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. Op. Cit. p. 368.

³⁵² *Tribuna da Imprensa*, 03/10/1963, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado no primeiro capítulo, a renúncia de Jânio Quadros após apenas sete meses na presidência deixou a população brasileira e seus representantes políticos abismados, ao mesmo passo que empurrava o país para uma crise política gravíssima, que quase resultou em uma guerra civil. A questão chave estava em João Goulart, vice-presidente, e constitucionalmente sucessor à cadeira presidencial. Foi com o objetivo de defender sua posse que Leonel Brizola deu início, no Rio Grande do Sul, à Campanha da Legalidade.

Ao analisar o principal objetivo desta pesquisa, ou seja, entender como a Campanha da Legalidade foi representada pelo *Diário de Notícias* e pela *Tribuna da Imprensa*, percebemos que ambos se posicionaram de forma diferente aos acontecimentos. O *Diário*, talvez pelo fato de estar presente no Palácio Piratini e acompanhar de perto os acontecimentos, e por ter interesses políticos envolvidos se posicionou favorável a posse de João Goulart, defendeu a legalidade em suas páginas através de charges, fotografias e discursos do próprio Leonel Brizola, reproduzindo palavra por palavra. O *Diário* sempre apontou Carlos Lacerda como o culpado pela renúncia de Jânio Quadros e por agir de forma golpista contra João Goulart, quando utilizou a chamada “JQ vítima de Lacerda”, por exemplo. Ou quando publicou uma charge de Carlos Lacerda como um corvo observando um calendário no dia 26 de agosto de 1961, tinha intenção clara, portanto, de atacar sua imagem.

O *Diário* sempre esteve atento ao que era publicado em outros jornais, utilizou-se da opinião internacional para reforçar o seu pensamento em prol da legalidade constitucional e desmascarou quem publicava mentiras sobre o que estava acontecendo no Rio Grande do Sul, como na edição de 02 de setembro de 1961 quando desmentiu uma notícia publicada pelo jornal *Tribuna da Imprensa* a qual informava que as tropas do III Exército estavam desertando e se unindo as tropas subordinadas ao Marechal Denis. Além dos discursos de Brizola, o *Diário* trabalhou para mobilizar a população do Rio Grande do Sul a apoiar os soldados que guarneciam o Palácio Piratini, como quando publicou fotografias do dia a dia deles tomando chimarrão ou manuseando armas antiaéreas para a proteção da cidade de Porto Alegre. Brizola, na visão do jornal, acabou se tornando um grande líder defensor da Constituição.

Não se pode afirmar que o *Diário de Notícias* compactuava com as políticas trabalhistas e sindicalistas de João Goulart, ou até mesmo que compactuasse com a política mais à esquerda de Leonel Brizola, isso é bem improvável, visto que pertencia à Rede de Associados de um grande empresário, Assis Chateaubriand, mas o certo é que o jornal foi tomado pelo movimento da legalidade, que se evidenciou no Rio Grande do Sul, sua posição privilegiada lhe permitiu estar dentro do Palácio do Piratini durante a crise. Dessa forma, se aproveitou para informar seu leitor dos acontecimentos quase que em tempo real, às vezes precisando até mesmo o horário exato das reuniões dentro do Palácio. É claro que, se analisarmos o processo, há outros aspectos que precisam ser levados em conta, certamente Assis Chateaubriand tinha interesses políticos em posicionar seus jornais ao lado da legalidade e dessa forma apoiar o movimento, visto seu histórico político bastante maleável e movido por interesse, não se pode descartar essa possibilidade, no entanto, seria necessária uma análise mais aprofundada da trajetória da Rede de Associados após o ano de 1961, para ver se o grupo foi beneficiado de alguma forma.

Em nenhum momento o *Diário* se colocou contra o parlamentarismo, mas fez duras críticas aos Ministros Militares por forçarem uma solução que não fosse os trâmites legais do processo constitucional, a percepção que tivemos é que o *Diário* optou por não dar muitas explicações sobre o modelo parlamentarista nos primeiros dias após a notícia de que seria implementado, e preferiu simplificar, adotando o discurso de que o fato de resolver a crise já era o suficiente naquele momento e que devia ser comemorado. Da mesma forma comemorou a volta de João Goulart, que esteve em Porto Alegre antes de partir para Brasília, percebeu o desânimo e a decepção dos legalistas quando João Goulart decidiu não falar sobre a Campanha da Legalidade e optou por se afastar de Leonel Brizola em prol dos seus objetivos, que era tomar posse e não piorar sua relação com os Ministros Militares. O *Diário de Notícias* teve papel importante durante o movimento pela legalidade ao passo que, assim como outros jornais do estado, contribuiu para angariar apoio da população na luta contra a tentativa de golpe a João Goulart.

Por outro lado, o jornal *Tribuna da Imprensa* travou uma verdadeira cruzada contra João Goulart a partir do momento em que a renúncia de Jânio Quadros fora anunciada. Chegamos à conclusão de que o jornal já alimentava uma oposição à Goulart havia muito tempo, possivelmente desde que surgiu como Ministro do

Trabalho de Getúlio Vargas e se intensificou com o passar dos anos. Não podemos negar que João Goulart teve uma carreira política invejável, era um homem jovem e bem-sucedido, mas trazia em sua bagagem política a ligação com o trabalhador, o diálogo com os sindicatos, e o desejo por justiça social em um país tão castigado pela desigualdade. Em uma época extremamente polarizada entre esquerda e direita, João Goulart era taxado de comunista por seus inimigos políticos, um deles, conhecido futuramente como “demolidor de presidente”, fundador e diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Como governador do Estado da Guanabara, Lacerda impôs dura censura, colocou a polícia nas ruas e combateu com violência qualquer ato de apoio à Campanha da Legalidade, como jornalista permaneceu no anonimato durante à crise, mas escondia também uma espécie de vida dupla. O que não falava como governador para evitar se comprometer, mas, como jornalista, usava seu jornal para expor tudo aquilo que podia falar no anonimato. Nesta posição de poder se utilizava de muitas estratégias para atingir seu objetivo, minar o povo de seu Estado contra João Goulart e contra a Campanha da Legalidade. Lacerda utilizava até mesmo de mentiras para persuadir seus leitores, como da vez em que afirmou que estava tudo sob controle no Sul, ou quando afirmou que Machado Lopes, líder do III Exército, havia fugido e que a força militar estava sob comando da esfera federal, ou seja, na mão dos golpistas. No entanto, era sua habilidade discursiva que tinha o papel fundamental para atacar o presidente João Goulart.

É inegável que Lacerda era um talentosíssimo orador, mas era também um excepcional escritor, conhecia o movimento comunista tanto quanto o repudiava, foi comunista na juventude, mas foi expulso por supostamente entregar o endereço de seus camaradas. O passado ficara no passado, e o Lacerda dos anos 1960 era um político golpista e antidemocrático, acreditava que a população brasileira aprendera a votar com Getúlio Vargas, e isso era algo que pesava na hora de escolher os representantes, dando vantagens a todos que rememorassem o falecido político.

O jornal *Tribuna da Imprensa* fez o que pode para desacreditar a Campanha da Legalidade, com frequência chamava de “agitadores” os líderes do movimento, acusava Leonel Brizola e Jânio Quadros de abrir as portas do Brasil ao comunismo internacional ao passo que dizia para seus leitores que tudo estava na maior tranquilidade e quais regras a população devia seguir para evitar choque com a

polícia da Guanabara, como se fosse uma cartilha de bom comportamento. O jornal se utilizava de charges com títulos de duplo sentido para atacar João Goulart, como quando o chamou de “mau cavaleiro”, querendo domar a presidência a força; ou quando insinuou que ao sair do país havia perdido seu direito pela presidência: “quem vai ao vento...” perde o acento, é o que o ditado diz.

Sobre o parlamentarismo que seria implementado, a *Tribuna* sempre se posicionou contra, afirmava que era um modelo alemão a moda brasileira, pouco eficiente e nascera com prazo de validade, pois sabia que havia uma cláusula que possibilitaria um plebiscito, e que a volta ao presidencialismo e à João Goulart com plenos poderes era questão de tempo.

Ao longo da análise dos textos, percebemos que mesmo sem assinar nenhum texto, Lacerda esteve presente em todas as edições que foram publicadas durante a crise, tinha uma página específica onde publicava seus textos ácidos, a página quatro, onde estavam presentes também algumas charges políticas de crítica à João Goulart. Carlos Lacerda, fosse como político ou como jornalista, teve papel crucial em minar a democracia brasileira, foi um trabalho lento e feroz, mas que teve resultado alguns anos depois. Quando decretado o parlamentarismo, parecia saber o que vinha pela frente, João Goulart tomaria posse em um dia e no outro estaria pregando a falência do modelo político e fazendo campanha pela volta do presidencialismo.

Quanto a João Goulart, nos pareceu claro sua intenção de tomar posse a qualquer custo, aceitou um acordo político que lhe tirava boa parte dos poderes presidenciais, mas logo que assumiu, deu início a uma luta contra o parlamentarismo. Sabia quais inimigos enfrentava, e os subestimou, esqueceu-se de seu grande aliado político no Rio Grande do Sul, o que foi um grande erro.

Em sua cerimônia de posse, não proferiu nenhuma palavra de agradecimento ou reconhecimento, optou por aceitar o conselho dos Ministros Militares e não tocar no nome de Leonel Brizola, grande nome da resistência contra a tentativa de golpe de 1961. A história cobrou seu preço, os opositores de João Goulart haviam perdido a batalha, mas a volta por cima era questão de tempo, com apoio de setores poderosos da sociedade brasileira, como a imprensa, Igreja Católica e membros da elite econômica, com apoio dos Estados Unidos da América, o golpe foi consolidado em 1º de abril de 1964, sem que houvesse resistência. João Goulart optou por não

resistir, talvez lá em 1961 também não resistiria, se não fosse por terceiros, o golpe estaria consolidado já naquele fatídico agosto de 1961.

FONTES:

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL:

Diário de Notícias, do Rio Grande do Sul – 25 de agosto a 10 de setembro de 1961.

Tribuna da Imprensa, do Estado da Guanabara – 25 de agosto a 10 de setembro de 1961.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AFONSO E SILVA, Sávio. **Parlamentarismo na era Jango**. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharel em Gestão de Políticas Públicas. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal de Brasília, 2017.

ALVES, Juliana Martins. Trabalho e trabalhadores no segundo governo Vargas: as greves como um “antidireito” (1951-1954). **Revista USP**, n. 172. p. 367 – 396.

AYERBE, Luís Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BEEDEEN, Alexandra, KENNEDY, Sam. **O livro da História**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017.

BENEVITES, Maria Vitória de Mesquita. **UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BRASIL. Constituição (1946). Ementa constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. História e Imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia: O jornal de São Paulo**. Alfa Ômega, 1980.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**, Porto Alegre: L&PM, 2005.

DELGADO, Marcio de Paiva. “**O golpismo democrático” Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1049 – 1964)**. Juiz de Fora, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Instituto de Ciências Humanas.

DIAS, Cláudio Fachel. **História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS): imprensa e política na crise da legalidade (1961)**. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ECO, Humberto. **Leitor in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, no. 3, 1997. p. 149 – 182.

FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Ângela. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Versões controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Rev. Bras. Hist.** vol.24 no.47 São Paulo 2004. p. 29 – 60.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

HONS, André Séguin des. Le Brésil-Presse et Histoire (1930-1985). Paris, Hartmann, 1985. p. 171. in: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

GADDIS, J. L. **A Guerra Fria**. São Paulo: Edições 70, 2007.

JORDAN, David; WUEST, Andrew. **Atlas II Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Escala, 2008.

LOPES, José Machado. **O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980.

LOWE, Keith. **Continente selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, CARLA. **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005. p. 111 – 153.

MARKUN, Paulo. HAMILTON, Duda. 1961: **O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961**: Que as armas não falem. São Paulo, Ed. do Senac, 2001.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)**: conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. 360f. Porto Alegre, PUCRS, 2010. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana. **Poses e Flagrantes**: Ensaio sobre história e fotografias. Niterói: Eduff, 2008.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**: A trajetória de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

O DIA que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. São Paulo: Pequim Filmes, 2012. (77 min).

OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias. 280f. Porto Alegre, PUCRS, 2008. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Camila Alves. **“O crime não compensa”**: Análise de reportagens sobre crime e ação policial no Diário de Notícias de Porto Alegre 1954-1955. Trabalho de Conclusão de Curso em História. IFCH. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PRESIDENTE DA SEMANA – EP. 16. Jânio Quadros, a renúncia, João Goulart, o golpe. Entrevistado: Jorge Ferreira. Entrevistador: Rodrigo Vizeu. Folha de São Paulo, 01/07/2018. Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2A6KJi4WIsKtshW70geYXP> Acesso em: 20/01/2022.

QUELER, Jefferson José. **O governo Jânio Quadros**: entre política e personalismo *In*: FERREIRA, Jorge. NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 347 – 363.

REIS, Daniela Gorgen. **Imagens do poder**: fotografia da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961). 154f. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; DA SILVA NETO, João Gomes. “Saio da vida para entrar na história” – pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 11, n. 15. 2016. p. 99 – 113.

SOBRINHO, Luis Lima Verde; MORAES, Filomeno. Parlamentarismo à Brasileira no Segundo Reinado (1840-1889). **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 2, p. 42, 2016.

SCHLESINGER JR. The Alliance for Progress: A Retrospective. In: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (eds.). **Latin America: The Search for a New International Role**. New York : J. Wiley, 1975. p. 52 – 85.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

TAVARES, Flávio. **1961: O golpe derrotado**: Luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TAVARES, Flávio. **1964, o golpe**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

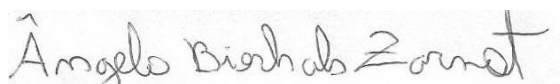
TAVARES, Flávio. **O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

WESTIN, Ricardo. No Plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango. **Pesquisa arquivo do Senado**. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango> Acesso em: 22/02/2022.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Ângelo Bierhals Zarnot, matrícula nº 20103399 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado A Campanha da Legalidade de 1961 na imprensa: as repercussões sobre o movimento nas páginas da Tribuna da Imprensa e do Diário de Notícias, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 20 de junho de 2022.



ASSINATURA